



REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DO CAMPO JORNALÍSTICO:  
A COBERTURA DA CRISE PENITENCIÁRIA DE 2017

Fabiano Gomes Barros Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Doutor João Trajano de Lima Sento-Sé

Rio de Janeiro  
Agosto de 2019

REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DO CAMPO JORNALÍSTICO:  
A COBERTURA DA CRISE PENITENCIÁRIA DE 2017

Fabiano Gomes Barros Oliveira

Orientador: Professor Doutor João Trajano de Lima Sento-Sé

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Examinado por:

---

Presidente, Prof. Doutor João Trajano de Lima Sento-Sé

---

Profa. Doutora Silvia Ramos de Souza – CESeC/UCAM

---

Prof. Doutor Antonio Claudio Engelke Menezes Teixeira – PPCIS/UERJ

Rio de Janeiro  
Agosto de 2019

Oliveira, Fabiano Gomes Barros. (1991- )

Representações no discurso do campo jornalístico: a cobertura da crise penitenciária de 2017/Fabiano Gomes Barros Oliveira – Rio de Janeiro: UERJ/Instituto de Ciências Sociais, 2019.

149 f.; 31 cm.

Orientador: João Trajano de Lima Sento-Sé

Dissertação (Mestrado) – UERJ/Instituto de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

Referências Bibliográficas: f. 149

1. Jornalismo. 2. *Habitus*. 3. Campo. 4. Regime de verdade. 5. População carcerária. I. Sento-Sé, João Trajano de Lima. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

## RESUMO

REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DO CAMPO JORNALÍSTICO:

A COBERTURA DA CRISE PENITENCIÁRIA DE 2017

Fabiano Gomes Barros Oliveira

Orientador: Professor Doutor João Trajano de Lima Sento-Sé

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Este trabalho busca discutir o fazer jornalístico e seus impactos sociais tendo como caso a ser analisado a cobertura da *Folha de S. Paulo*, *d'O Estado de S. Paulo* e *d'O Globo* a respeito das mortes em massa em presídios de três estados brasileiros no início de 2017. Centrando a observação na construção de imagem dos presos e das autoridades públicas percebidas como responsabilizáveis, o intento será o de indicar que tipo de representação – entendida como processo de criação do outro – foi formulada e quais são seus possíveis impactos no público. A análise será operada tendo em consideração principalmente o aporte teórico de Pierre Bourdieu a respeito da relação campo-*habitus* como moldadora da atuação da imprensa. Também se pensará o trabalho do jornalista por meio da noção foucaultiana de ‘regime de verdade’, que permite propor uma relação amalgamada entre poder e verdade, excluindo esta última de entendimentos absolutos ou meramente consensuais. Compreende-se que a percepção da imprensa como ator participativo dos acontecimentos, e não apenas observador, é pré-condição para um melhor debate público a respeito de quais caminhos a sociedade brasileira deseja seguir em conjunto.

Palavras-chave: jornalismo; *habitus*; campo; regime de verdade; imaginário; população carcerária.

## *ABSTRACT*

REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DO CAMPO JORNALÍSTICO:  
A COBERTURA DA CRISE PENITENCIÁRIA DE 2017

Fabiano Gomes Barros Oliveira

Orientador: Professor Doutor João Trajano de Lima Sento-Sé

*Abstract* da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

This work seeks to discuss the journalistic activity and its social impacts, having as a case to be analyzed the news coverage by *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* about mass deaths in prisons located in three Brazilian States in the beginning of 2017. While focusing the observation in the imaginary construction of the prisoners and public authorities taken for accountable, the intent will be to point out which sort of representation – understood as the process of creation of the ‘other’ – has been shaped and its possible impacts on the public. This analysis is based mainly in the theoretical contribution of Pierre Bourdieu concerning the field-*habitus* relation as molding the press performance. Likewise, it is going to be taken in consideration the journalists’ work through the Foucauldian notion of ‘regime of truth’, which allows to suggest an intertwined relation between power and truth, excluding the latter of absolute or merely consensual comprehensions. It is understood that the perception of the press as an active character in the events, not only an observer, is a precondition to a better public debate regarding to which paths Brazilian society collectively desires to pursue.

Keywords: journalism; *habitus*; field; regime of truth; imaginary; prison population.

*Para Marina, por me ensinar o cotidiano.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor João Trajano, pela confiança inicial em me orientar, além das ideias e sugestões, sempre dando a liberdade necessária para o meu crescimento,

Aos professores da Uerj com quem tive a sorte de aprender; o conhecimento transmitido foi essencial para a forma deste trabalho,

Ao CESeC, especialmente a Julita Lemgruber, por se dispor em ter comigo as primeiras conversas que deram início a esta caminhada, também à Professora Doutora Silvia Ramos e Pablo Nunes por abrirem as portas e contribuírem para iluminar os caminhos desta pesquisa,

Ao Professor Doutor Henrique Cairus pelo carinho, e a todos os amigos do Proaera por sempre me acolherem tão bem,

Aos amigos que cruzaram o meu caminho na PUC-Rio, Uerj e TV Globo, cada um à sua maneira e em seus contextos, abriram meu olhar para diferentes visões de mundo,

À minha família, em especial meus pais, Luciene e João Antônio, pelo cuidado e formação ao longo da vida,

Ao meu irmão Felipe por me ensinar enquanto tentava ensiná-lo,

A Marina, minha esposa, pelo apoio imensurável e tenaz de tantos anos, com destaque para o período de feitura desta Dissertação.

“Who controls the past controls the future: who controls the present controls the past”, repeated Winston obediently.

(ORWELL, George. *1984*, 1949)

Su memoria retenía sin esfuerzo los nombres y las imágenes de los protagonistas; la ilusión novelesca lo ganó casi en seguida.

(CORTÁZAR, Julio. *La continuidad de los parques*, 1956)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. RELAÇÕES ENTRE <i>HABITUS</i> E ‘VERDADE’ .....	16
2.1 A instância do imaginário .....	18
2.2 A formação de esquemas perceptivos .....	22
2.3 As particularidades do campo jornalístico.....	27
2.4 O valor da credibilidade .....	32
2.5 Dizer e fazer existir.....	35
2.6 Sísifo nas redações.....	49
2.7 A força normativa do ‘fato’ .....	56
3. A COBERTURA .....	61
3.1 Breve histórico.....	64
3.2 Representações e locais enunciativos .....	66
3.2.1 Presos-vítimas e suas porta-vozes.....	67
3.2.2 Presos-bárbaros .....	81
3.2.3 Presos-líderes .....	94
3.2.4 Autoridades responsabilizáveis.....	110
4. CONCLUSÃO .....	131
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	137

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar, na cobertura das mortes em massa em presídios no início de 2017, representações dos presos e das autoridades formuladas pelos veículos de comunicação. Propõe-se a categorização desses personagens, com a apreciação dos contextos em que aparecem e possíveis sentidos a serem apreendidos. A análise será centrada em três jornais impressos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, sobretudo o gênero reportagem, compreendido como um espaço socialmente dotado de credibilidade, além de ser o carro-chefe da defesa do jornalismo neutro e objetivo, que será aqui, por sinal, questionado.

Esta Dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro traz uma problematização da atuação da imprensa, que aponta para um cenário de homogeneização do que é produzido pelos maiores veículos de comunicação impressos do país. Entende-se que essa similaridade é fruto menos de acordos explícitos entre os jornais do que do compartilhamento de uma maneira de perceber a sua atividade e de práticas do fazer jornalístico. O segundo capítulo comporta a análise das reportagens propriamente ditas, dando atenção às representações formuladas – observando os possíveis efeitos narrativos gerados –, à utilização das vozes de diferentes atores.

A noção de ‘imaginário social’ será de grande importância para pensar a força e o local de atuação da imprensa no que diz respeito à questão da formação de identidades e visões de mundo, e também para identificar os discursos como os meios de inteligibilidade dos imaginários; os jornais analisados, longe de serem apenas expositores de uma realidade que antecede as apresentações que fazem, são compreendidos como participantes e também formuladores dos enredos e conflitos que noticiam. Essas lutas se dão pela criação e/ou reforço de uma série de imaginários a respeito de qualquer tema; neste trabalho, serão analisados principalmente os imaginários referentes à população carcerária. Seguindo as ideias de Baczko, entende-se que tais disputas não são incomuns em busca de legitimação de uma série de setores da sociedade.

O aporte teórico bourdieusiano será de grande valor na discussão sobre as condições de produção da atividade jornalística, sendo a relação *habitus*-campo formadora e reprodutora de concepções a respeito dessa profissão. É na interação entre o campo jornalístico e o *habitus* desses profissionais que se formam as visões a respeito de sua atuação, a maneira como devem agir, quais características profissionais serão valorizadas etc. Importante deixar claro

que se pretende fugir de uma concepção da atividade jornalística que dê primazia às condições estruturais – sobretudo econômicas – como explicação para as suas características, sendo que tampouco se quer empreender uma análise que confira liberdade irrestrita e consciência constante às ações dos indivíduos integrantes desse campo. Entende-se que há uma relação de retroalimentação entre as imposições de um campo e os *habitus*, que formula concepções e vontades nos indivíduos.

A noção de capital simbólico, como proposta por Bourdieu, servirá para apontar a assimetria discursiva que permeia as disputas pela significação de diversos acontecimentos. Cabe aqui retomar o questionamento de Foucault, que, embora se referisse ao “discurso dos médicos”, tem abrangência suficiente para servir à presente análise: “Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?” (1986, p. 57). É central, então, a percepção de que, para além de ter o que falar, o direito de ser escutado, de ter a opinião tida como crível e de, afinal, ser um ator político relevante, não é igualmente distribuído na sociedade; a imprensa é, portanto, um dos palcos dessa disputa pela aparição social valorizada. Além de identificar “o que se fala”, é ainda mais importante perceber “quem fala”, levando em consideração que o poder reside com maior intensidade no lugar de quem profere o discurso do que nas palavras em si. Por isso nos é cara a concepção dos discursos como “signos de autoridade” e “signos de riqueza” (BOURDIEU, 2008, p. 53). É importante ter essas questões em mente para não se fazer uma leitura imanente do texto, que deixa de lado o contexto de produção e recepção de tais narrativas, mas sim compreender que há uma série de processos subjetivos tanto na feitura do texto jornalístico quanto no ato de leitura deste.

A produção da imprensa será analisada levando-se em consideração a ampla influência que os veículos de comunicação exercem na construção de visões de mundo, entendendo que as empresas de comunicação dispõem, além do poder financeiro (capital econômico), de vasta credibilidade (capital simbólico), ambos formando o que podemos chamar de capital jornalístico (CHAMPAGNE, 2011). É acertado reconhecer que essa parcela da imprensa (jornais impressos) vem perdendo força econômica, e vê a diminuição de vendas e assinantes ano a ano; também é importante atentar para um movimento relativamente recente de dissolução de confiança no discurso da imprensa tradicional. Ainda assim, é possível afirmar que a os jornais continuam possuindo capital simbólico maior do que grande parte de setores da sociedade no imaginário social. De acordo com pesquisa feita pelo Ibope, a pedido do governo federal em 2016, apenas 3% dos entrevistados responderam que o jornal era o meio

de comunicação pelo qual se informavam mais a respeito do que se passava no país<sup>1</sup> (2016, p. 14). No entanto, entre os seus leitores, estava o maior percentual de confiança – ao lado do rádio – nas notícias veiculadas, com 29% afirmando confiarem neles sempre (Ibidem, p. 28). Somados os percentuais das categorias “confia sempre” e “confia muitas vezes”, os jornais obtiveram o maior percentual (59%), além de terem alcançado a menor proporção de entrevistados respondendo que nunca cofiam naquilo que é noticiado por eles (4%) (Ibidem)<sup>2</sup>.

Vale ressaltar que, para o recorte feito neste trabalho, o que aqui se chama “imprensa” – tanto no corpus quanto na análise precedente – refere-se estritamente à parcela do jornalismo impresso ligada às grandes empresas de comunicação do país e que pode ser enquadrada como “de referência”: busca um público nacional e possui linguagem mais suavizada em comparação à fatia do jornalismo considerado popular.

Esta Dissertação proporá que a relação com a ideia de verdade nessa parcela da imprensa brasileira é amplamente formulada por meio desse *habitus* profissional e do campo: são cultivadas diferentes relações entre os profissionais (valorização daqueles que compartilham do mesmo ponto de vista, inculcação de regras que indiretamente moldam perspectivas) que acabam reforçando a visão de que o jornalismo só pode ser assim chamado se retratar com verdade e distanciamento os acontecimentos, lançando mão para isso de expedientes técnicos – nunca estabelecidos de maneira clara – que proporcionariam ao seu discurso objetividade; esta, por sua vez, reforçaria a posição de imparcialidade do veículo de comunicação. O discurso de uma imprensa isenta, ou seja, livre de interesses, e capaz de traduzir exatamente a realidade tal como os ‘fatos’ se passaram, é defendido pelos veículos de comunicação analisados.

Contra essa perspectiva de neutralidade, será proposta uma ligação indissociável entre verdade e poder, por meio das concepções foucaultianas de ‘discurso’ e ‘regime de verdade’. O intento será o de indicar que, para a produção de um discurso considerado verdadeiro, é preciso alguma dose de poder; da mesma maneira, para haver poder, é necessário o reconhecimento de discursos como verdadeiros. Nesse processo, a diferença entre retratar uma realidade e formular uma realidade é, em muitos casos, impossível de ser estabelecida.

A contribuição de Hayden White, ao propor a diminuição do espaço entre ciência e ficção (arte) na área da historiografia, será interessante para nos atermos à impossibilidade de

---

<sup>1</sup> À frente do jornal impresso ficaram TV (63%), internet (26%) e rádio (7%) (2016, p. 14).

<sup>2</sup> É interessante contrastar esses resultados com aqueles obtidos pelos sites, com base em quem respondeu que usava a internet para se informar, lembrando que todas as grandes empresas proprietárias de jornais impressos oferecem notícias on-line: apenas 6% dos entrevistados afirmaram confiar sempre nas notícias de sites, e 16% disseram que nunca confiam (2016, p. 28).

uma linguagem neutra ao se lidar com a comunicação de um acontecimento. Além disso, a ideia do acontecimento como construção, formulada por Champagne, em conjunto com uma crítica da visão consensual a respeito da sociedade (HALL et al. 1978), servirão para sugerir que a noção de fato, largamente utilizada pelos atores do campo jornalístico, exerce mais um caráter normativo do que analítico. A crítica não é no sentido de propor uma maneira de os veículos de comunicação serem mais objetivos e imparciais, pelo contrário: entende-se que seria mais benéfico para o debate público se o discurso jornalístico deixasse clara a impossibilidade de levar a cabo tal projeto, e se assumisse no rol dos participantes dos conflitos. Pensando como Fiorin (2016 [1989], p. 75), que o objetivo final de um ato comunicativo não é o de informar, mas o de persuadir, deve-se levar em conta que os jornais não apenas contam quem morreu, quantos, onde etc, mas dão sentido aos acontecimentos e buscam respostas para perguntas como: “por que as mortes ocorreram?”, “quem deve ser responsabilizado?”, “Algo semelhante vai ocorrer de novo?”. E mesmo textos que buscam se mostrar como mera descrição comportam elementos de interpretação e escolhas de utilização e recorte de dados, além da questão do vocabulário empregado.

Com tais questões em mente, tem-se a percepção aqui de que o texto jornalístico dessa parcela do campo analisada constrói o próprio discurso a partir de discursos alheios – do político, do parente do preso, por exemplo – sendo tal processo encoberto pelo véu da suposta neutralidade e do mero relato dos fatos, sobretudo no gênero textual da reportagem. É nele que o discurso existe ao não se mostrar como tal, ao ser criado fazendo parecer que é fruto do trabalho profissional objetivo, no qual as inúmeras escolhas – o tema a ser abordado, os entrevistados, o vocabulário, o tamanho do texto – são tratadas somente como constituidoras de um processo técnico de descrição possível da realidade. A reportagem estabelece uma posição ao deixar para o outro, de maneira não explícita, o ônus de ter opinião diante dos acontecimentos, embora sempre haja algum posicionamento, ao menos implicitamente. Esse gênero se mostra mais profícuo para a análise da propagação eficaz de determinadas visões de mundo e imaginários de maneira justamente por ser um mecanismo ignorado pelo público em geral.

Especificamente sobre a análise, foram colhidas 264 reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, com tema ligado às mortes em presídios, de 3 a 23 de janeiro. O período constituiu uma das piores crises carcerárias do país, com assassinatos em massa entre detentos em prisões do Amazonas, de Roraima e do Rio Grande do Norte, seguidos por uma onda de ataques nas ruas de Natal. Defende-se que, nesse espaço de tempo, houve uma atenção incomum dos veículos de comunicação para a situação penitenciária no

país, com descrições das condições de vida precária dos detentos e críticas à inação das autoridades políticas. A maior parte da análise é centrada nas representações de alguns atores formuladas pelos jornais: os presos, seus parentes e os agentes públicos apontados como responsáveis pela resolução dos problemas. A noção de representação de que se lança mão é a de formação de imagens, quadros conceituais, para tornar o mundo inteligível. Como indica Hall (2016), isso ocorre quando um indivíduo, captando mensagens – entendidas aqui em *lato senso*, podendo ser falas, gestos, maneiras de se portar, textos escritos, produções culturais, tudo que porte sentido –, elabora uma série de conexões e valorações com essas informações; e também quando essas noções são transmitidas por meio de um sistema de comunicação que compartilhe desse mapa conceitual. Sendo assim, já que se compreende ser impossível a apreensão total do real, as representações são um meio inescapável de formulação de identidades, de geração de conhecimento, em última instância, de produção de sentido.

Assim, a crítica recairá sobre as repetições de algumas dessas representações na imprensa, que aparecem como a única possibilidade de existência de alguns grupos, isso por conta da homogeneidade dos discursos desses veículos de comunicação analisados e também por causa de sua credibilidade frente ao público. O que poderiam ser indivíduos complexos e multifacetados se tornam existências chapadas, de pouca profundidade, nas páginas dos jornais. Tratam-se esses indivíduos, muitas vezes, por meio do que Koselleck (2006) chama de “conceitos antitéticos assimétricos”, termos que são aceitos para indicar o outro, mas não a si, e com o qual aquele que é retratado não concorda.

Por certo que isso não ocorre com todas as representações. Quanto maior a perspectiva de empatia, maior a complexidade. Percebeu-se aqui que, para produzir a “urdidura do enredo”, usando uma expressão de Hayden White (1994), ou seja, para noticiarem dentro de um modelo textual estabelecido aquilo que se passou, os veículos de comunicação enquadram grupos e indivíduos no local de certos personagens, que possuem funcionalidades nos textos. Tomemos, por exemplo, o preso considerado vítima: ele possui nome, família por quem tem afeto, vontade de mudar de vida após sair da prisão, elementos que o humanizam e apontam o que foi perdido com sua morte. A delimitação desse personagem reforça negativamente a representação do preso homicida: quase sempre sem nome, violento, sem a aparição de sua família ou outros elementos que poderiam gerar identificação por parte do leitor. Obviamente, não se está no domínio da ficção, pessoas realmente morreram, houve de fato a deflagração de uma situação pior do que aquilo que se passava usualmente naquelas prisões, porém as reportagens analisadas apresentaram uma espécie de padrão narrativo em diferentes aspectos, podendo-se afirmar que várias representações aparecem como personagens em romances.

As representações a serem propostas e mais detidamente analisadas são: o preso-vítima e suas porta-vozes, os presos-bárbaros, os presos-líderes e as autoridades responsabilizáveis. De maneira sintética, os primeiros constituem os detentos mortos, ou quase mortos, cuja figura aparece ligada indissociavelmente à das porta-vozes: mulheres – mães e esposas, em geral – que falam por eles, apontam irregularidades, criticam o governo por não informar o que se passava. Percebeu-se a utilização de todo um expediente de criação de empatia com relação ao que se chama aqui de preso-vítima: apesar de ser um criminoso, ao menos do ponto de vista formal, é representado como alvo de alguma injustiça – seja por esat preso à espera de julgamento, por não ter tido sua segurança assegurada mesmo recebendo ameaças –, como alguém que não é ligado ao mundo do crime e se desvincula deste mostrando por vezes arrependimento, apreço pelo trabalho e aproximação com a família. Os parentes, quase sempre mulheres, são responsáveis por fornecer essas características que promovem a valorização da perda dessa vida. Ainda que haja várias reportagens desvinculando esses presos das facções criminosas, suas porta-vozes muitas vezes são apresentadas como estabelecendo relações com o crime organizado.

Os presos-bárbaros constituem a representação dos detentos que perpetraram os assassinatos, não são individualizados e aparecem como extremamente violentos, uma imagem que parece ser a realização do potencial selvagem que integra um senso comum da sociedade brasileira com relação à população carcerária. Os vídeos – gravados pelos próprios detentos ou por câmeras de segurança – servem como o elemento de comprovação empírica, tão cara ao formato discursivo desses veículos de comunicação, da violência, da quase desumanidade desses indivíduos, e da afronta às instituições garantidoras da ordem, sobretudo o Estado. A sua vinculação com o mundo do crime se deu em vários momentos por meio desses registros, com ameaças a outras facções, tendo sido observada a ausência do discurso dos parentes desses detentos para causar algum efeito de empatia.

Os presos-líderes são aqueles retratados como ocupantes de cargos elevados na hierarquia do crime organizado. São figuras notórias que possuem identidades e cujas motivações pessoais – pelo menos o que assim se entende – são apresentadas como o motor da atuação das facções como um todo. Essas organizações foram enquadradas como homogêneas no que diz respeito ao seu funcionamento, com uma hierarquia fortemente estabelecida e guiada exclusivamente pela questão econômica, traduzida na disputa pela hegemonia do tráfico de drogas. Integrantes de órgãos de investigação e pesquisadores acadêmicos – chamados de especialistas – foram aqueles cujo discurso contribuiu para a formulação da imagem do preso-líder, que muitas vezes aparecem atuando no mundo do

crime por meio de investigações policiais. Se as fontes utilizadas para se criar essa representação variaram muito pouco, não é difícil entender por que houve uma padronização na maneira de se retratar esses atores.

As autoridades responsabilizáveis são os agentes públicos identificados nas reportagens como responsáveis por a situação ter chegado aonde chegou – já que atuaram com descaso com relação ao crime organizado e à situação carcerária –, mas também são apontados como aqueles que deveriam apresentar soluções práticas e rápidas para a mitigação dos problemas. Percebeu-se que a carga mais intensa das críticas dos jornais nesse sentido foi com relação ao governo federal, representado na figura do então ministro da Justiça Alexandre de Moraes e do então Presidente da República Michel Temer. Eles foram apontados como negligentes, pois poderiam ter percebido a gravidade da situação e a eclosão a qualquer momento de um confronto extremo entre facções, tanto que foram feitas várias reportagens apontando como havia o conhecimento de órgãos ligados ao Executivo federal, como a Polícia Federal, de que havia a probabilidade de maior violência nos presídios. Em muitos momentos, governos estaduais foram colocados em posição oposta ao federal; pareceu haver o entendimento de que as autoridades locais não possuíam capacidade – sobretudo econômica – para lidar com o crime organizado, que se nacionalizou, sendo então a instância federal a única capaz de prover alguma resposta. Com esse pressuposto, instou-se o governo federal a inicialmente se pronunciar sobre os massacres, e depois a fazer algo, analisando criticamente as propostas apresentadas – um Plano Nacional de Segurança Pública, o envio de militares para os estados com maiores problemas.

Tais representações possuem o que se chama aqui de local enunciativo, que nada mais é do que um espaço, formalmente definido, em que os jornais veiculam a voz desses indivíduos ou grupos, podendo ser atribuída a eles alguma informação citada, além de demandas ou críticas, em discurso direto ou indireto. Diferentemente de conceitos como lugar de fala (RIBEIRO, 2017), que apontam a necessidade de maior representatividade – sobretudo política – de grupos socialmente marginalizados e que buscam deixar claro que a credibilidade dos indivíduos varia conforme o reconhecimento de sua posição social, a ideia de local enunciativo aqui proposta é mais uma formalidade do modelo textual da reportagem levado a cabo pela parcela da imprensa analisada. Dito de outra maneira, a aparição de vozes e discursos não configura necessariamente a possibilidade de representatividade no relato jornalístico, mas uma exigência do formato de reportagem dos jornais analisados, que pressupõe a aparição das falas de indivíduos para dar mais força de verdade ao que é narrado. Assim, o uso das aspas, ou a utilização do discurso indireto para expressar uma opinião de

outro indivíduo não parece ocorrer para apresentar melhor a realidade como ela é, senão para chegar a um fim previamente definido pelos profissionais da imprensa.

De maneira geral, parece ser incontornável a distância entre o discurso do campo jornalístico e o reconhecimento dos lugares de fala de vários setores postos à margem. Por uma série de questões – que envolvem principalmente a necessidade de um intermediário muitas vezes incompatível com o grupo retratado –, mesmo quando há aparição do que poderia ser considerado como uma voz no noticiário, não há necessariamente a sua representatividade. Essa voz aparece como que sob a tutela de um outro, o agente da imprensa, que nunca pode dotá-la plenamente de independência.

Por fim, este trabalho percebe a importância de detectar as implicações sociais da ação dos veículos de comunicação, colocando-os também como participantes ativos desse ambiente conflituoso, um “personagem do drama”, e não apenas um observador passivo, “um coro grego”, como lembra Michel Misse (2008, p. 10). Até porque, como aponta Bourdieu: “[...] toda análise das ideologias, no sentido estrito do discurso de legitimação, que não comporte uma análise dos mecanismos institucionais correspondentes, se expõe a ser apenas uma contribuição suplementar para a eficácia de tais ideologias [...]” (2015, p. 200).

## **2. RELAÇÕES ENTRE *HABITUS* E ‘VERDADE’**

Inicialmente, serão estabelecidos os conceitos de que se lançará mão para tratar da produção jornalística. O objetivo é estabelecer uma discussão a respeito das condições desse fazer que afaste a visão da atividade da imprensa como fruto apenas de reflexão objetiva dos profissionais, ou somente de manipulações acordadas pelas empresas. Aqui, entende-se os veículos de comunicação como um ator relevante para dar conhecimento a respeito de uma série de fragmentos da realidade a que o público em geral não teria acesso, mas ao mesmo tempo participando ativamente daquilo que é relatado – seja pelo direcionamento de uma cobertura dado pela alta hierarquia de uma empresa, seja pelo enviesamento pessoal inevitável da atuação de cada profissional. Não se defende que a imprensa apenas relate aquilo que já aconteceu, como se seu fazer fosse sempre a reboque da realidade, que se imporia como notícia, mas que o processo inverso também é possível: aquilo que é alvo do discurso jornalístico tem grande probabilidade de se constituir num ‘real’ muitas vezes às margens de verificação factual; ao contar a existência de algo, a imprensa também cria essa existência. Por isso, não se utilizará aqui metáforas como ‘meio’ ou ‘interface’ para tratar essa atividade,

a fim de não incorrer no equívoco de apenas reproduzir as particularidades do campo que são percebidas pelos seus integrantes como regras gerais e que, sendo assim, não necessitariam de nenhuma explicação.

A principal diferença da imprensa com relação aos outros atores com os quais se relaciona (políticos, agentes econômicos, agentes de segurança do Estado, pesquisadores universitários etc) parece ser o apagamento de sua participação ativa no ambiente social, quer dizer, os jornais – na parcela do campo aqui analisada – ignoram (ou escondem) a sua posição de autor de discursos. Tal elisão pode ser feita pelos profissionais deliberadamente ou não; de qualquer maneira, essa característica parece ser comum à parte do campo sobre a qual este trabalho se debruça, traduzindo-se nas posturas defendidas institucionalmente e individualmente de imparcialidade e objetividade, além da concepção de que essa atuação jornalística deve ser empreendida sem seguir nenhum tipo de interesse, em oposição ao jornalismo partidarizado, militante.

Para abordar, ainda que um tanto esquematicamente, alguns elementos que podem contribuir para moldar a atividade jornalística são utilizados aqui os conceitos bourdieusianos de campo, *habitus* e capital simbólico; eles ajudam a no mínimo lançar questionamentos a respeito das condições de trabalho e de produção de conhecimento da imprensa, compreendendo a existência de regras internas que esses atores devem seguir sem que haja uma orquestração unívoca, e também levando em consideração os impactos sociais dessa atividade.

Assim, a questão do poder simbólico é central para que se empreenda esta análise, pois se entende que as organizações de comunicação cuja produção será observada possuem inegável capital simbólico frente a grande parcela da sociedade, constituindo um poder que, como afirma Bourdieu, é “ignorado” (1989, p. 7). Para o sociólogo, tal poder apenas se efetiva quando não é tomado como arbitrário, constituindo-se numa instância invisível e sendo exercido “com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Ibidem, p. 7-8). Dessa maneira, ao fazer tal análise, é necessário levar em consideração que em determinadas circunstâncias o poder dos veículos de comunicação não é óbvio e se apresenta de maneira pulverizada, sendo difícil percebê-lo. A colocação de Foucault, ainda que por demais abstrata, é ilustrativa: “Onde há o poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (2017b, p. 138).

## 2.1 A instância do imaginário

Antes de levar adiante uma exposição mais detida dos conceitos bourdieusianos, é interessante lançar mão da noção de imaginário, por se entender que a atuação dos jornais – tendo em mente especialmente aqueles que serão objeto dessa análise – contribui para moldar e/ou reforçar a maneira como diferentes grupos se veem e apreendem outros atores sociais. Assim, este conceito é útil para deixar claro que a produção dos jornalistas extrapola em muito as fronteiras do seu campo. Falar-se-á aqui da capacidade da imprensa de transmitir e perpetuar uma série de valores, como a importância do trabalho e da anuência a determinadas instituições. Tudo isso se dá no ambiente imaginário, no qual os veículos de comunicação constituem o campo jornalístico, que estabelece relações com outros, muitas vezes ocorrendo disputas pela prevalência da sua legitimidade. As empresas de comunicação não são percebidas aqui como atores sociais que possuem uma força desmedida para manipular as visões de mundo da maneira como preferirem, tampouco entende-se aqui que todas as suas ações sejam feitas de maneira deliberada para alcançar um fim determinado anteriormente. As organizações têm no lucro um de seus objetivos – sendo a manutenção da própria credibilidade algo indispensável para a prosperidade econômica –, atuando num ambiente de poderes nunca totais, com capacidade de previsão de eventos – e também de criação deles – sem dúvida maior do que a parcela geral da sociedade. Tais considerações são importantes para se compreender que a imprensa age no imaginário, reforçando alguns aspectos, mudando outros, de maneira não totalmente deliberada.

Não se pode duvidar que essa atuação no imaginário tenha efeitos práticos. Como afirma Bourdieu, o poder simbólico, apesar de ser baseado numa “enunciação”, tem consequências concretas nas relações sociais, estabelecendo visões de mundo e obtendo através da “mobilização” o que seria conquistado pela “força”. Por isso, tem a capacidade de impor a dominação ao estabelecer uma apreensão da ordem como um dado “natural” (1989, p. 14). Como aponta Bronislaw Baczko, o ‘imaginário’ está longe da concepção de ‘ilusório’, e não se pode pensá-lo como irreal (1985, p. 298). Não é porque algo não se constitui de maneira física na realidade ou porque faça menção a um elemento que possa ser considerado falso ou ausente que não tenha consequências reais na vida em coletividade. Dessa maneira, o imaginário é um elemento norteador: “*Informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira” (Ibidem, p. 311). Além disso, tem forte caráter normativo, pressupondo a adesão a um sistema de valores,

modelando comportamentos, principalmente em momentos de crise, quando os indivíduos não querem ter incertezas com relação a escolhas (Ibidem, p. 311, 312).

Baczko afirma que essa dissociação da ‘imaginação’ e do ‘imaginário’ daquilo que é ‘ilusório’ vem se dando em vários domínios, principalmente nas ciências humanas, que consideram tais elementos como constituintes do real, em contraposição a correntes do pensamento, sobretudo da segunda metade do séc. XIX, que pretendiam separar o ‘verdadeiro’ do ‘ilusório’ de maneira cientificista, visando a atingir o ‘real’ isolado do ‘imaginário’. Tal abordagem buscava desvendar não as estruturas que definiam os imaginários, mas sim os agentes sociais em “estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações, etc.” (Ibidem, p. 297). Esse desejo de chegar às coisas como realmente são, sem nenhum obstáculo entre o observador e o objeto, concebendo o imaginário como um “real deformado”, se deu num momento de intensificação da produção de ideologias e mitos políticos, o que, por sua vez, acabou por renovar o imaginário coletivo tradicional (Ibidem, p. 297). O autor afirma que em situações como um conflito social grave, por exemplo, não é possível separar os agentes das imagens que têm de si próprios e também dos outros (Ibidem, p. 298). Sendo assim, os imaginários sociais são fonte de criação de identidade, legitimação de poder, formação de visão coletiva sobre o futuro, dentre outros elementos extremamente importantes para a vida em sociedade (Ibidem, p. 309).

Longe de ser algo irreal, a dimensão imaginária é o lugar no qual se dão os conflitos em comunidade, sendo também uma das armas utilizadas nessa disputa no que diz respeito à legitimação do poder (Ibidem, p. 310). É por meio do imaginário social que os grupos formam as imagens dos “amigos” e dos “inimigos”, criam “códigos de bom comportamento”, enfim, formam um ambiente regido por uma ordem na qual cada integrante tem o seu lugar determinado, com as justificativas para tal (Ibidem, p. 309). No processo de legitimação, essencial para a constituição de um poder, os acontecimentos presentes no momento originário podem até ser menos relevantes do que o imaginário criado e então apropriado (Ibidem, p. 310), ou seja, não é necessário que algo seja factualmente verdadeiro para ter peso de “real”, se for compartilhado com a menor quantidade de dúvida possível por uma comunidade, ainda que tudo se passe no campo da imaginação. Isso se mostra, segundo Baczko, nos conflitos pela legitimidade, nos quais são criados dispositivos “reais” inclusive de repressão, podendo até mesmo haver a criação de um “imaginário antagonista” na busca pela nova legitimidade (Ibidem, p. 310). A ideia de nação é um exemplo de instituição imaginária que pode levar a disputas com prejuízos materiais – destruição de construções,

mortes –, como aponta Castoriadis (2000, p. 179) ao criticar a postura dos marxistas que tratavam o nacionalismo como “mistificação”: “Esse imaginário de nação se revela no entanto mais sólido do que todas as realidades, como o mostram duas guerras mundiais e a sobrevivência dos nacionalismos”. Tratar como irreal o sentimento de criação de identidade e de unidade por meio das fronteiras arbitrárias das nações, para o autor, é ignorar todos os efeitos práticos dessa instituição imaginária.

O meio pelo qual os imaginários são formulados e expressos nessa disputa é o do discurso – compreendido em sentido amplo como falas e práticas portadoras de sentido –, que tem sua aceitação assegurada em grande medida a partir da eficácia do sistema simbólico em firmar as bases para, além de classificar, também estabelecer o padrão dos comportamentos individuais e coletivos (BACZKO, 1985, p. 311). Tanto a experiência quanto os desejos dos indivíduos são os elementos formadores desses sistemas, cujos símbolos serão tão mais estáveis quanto estiverem ligados a necessidades sociais, passando a serem imprescindíveis e também sendo a razão de existir dos grupos (Ibidem, p. 311).

Claro que a questão da necessidade é de complexidade extrema, sendo difícil apontar em quais momentos um imaginário é formulado para realizar determinada função ou acaba sendo o instigador de novas e contínuas necessidades. Como defende Castoriadis (2000, p. 165), os imaginários possuem tanto uma fonte que pode ser ligada à necessidade, quanto outra vinculada ao simbólico, nenhuma delas sozinha sendo causa necessária e suficiente. Para o autor, é preciso considerar uma série de fatores para formular explicações sobre o porquê da criação de um imaginário; para a definição de hábitos alimentares, por exemplo, a disponibilidade de alimentos e a ingestão de nutrientes são questões importantes, mas não respondem a por que os caramujos são pratos distintos para algumas sociedades (Ibidem, p. 181). Assim, a questão da funcionalidade é relevante, mas não preponderante: “Não conhecemos sociedade onde a alimentação, o vestuário, o habitat obedeçam a considerações puramente ‘utilitárias’ ou ‘racionais’” (Ibidem, p. 180).

Da mesma maneira, o simbólico é importante para a formulação, comunicação e manutenção de imaginários: “As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica” (Ibidem, p. 142). Assim, ao mesmo tempo em que são criações humanas, os elementos simbólicos possuem força e podem constranger a atuação social – o respeito a um título de propriedade ou a um código de vestimenta são exemplos de invenções de grupos, que se autonomizaram e passaram a agir sobre os indivíduos. É proposta aqui uma indissociabilidade entre as ferramentas utilizadas para a formação imaginária e aquilo que é

formulado, num processo que está longe de ser deliberado e guiado pelo racional: “o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade (e não somente o que era suposto determinar) estando, ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graus de liberdade” (Ibidem, p. 152).

Não se fala de uma criação *ex nihilo*, mas de formulações que se dão por meio das práticas sociais. Toda sociedade tem perguntas basilares que buscam definir essa coletividade – ‘quem somos?’, ‘o que buscamos?’ –, com esses questionamentos e suas respostas sendo formulados nas ações coletivas: “é esse fazer social que só se deixa compreender como resposta a perguntas que ele próprio coloca implicitamente” (Ibidem, p. 177). Como não há ponto inicial nessas formulações, há casos de construção de um imaginário “periférico” a partir um “central”; os primeiros são elaborações sobre os símbolos, que vão se sedimentando umas sobre as outras: “Uma bandeira é um símbolo com função racional, sinal de reconhecimento e de reunião, que se torna rapidamente aquilo pelo qual podemos e devemos matar-nos e o que provoca arrepios ao longo da coluna vertebral dos patriotas que assistem ao desfile militar” (Ibidem, p. 158-9).

No entanto, afirmar categoricamente que um imaginário é criado *por causa* de algum elemento simbólico não passa de tautologia, de falsidade ideológica do autor da ação: se um grupo de pessoas é o responsável por uma formulação de ordem simbólica a compor o imaginário, e esta depois for enquadrada como a motivação para outra criação, não se estará a dizer muita coisa, a não ser a platitude de que se tratam de produtos da humanidade. Seguindo Castoriadis, tratar o imaginário como algo puramente simbólico leva a questionamentos que não podem ser respondidos pensando apenas nesse aspecto: como é possível a autonomização dessas instituições? Por que utilização de um sistema simbólico e não outro? (Ibidem, p. 166).

Trazendo a discussão para a formação de uma cultura de massa, Baczko aponta uma complexa relação entre imaginação e informação. Num contexto de emissão contínua, cobrindo distâncias internacionais, o indivíduo percebe a informação como parcelas isoladas umas das outras que nunca constituem um “todo”. Por isso, há uma vontade de dominar tal fluxo, que passa pela necessidade de representações unificadoras: “Num só movimento, os meios de informação de massa fabricam uma necessidade, que abre possibilidades inéditas à *propaganda* e encarregam-se, simultaneamente de satisfazer essa necessidade” (Ibidem p. 313, 314, grifo do autor). Ou seja, tais meios não só transmitem informação como, ao produzi-la e difundi-la, criam “imaginários sociais” (Ibidem p. 314).

Pode-se perceber a importância da figura do jornal impresso nesse processo ainda na Europa do século XVIII, como indica Benedict Anderson. Para o autor, o jornal (ao lado do

romance) foi um elemento relevante na criação de uma ‘comunidade imaginada’, mais especificamente a da ‘nação’, a partir da sua popularização pelo continente. Anderson atenta para o caráter ficcional do jornal, cujos assuntos são elencados de maneira arbitrária, sendo o vínculo entre eles imaginado, o que ocorre por dois motivos: a coincidência cronológica entre os eventos, estando presente a noção de tempo “vazio e homogêneo”, e a relação entre o jornal e o mercado (2008 [1983], p. 65-6).

Por causa desse segundo ponto é possível que o consumo dos jornais seja feito quase que simultaneamente, num ato paradoxal de “cerimônia de massa” enquanto se está no “silêncio da privacidade” porque os indivíduos sabem que há outros repetindo a mesma ação, embora não conheçam as suas identidades (Ibidem, p. 68). Ao observarem que outras pessoas leem os mesmos jornais, compartilham das mesmas informações, tem-se a segurança de estar acompanhado, “criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas” (Ibidem, p. 69).

## **2.2 A formação de esquemas perceptivos**

Arelado à ideia de imaginário, o instrumental teórico proposto por Bourdieu será profícuo para tentar lançar luz sobre a atividade jornalística: de que maneira as relações profissionais podem não somente moldar o conteúdo de um jornal, mas as percepções dos indivíduos envolvidos nesse fazer, ou ainda, como práticas temporalmente marcadas ganham ares de regras eternas para esses profissionais. Tendo essas questões em mente, será possível propor certa imagem que os profissionais dessa parcela do jornalismo brasileiro analisada tentam fazer de si mesmos e quais efeitos isso pode gerar no público.

No cerne do empreendimento proposto por Bourdieu está a tensão entre as estruturas sociais e a ação individual, perspectiva na qual se insere esta Dissertação para pensar o jornalismo. O autor delimita os contornos do *habitus* de maneira a permitir – ao lado da noção de campo – a formulação de análises sobre práticas sociais, evitando considerar o sujeito como agente sempre consciente de suas ações (2000 [1972], p. 256). Dessa maneira, Bourdieu caracteriza o *habitus* como:

[...] sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas, quer dizer enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'regradas' e 'regulares' sem serem em nada o

produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas à sua finalidade sem supor a intencionalidade consciente dos fins e a dominação intencional de operações necessárias para alcançá-las e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (Ibidem, p. 256, grifo do autor)<sup>3</sup>

Bourdieu aponta que o *habitus* funciona como um conjunto de esquemas perceptivos, utilizados pelos indivíduos para cumprir diversas tarefas (Ibidem, p. 261); é algo que precisa ser adquirido, mas que se inscreve no sujeito de tal forma que aparenta ser inato (Idem, 1983, p. 105). Ao lançar mão do conceito, o autor dá abertura para o poder de ação individual. Apesar de ter algo de habitual, de repetição, o *habitus* é mais do que um costume, sendo também um “princípio de invenção”: reproduz as condições de produção com certa imprevisibilidade, não podendo os agentes passarem “simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos” (Idem, 1983, p.105); ou seja, o indivíduo que se vê inserido num determinado *habitus* até pode ter consciência de que existem estruturas que tendem a guiar práticas em certas direções, mas não consegue (muitas vezes nem tenta) prever exatamente quais ações gerariam mais ganhos. Sendo assim, o autor trata da impossibilidade da ação como algo totalmente deliberado e consciente, visto que “as experiências serão percebidas, em cada instante, através das categorias já construídas” (BOURDIEU; CHARTIER, 2015, p. 61). Com isso em mente, evita-se um “artificialismo ingênuo” com o qual seria possível imaginar que as práticas sociais são sempre ações arquitetadas por determinados grupos, numa lógica de complô (BOURDIEU, 2000 [1975], p. 265). Bourdieu reconhece que há estruturas limitando – não de maneira completa e muito menos com sucesso absoluto – a produção tornada possível com o *habitus*, este que tem ao mesmo tempo “capacidade de geração infinita e limitada” (2006, p. 91). Esse oxímoro pode ficar mais claro se se pensar a questão da criação como uma via de mão dupla: cria-se dentro de limitações estruturais que, por sua vez, são criações do *habitus*.

---

<sup>3</sup> “[...] systèmes de *dispositions* durables, structures structurées prédisposées à fonctionner comme structures structurantes prédisposées à fonctionner comme structures structurantes, c’est-à-dire en tant que principe de génération et de structuration de pratiques et de représentations qui peuvent être objectivement « réglées » et « régulières » sans être en rien le produit de l’obéissance à des règles, objectivement adaptées à leur but sans supposer la visée consciente des fins et la maîtrise expresse des opérations nécessaires pour les atteindre et, étant tout cela, collectivement orchestrées sans être le produit de l’action organisatrice d’un chef d’orchestre.” (BOURDIEU (2000 [1972], p. 256, grifo do autor; salvo quando indicado, as traduções são nossas)

Ao formalizar sua teoria, Bourdieu estava preocupado em entender como se dá o intercâmbio entre estruturas que existem na “objetividade” – os mecanismos sociais de escolha, por exemplo – e aquilo que os indivíduos internamente – numa dimensão pessoal – compreendem por sociedade (BOURDIEU; CHARTIER, 2015, p. 60), entendendo que se trata de um caminho que permite a reciprocidade, tratando-se de “um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes)” (SETTON, 2002, p. 63). A ideia de *habitus*, então, “restitui ao sujeito um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado” (BOURDIEU, 2001, p. 167).

O termo *habitus* aparece em São Tomás de Aquino e remonta a Aristóteles, como lembra Bourdieu (BOURDIEU; CHARTIER 2015, p. 57). É o equivalente latino do grego *héxis*<sup>4</sup>, que pode ser traduzido como ‘disposição’. Como afirma o autor, a noção de *héxis* é aquilo que grava um *ethos* no corpo social, o que garante a sua reprodução enquanto prática: “A força do *ethos* é que se trata de uma moral que se tornou *hexis*, gesto, postura” (BOURDIEU, 1983, p. 104).

A noção de *habitus*, então, é formada pelos conceitos gregos *héxis*, *ethos* e *eidós*. O último é um “sistema de esquemas lógicos” (Ibidem, p. 104), um “modo de pensamento específico” (Idem, 2001, p. 121), enquanto o *ethos* está no domínio da *práxis*, é um “sistema de esquemas práticos” (Idem, 1983, p. 104).

É interessante deter um pouco a análise sobre o *ethos*, posto que a sua utilização pelo autor, num período de sua produção, ilustra bem a tensão entre indivíduo e sociedade que aqui se quer deixar clara. No grego antigo há dois termos de grafia parecida – ἦθος (*êthos*) e ἔθος (*éthos*): o primeiro tem como tradução canônica “caráter” – apesar de haver outras significações possíveis<sup>5</sup> –, enquanto o segundo pode ser compreendido como um hábito da esfera individual, sem impacto social (CAIRUS, 2018, p. 53, 61). Fusulier (2011, p. 98) aponta que, na sociologia, a noção de *ethos* está localizada entre a ideia de caráter e a de costume, e que, para não haver uma assimilação direta com nenhuma das duas palavras do grego antigo, prefere empregar o termo sem acentuá-lo. Da mesma maneira, quando Bourdieu

---

<sup>4</sup> Dentre as acepções de Bailly (1935) para o termo há “estado ou hábito do corpo” (“*état ou habitude du corps*”) e ainda “boa constituição do corpo” (“*bonne constitution du corps*”). Da mesma maneira, Bourdieu (2000 [1972], p. 393) explica a preferência pelo uso da palavra ‘disposição’ (“*disposition*”): esta designa uma maneira de ser, um estado habitual do corpo, exprimindo também uma ação organizadora com sentido próximo ao de ‘estrutura’.

<sup>5</sup> Para um panorama da polifonia conceitual do êthos em Aristóteles e o deslocamento de sentido do termo nos estudos do discurso, cf. WOERTHER (2005).

aplicou a noção de *ethos* de maneira isolada, pareceu ter em mente um arcabouço de traços definidores de visões de mundo – o *ethos* de classe, por exemplo (1983, p. 177) –, ao passo em que é necessário haver um costume, uma repetição individual de sua utilização para que seja marcado no indivíduo. É importante atentar para o teor não deliberado desse processo:

“Empreguei a palavra *ethos*, depois de muitas outras, em oposição à ética, para designar um conjunto objetivamente sistemático de disposições com uma dimensão ética, de princípios práticos (a ética sendo um sistema *intencionalmente* coerente de princípios explícitos).” (BOURDIEU, 1983, p. 104, grifo nosso)

Quando se questiona um sujeito sobre o porquê de uma ação – nesse exemplo, de cunho ético –, passa-se “do *ethos* à ética” (Ibidem, p. 104), com o indivíduo fazendo uma racionalização que não é necessária para se manter uma prática. Assim, fica clara a proposta de tentar compreender as ações que são levadas adiante sem a percepção de sua execução, o que não quer dizer que sejam atos irracionais ou insensatos, mas sim sem uma formalização conceitual do agente.

Uma das aplicações da teoria de Bourdieu se deu na análise sobre como são feitas as escolhas dos jovens franceses com relação ao ensino superior (BOURDIEU; CHARTIER, 2015, p. 58). Segundo Bourdieu, em muitos casos, esses indivíduos pareciam ter interiorizado uma “estrutura de oposição”: de um lado havia a *grande école* voltada para os estudos de negócios, de outro, a instituição de formação de professores e pesquisadores. Para a primeira costumavam ir os filhos de comerciantes, para a outra, os filhos de professores. Na formulação dessa escolha há um sistema de preferências formado nas famílias. Os pais acabavam, muitas vezes de maneira não intencional, passando aos filhos o que se esperava deles. Estes, por sua vez, assimilavam as expectativas e adquiriam determinada visão de mundo que tenderia à escolha do curso. Assim, algo que Bourdieu chama de “estrutura objetiva” – nesse caso, a diferenciação entre os cursos – se torna uma “estrutura subjetiva”, na qual é atrelado a cada elemento um valor distinto (Ibidem, p. 59).

O autor afirma que, quando se observa uma correlação regular entre essas duas dimensões – que são construtos científicos – não é porque há um cálculo intencional dos sujeitos, mas porque diversos elementos estão inscritos nas condições objetivas e acabam criando disposições objetivamente compatíveis com essas condições (BOURDIEU, 2009, p. 89). Nesse cenário, um jovem de classe média tende a escolher o curso superior numa área de negócios não porque percebe deliberadamente que vai ter mais êxito nela, mas sim porque

entende outras opções – a academia, por exemplo – como algo impensável. Assim o *habitus* opera: numa “ordem que inclina a fazer da necessidade virtude, ou seja, a recusar o recusado e a querer o inevitável” (Ibidem, p. 89).

Ao tratar da linguagem, por exemplo, Bourdieu aponta a existência de diferentes *habitus* linguísticos, a produção de discursos ajustada a uma determinada ‘situação’, termo que empreendeu para se diferenciar da ‘competência’ de caráter chomskyano: “[...] a noção de situação vem lembrar que há uma lógica específica da execução; o que se passa a nível da execução não é simplesmente dedutível do conhecimento da competência linguística” (1983, p. 95-6). Aqui está presente também a preocupação em perceber a língua como um sistema de lógica própria, mas que não se reduz às suas regras internas, já que no processo comunicativo há outros elementos em jogo que não os limites formalmente linguísticos. Tal *habitus* é então produto de uma conjuntura que indica quais são os discursos “gramaticalmente conformes” e também as maneiras socialmente aceitas de sua utilização (Idem, 2008, p. 24). Para um indivíduo ter seu discurso aceito, deve produzi-lo não apenas de acordo com as regras da língua, mas com relação a outras regras não formalmente delimitadas e que são sociais. Os *habitus* linguísticos são formulados por uma infinidade de coerções – não percebidas como tal –, que servem como mecanismos de modulação referentes a alguma situação prática, portanto, fonte de legitimação frente a determinado grupo social (preferência do pronome “nós” à locução pronominal “a gente”, ou uma escolha vocabular considerada mais informal para se aproximar de um grupo, por exemplo).

No caso do jornalismo, o *habitus*, esse esquema perceptivo internalizado, se traduz em maneiras de apreensão que podem parecer somente individuais, como a valorização daquilo considerado novidade, o apreço pelo trabalho feito rapidamente, a partilha com os pares do gosto pelas características que envolvem determinada concepção da notícia. No entanto, é importante reforçar que há, sim, elementos que agem dando reforço – positivo ou negativo – aos agentes de um ponto de vista prático: o novo, que pode ser traduzido na concepção de ‘furo’ quando se trata de uma informação considerada extremamente relevante pelo campo, é tido como o mote de atuação de vários profissionais; a premência do tempo é na maioria dos casos algo incontornável com o qual esses profissionais se deparam cotidianamente, assim como as reprimendas recebidas caso se trate como notícia algo que fira algumas das regras estabelecidas diariamente, ainda que não escritas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Por certo, as regras estabelecidas num campo são passíveis de serem quebradas ou ignoradas sem o recebimento de nenhum tipo de sanção caso o agente esteja numa posição de dominação. Esse assunto será tratado no próximo subcapítulo.

### 2.3 As particularidades do campo jornalístico

A noção de campo é complementar à de *habitus*, na teoria de Bourdieu, tendo em vista que a primeira constitui o espaço com regras – muitas vezes implícitas – de atuação dos indivíduos, que estimulam a segunda, numa “relação *dialética* entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado” (SETTON, 2002, p. 63-4, grifo da autora). O conceito de campo considera a dimensão do conflito, da luta, como inerente à existência desse ambiente, que é produto dos embates e mantido por estes. Uma das definições do autor francês para o termo é a seguinte:

[...] um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há condições constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. (BOURDIEU, 1997a, p. 57)

Ou ainda:

[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (Idem, 1983, p. 89)

A teoria dos campos permite formular os termos de um conjunto de interações entre indivíduos e grupos em qualquer área da produção social. Um campo possui uma série de regras de funcionamento que só fazem sentido dentro desse conjunto específico de relações. Dois dos elementos que definem esses espaços são os objetos disputados e os interesses específicos (Idem, 1983, p. 89), havendo conjuntos de valores e prioridades compartilhados pelos integrantes de um campo que não são compreendidos da mesma maneira pelos de outro. Tomemos como exemplo a relação com o tempo. Para um jornalista que trabalhe num jornal impresso de tiragem diária, um dos elementos que guiarão toda a sua produção é a possibilidade de fazer uma série de atividades que se avalia serem necessárias – pesquisa sobre o tema, coleta de dados, entrevistas, escrita do texto dentro de algumas horas, levando em consideração que há outros processos até a publicação da reportagem (revisão do texto, quando houver revisor, edição e diagramação). Por outro lado, no campo judiciário, há casos em que o juiz não possui um limite formal para decidir sobre um processo, podendo utilizar o tempo que achar necessário para refletir e fundamentar sua sentença. Claro, essas relações não

são absolutas: da mesma maneira que pode haver jornalistas com posição de destaque no campo a ponto de pautar sua atuação por fora das regras de tempo sob as quais a maioria trabalha, por vezes adiando a finalização de uma reportagem, tratada como especial, para dotá-la de mais informações, há casos em que um juiz ocupante de uma posição de menor prestígio no campo judiciário pode se sentir impelido pela opinião pública – em geral a imprensa – para acelerar a apreciação de um caso, ou até mesmo para decidir num sentido determinado.

Ao comentar sua primeira tentativa de análise de um campo, o intelectual, Bourdieu afirma que as relações visíveis entre os agentes escamoteavam as relações objetivas entre as posições que eles ocupavam, sendo que, na verdade, estas determinavam a maneira em que se dava essa interação (1985, p. 17). A noção de campo traz, então, segundo o autor, a possibilidade de retirar o reducionismo analítico, como o economicismo, ao tornar possível “descrever e definir a *forma específica* tomada pelos mecanismos e conceitos mais gerais”<sup>7</sup> (Ibidem, p. 20, grifo do autor).

As peculiaridades de um campo levam a uma característica extremamente importante para a manutenção deste, e que para Bourdieu é menos visível: as disputas internas nesse espaço dificilmente envolvem a possibilidade de mudança de suas características principais, já que os indivíduos que o integram têm os mesmo interesses fundamentais, sendo necessário para isso haver pessoas que conheçam e reconheçam (de maneira não totalmente consciente, tendo um *habitus* específico) as leis específicas de disputa de um campo (Ibidem, p. 89-91). Por certo não se está a defender uma rede de relações estática, que levaria a uma espécie de determinismo social; Bourdieu reconhece a possibilidade de mudanças num campo, com os seus agentes disputando para modificar as regras, valorizando um tipo capital em detrimento de outros (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 75). Um caso limite estudado pelo autor é o do campo da alta-costura, que repousa sobre constantes mudanças nas disputas entre os atores – as *maisons*<sup>8</sup> – para obterem o “monopólio da legitimidade específica” (Idem, 2015, p. 136). Apenas a antiguidade não confere a uma grife a posição de dominação nessas relações; pelas características inerentes ao campo – uma delas sendo o tipo de bens comercializados, que possuem valor por serem considerados novidade (Ibidem, p.141) –, há processos rotineiros de deslegitimação dos atores já consagrados, o que modifica certos entendimentos do campo, e causa as mudanças recorrentes de tendências (Ibidem, p. 137).

---

<sup>7</sup> “[...] to describe and to define the *specific form* taken by the most general mechanisms and concepts [...]” (BOURDIEU, 1985, p. 20, grifo do autor)

<sup>8</sup> A tradução aqui utilizada traz o termo em francês para se referir às empresas do mercado da moda.

Nesse percurso, há embates – comuns a todos os campos – entre os já estabelecidos e os recém-chegados. Os jovens buscam retirar a autoridade dos dominantes – que atuam como artistas na produção desse bem simbólico raro –, colocando em questão certas convenções, mas sem por em xeque a totalidade do campo, como a utilização de materiais pouco convencionais (Ibidem, p. 121). Ao mesmo tempo, os recém-chegados podem adquirir algum capital ao se mostrarem de acordo com certos valores e, com isso, acabam reforçando as regras o campo (Ibidem, p. 124-5).

Em outro campo, o educacional, Bourdieu defende que a necessidade de contratar mais professores para as escolas francesas a partir da década de 1960, por conta da entrada de mais alunos no sistema de ensino do país, não levou a uma mudança generalizada de postura dos professores no sentido de utilizar uma linguagem mais próxima do que se entendia ser aquela dos alunos, pelo contrário: “os docentes recentemente recrutados, inquietos e ansiosos de se mostrar dignos de uma ‘promoção acelerada’, encontram-se mais inclinados, sem dúvida, a adotar os sinais exteriores da competência tradicional” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 110). De uma maneira geral, o autor aponta que, nas relações dentro de um campo, os agentes bem estabelecidos podem se dar ao luxo de se mostrarem desinteressados, apresentando apenas “ser o que são”, optando “pela recusa ostensiva das estratégias vistosas da distinção” (BOURDIEU, 2015, p. 120).

Para o empreendimento ora proposto de apontar particularidades do campo jornalístico torna-se interessante reconhecer o que, mesmo com as subjetividades de seus profissionais, acaba sendo homogeneizado pela estrutura, a ponto de não ser tão relevante para este trabalho saber *quem* está ocupando determinada função, mas *qual* é essa função. Para se fazer uma análise das práticas jornalísticas e de seus efeitos, Champagne afirma que se deve levar em conta que “‘o jornalista’ não existe. O que existe são jornalistas que ocupam posições determinadas [...] nos jornais [...], que constituem isso que se deve chamar de um campo jornalístico”<sup>9</sup> (2016, p. 9). Defender tal postura não implica cair num determinismo, mas entender que os espaços ocupados dentro de um campo pressupõem regras que os seus integrantes em geral fazem questão de manter.

Essa ideia de um universo não fechado a outros, mas com leis próprias que só podem ser compreendidas dentro dele, é útil para se pensar o jornalismo – afetado muito fortemente pelo fator externo econômico, mas cuja explicação não se limita a essa pressão, sendo

---

<sup>9</sup> “‘le journaliste’ n’existe pas. Ce qui existe, ce sont des journalistes qui occupent des positions déterminées [...] dans des journaux [...] qui constituent ce qu’il faut bien appeler un champ journalistique.” (CHAMPAGNE, 2016, p. 9)

necessário levar em consideração outras questões pertinentes a ele, como a busca pelo acúmulo de capital simbólico e as relações entre os profissionais, dando relevância à posição que ocupam na estrutura da empresa. Deve-se levar em conta, então, duas dimensões: a relação do campo jornalístico com outros universos e também as relações dentro desse campo, que em grande medida são definidas por posições ocupadas nesse espaço. Ou seja, não se pode esperar que o fator econômico, traduzido na busca pela informação exclusiva, seja vivenciado sempre pelos jornalistas totalmente como uma disputa financeira, havendo um processo que envolve, entre outros elementos, a concorrência entre os próprios profissionais e seu prestígio individual (BOURDIEU, 1997a, p. 58). Em muitos casos, restrições impostas aos jornalistas dentro das empresas – que são exigências próprias do campo – são colocadas como proibições éticas (Ibidem, p. 69) e acabam sendo retraduzidas em máximas como “nesse jornal não se faz isso” ou “isso não é notícia”, ações que devem ser internalizadas pelos profissionais a ponto de serem tratadas como óbvias, quase naturais, contribuindo para a formação de um *habitus*. Embora o conteúdo dessas restrições se modifique de empresa para empresa, e também de acordo com seu posicionamento no campo, essa parece ser uma característica geral entre os veículos de comunicação brasileiros. É por meio de experiências individuais, nas escolhas e dilemas de cada profissional, que há a reprodução das regras das “estruturas invisíveis” (Ibidem, p. 75).

O campo jornalístico, para Bourdieu, tem a particularidade de variar mais de acordo com forças externas do que outros campos de produção cultural, como o da literatura e o jurídico, por ser dependente das regras de mercado e da aprovação pública (Ibidem, p. 76). Esses dois pontos se traduzem na questão do “índice de audiência”: a valorização e retorno econômico que são conquistados dentro das empresas quando uma produção chama a atenção do público. Este efeito é buscado incessantemente em muitos veículos de comunicação, o que interfere nas características do noticiário: um veículo de apelo sobretudo popular centra seus esforços nos assuntos de violência e de serviço à população; outro cuja imagem é vinculada a um público que se pensa distinto pode trazer mais reportagens voltadas à produção intelectual ou à política nacional. Assim, há um efeito anônimo, invisível, pelo qual não se consegue dizer quem é o responsável pela imposição das regras, e mesmo quando alguns são assim apontados isso não basta para compreender a questão, já que se trata de um processo estrutural (Ibidem, p. 77). Essa busca pela informação exclusiva se dá por meio do campo, com a partilha de alguns interesses circunscritos ao universo de seus integrantes. Um exemplo é a notícia publicada em primeira mão e vista como um triunfo para os profissionais que conseguiram fazê-lo, sem que o público tenha essa mesma percepção (BOURDIEU, 1997b, p.

107). Sendo assim, os profissionais que satisfazem as exigências do campo jornalístico, possuindo qualidades como agilidade e renovação constante (ainda que essa ideia de “novo” possa ser discutível), são de alguma maneira favorecidos (Ibidem, p. 107).

Essa pressão do mercado – entendida não só sob o aspecto econômico, mas também como a necessidade de obter a aprovação do público para conseguir mais anunciantes e aí sim o acúmulo financeiro – também faz o campo jornalístico exercer pressão sobre vários outros (Idem, 1997a, p. 81). Assim, ele pode iniciar um processo de indignação generalizada num caso de crime violento (Ibidem, p. 92), ou interferir na atuação de profissionais considerados como intelectuais em diversas áreas ao colocar algum deles em relevo; mesmo que não tenha o reconhecimento de seus pares, o intelectual que tem espaço na mídia ganha valor ao conquistar outro tipo de respeitabilidade – do grande público, em geral leigo (Ibidem, p. 83). Esse princípio de legitimação que advém do reconhecimento da maioria é o que acaba gerando receitas (tanto para o jornal como para quem consegue esse espaço na mídia), muitas vezes em detrimento de outro princípio de legitimação que é o reconhecimento dos pares (Idem, 1997b, p. 105). Bourdieu chama esse processo no qual os profissionais de uma área buscam a consagração pela mídia de inserção de “poderes econômicos mediatizados”, o que pode ser visto até em universos de disciplinas consideradas mais fechadas, como a física (Idem, 1997a, p. 86-7).

É importante perceber que existe uma diferença na autonomia de um veículo de comunicação e de um jornalista. O primeiro é mais autônomo quanto maior for sua receita e acúmulo de anunciantes; o segundo será se houver um mercado de trabalho com opções de vagas variadas, se o profissional trabalhar num jornal que não privilegie tanto o aspecto comercial, se não ocupar uma vaga muito baixa na hierarquia da empresa e se o jornalista puder ser menos dependente de fontes fixas de informação (Idem, 1997b, p 102-3).

A importância do campo jornalístico apontada por Bourdieu, nos anos 1990, repousava no monopólio dos meios de produzir e difundir informação que os veículos de comunicação detinham, exercendo o controle sobre quem ou o quê poderia ganhar notoriedade no espaço público (Ibidem, p. 65). Nessa concepção, os jornalistas exerceriam uma espécie rara de dominação, pois, ao selecionarem o que poderia ser noticiado, teriam o poder de fazer existir (Ibidem, p. 66-7). No entanto, com a difusão do acesso à internet, esse processo ficou mais turvo, sendo que agora os jornalistas não detêm um controle tão grande sobre o que pode ser conhecido pelo grande público e também diminuiu, apesar de ainda ser considerável, o seu poder de selecionar os assuntos que vão ser considerados importantes. A dimensão on-line das relações sociais aparece então como um novo bloco na esfera pública, a

“galáxia da Internet”<sup>10</sup>, que embaralhou as relações de poder não somente entre jornalistas e público, mas entre a esfera pública - sistema político, sociedade civil e espaço público - e o cidadão comum, tornando mais fácil e direta a aparição da opinião deste último (MARTUCCELLI, 2015, p. 68). Sendo assim, é possível o público emitir uma opinião, apontar outros fatos que acredita serem importantes e que não estão sendo abordados pela mídia. Há aqui um caminho de mão-dupla, sendo que esses dois grupos se veem por vezes em polos opostos ou estabelecendo uma relação de troca. A parcela da sociedade aqui chamada de público pode ter uma desconfiança com relação à mídia -- em especial os ativistas --, apontar o que considera como erros na cobertura e até mesmo produzir conteúdo, e as empresas de comunicação podem não dar credibilidade aos questionamentos via web, numa tentativa de defender sua posição como detentor do privilégio da difusão de informação. No entanto, o fenômeno inverso parece ter se acentuado nos últimos tempos, com os jornalistas se vendo forçados a levar em consideração alguns assuntos que circulam na Internet e as empresas sistematizando a inserção de conteúdo e assuntos tomados da web, e o público utilizando muitas informações veiculadas pela mídia tradicional como um validador de sua argumentação (Ibidem, p. 73).

Essa mudança de relações proporcionada pela internet extrapola os domínios da web e afeta as empresas de comunicação como um todo, não só o que produzem no ambiente digital. Para não perder espaço na disputa simbólica travada no imaginário, elas se esforçam para se diferenciar dessa enorme massa de informação veiculada por todos no ambiente digital. O caminho que vem sendo tomado pela grande imprensa para mostrar que ainda é relevante e necessária, em geral, vem sendo o de buscar a maior quantidade de credibilidade possível, se mostrar como um tradutor confiável da realidade caótica, passando a ideia de que aquilo publicado é dotado de verdade, ou seja, investir-se de capital simbólico.

## **2.4 O valor da credibilidade**

Para se ocupar uma posição de destaque dentro de um campo, é preciso haver um conjunto de elementos a conferir eficácia à ação dos atores nesse espaço de lutas, o que Bourdieu chama de capital, sendo este “uma relação social”, ou seja, seus efeitos serão fortes, fracos, inexistentes, a depender do funcionamento de um campo específico (2007, p. 107), do reconhecimento dado por outros indivíduos ou grupos, fazendo com que seu detentor tenha

---

<sup>10</sup> Termo utilizado livremente por Martuccelli, tomado de empréstimo de Castells (2003).

relevância. O capital – econômico, cultural, social, político, simbólico etc – é, portanto, um bem (longe de ser somente material) com o qual um agente pode obter lucros na participação no campo. Um exemplo é a propensão de frações ricas em capital cultural na França, como professores universitários, em investir na formação educacional dos seus filhos, a fim de manter os benefícios dessa posse (Ibidem, p. 112), como a exibição de um gosto distinto para as artes. Ao mesmo tempo, Bourdieu destaca uma certa tendência de integrantes com maior capital econômico a preferirem investir naquilo que dará retorno financeiro em detrimento aos investimentos culturais (Ibidem, p 112). Não é demais reforçar que não se tratam aqui todas essas ações como conscientemente empreendidas pelos atores no campo, sendo que muitas vezes tais propensões ou gostos são percebidos como ‘naturais’, ‘esperados’.

Com relação especificamente à imprensa, esta precisa ter credibilidade, notoriedade, aceitação de outros indivíduos com relação a uma ideia, ação, para exercer um poder de ordem simbólica nas relações no imaginário. É o que Bourdieu chama de capital simbólico e caracteriza como “encanto” (*charme*), “carisma” (*charisme*): “(...) um capital de base cognitiva, que repousa no conhecimento (conhecimento que não é um conhecimento intelectual, mas um domínio prático, um senso prático)”<sup>9</sup> (BOURDIEU, 2007, p. 388). Assim como todo tipo de capital proposto pelo autor, é sempre de fundo relacional e demanda uma ação de reconhecimento dos indivíduos com relação às categorias em jogo, sendo necessária para os envolvidos a posse destas para perceber o sistema de diferenças (Ibidem, p. 388-9). Ao utilizar a nobreza como exemplo, o autor francês aponta que esta depende dos plebeus para existir, mais especificamente de “um plebeu socializado de maneira a reconhecer o nobre, a discerni-lo, e a reconhecer-lhe o estatuto de nobre”<sup>10</sup> (Ibidem, p. 389).

No âmbito dos discursos, para que estes sejam aceitos como uma fala de autoridade, não bastam as palavras em si, é preciso haver as condições sociais para tornar este processo de convencimento, de crença, efetivo, ou seja, deve haver um mecanismo de “reconhecimento da autoridade” (Idem, 2008 [1982], p. 60). O poder simbólico, então, se dá pelas relações entre os indivíduos – aqueles que exercem a dominação e os dominados. Tal “crença na legitimidade”, apesar de transmitida pelas palavras, não é produzida por estas, mas sim por aqueles que as pronunciam (Idem, 1989, p. 14-5). Assim, no caso da imprensa, pode-se dizer que, para existir jornais com credibilidade frente ao público, é imprescindível a presença de indivíduos (mesmo que estes não sejam seus leitores) aptos a reconhecerem as qualidades dos veículos de comunicação dotados de capital simbólico tal como apregoadas por estes.

Visto dessa maneira, o capital simbólico tem regras muito particulares, a depender do domínio observado, sendo frágil, instável e alienado por definição, já que necessariamente

vem de outros (Idem, 2007, p. 389). Além disso, há a possibilidade de diferentes tipos de capital se transformarem em capital simbólico, gerando consequências práticas sem que aparentemente haja esforço para tal, sendo, para Bourdieu, a percepção desse processo de “dissimulação e de transfiguração” essencial para identificar o poder simbólico (1989, p. 15). Bourdieu chega a afirmar que qualquer capital - econômico, político etc. – pode funcionar como capital simbólico, desde que desconhecido como capital e tendo o reconhecimento de um *habitus* apto a dar-lhe valor, de maneira que o autor levanta a questão de que talvez fosse melhor falar em “efeitos simbólicos do capital” (2001, p. 295-6). Pode-se fazer uma comparação entre a relevância do público para conferir confiabilidade a um jornal e a necessidade de haver um conjunto de agentes, envolvidos em diferentes níveis, no processo de valorização de uma obra de arte. Bourdieu aponta que, para se considerar tal objeto como “sagrado e consagrado” e fruto de uma “alquimia social”, deve-se perceber a participação de artistas, críticos, editores, tanto os desconhecidos quanto os já consagrados, além dos clientes e vendedores (Idem, 2015 [2001], p. 29). Ou seja, para reconhecer que um jornal vale mais do que o preço pelo qual é vendido, é preciso levar em consideração um processo de reconhecimento que perpassa vários segmentos da sociedade: a força econômica da empresa para fazer seu produto ser distribuído ao maior número de pontos de venda possível; os atores políticos, que podem dar incentivos à empresa; o reconhecimento do público (leitor ou não) de que o espaço do jornal é dotado de ‘verdade’.

O que Bourdieu chama de “eficácia quase mágica da assinatura” (Ibidem, p. 28) pode ser trazido para o contexto aqui analisado, ao se observar como as páginas dos jornais considerados “de referência” são tidas como espaços em que se lê a ‘realidade’; pelo fato de algo estar descrito do jornal, é considerado como real e relevante. Para o autor, tal eficácia “não é outra coisa senão o poder, reconhecido a alguns, de mobilizar a energia simbólica produzida pelo funcionamento de todo o campo, ou seja, a fé no jogo e lances produzidos pelo próprio jogo” (Ibidem, p. 28). Pensando nos veículos de comunicação, não é tão relevante a questão da autoria de cada reportagem – salvo exceções de profissionais amplamente reconhecidos –, mas simplesmente o fato de algo ser retratado nas páginas do jornal já confere a essa informação uma carga considerável de validade.

Também pode-se pensar essa perspectiva da credibilidade, do reconhecimento, pelo caminho inverso, na relação entre a mídia e o seu objeto - o indivíduo ou a instituição a serem retratados - a partir do ponto de vista deste último, já que há uma série de desnivelamentos na maneira como segmentos sociais são representados, positiva ou negativamente, e na reincidência de sua aparição no noticiário. Não é todo indivíduo cujo local enunciativo será

considerado como válido para levantar algum questionamento ou justificar um acontecimento. Assim, leva-se em consideração o fato de o capital simbólico ter uma distribuição extremamente desigual (Bourdieu, 2001, p. 294), sendo relevante que alguns grupos sociais, além de não disporem dele, possuem o seu inverso:

[...] o nobre, em sua variante tradicional, ou em sua forma moderna - o que denomino nobreza de Estado -, contrapõe-se ao pária estigmatizado o qual, a exemplo do Judeu da época de Kafka, ou, hoje, o Negro dos guetos, o Árabe ou o Turco dos subúrbios operários das cidades europeias, carrega a maldição de um *capital simbólico negativo*. (Ibidem, p. 295, grifo nosso)

Dessa maneira, não se trata apenas de ausência de credibilidade, ou de falta de reconhecimento do discurso tido como válido, não se fala aqui de um espaço vazio, neutro, no qual quem não detém capital simbólico estaria. Quando uma parcela da sociedade não o possui, há o capital simbólico negativo, o que implica um conjunto de visões tão preconcebidas quanto negativas sobre os indivíduos ligados a esse grupo. Ocorre, então, um embate por uma posição privilegiada que só se obtém quando cedida por outros indivíduos, que da mesma maneira participam dessa competição por um poder que é “produto de atos subjetivos”, mas tem uma “realidade objetiva” (Ibidem, p. 295).

Assim, os veículos de comunicação buscam o acúmulo de capital simbólico como uma maneira de prosperarem enquanto empresas, sendo necessária a concentração dessa credibilidade para haver o acúmulo financeiro e, assim, o crescimento econômico da empresa, que, quando ocorre, acaba se configurando também em força política frente a diversas outras instituições, e, claro, simbólica. Essa junção entre os capitais simbólico e econômico constitui o que Patrick Champagne chama de “capital jornalístico” (“*capital journalistique*”) (2011, p. 35). Tal combinação varia de acordo com as características do veículo: no cenário francês, o autor aponta que a força da imprensa dita “popular”, de grande tiragem, está mais no aspecto econômico, enquanto que, na imprensa considerada “de referência”, o poder se encontra sobretudo em sua credibilidade e capacidade de impor as questões atuais que serão tidas como relevantes (Ibidem, p. 35).

## **2.5 Dizer e fazer existir**

Seguindo o percurso teórico estipulado por Bourdieu, pode-se fazer algumas ponderações sobre as pretensões desse campo, de seus atores. Esta Dissertação se baseia na perspectiva de que, assim como qualquer trabalho intelectual, a atividade jornalística está longe de ser apenas um meio de reprodução da realidade utilizando linguagem transparente e alheia aos acontecimentos que veicula. Pelo contrário, defende-se aqui que a produção da imprensa é interpretação e representação de fragmentos da realidade (na melhor das hipóteses), com essa representação tendo o status de ‘real’; isso sem nenhum demérito ao ofício. Pôr nesses termos deixa mais claro o nível de subjetividade de uma profissão que se exerce na maioria das vezes em condições precárias, sobretudo em termos de análise, devido à urgência temporal e à sobrecarga em que boa parte dos profissionais se encontra atualmente. No entanto, a imagem que os veículos de comunicação hegemônicos ora analisados desejam passar de si é a de que fazem um trabalho imparcial (“isento” pode ser a palavra mais utilizada atualmente), e que tudo o que assim não for estará na área da não reprodução precisa dos fatos – ou seja, mentira. Aqui defende-se que esta postura é uma das muitas regras desse campo, formulada e reforçada pelo *habitus* dos profissionais dessas empresas, com o intuito de gerar maior capital simbólico – credibilidade, prestígio – para os veículos e os jornalistas que os integram.

Antes de prosseguir, é preciso explicitar qual imprensa é o objeto dessa análise. A leitura a ser feita é a de edições impressas de jornais dos maiores grupos de comunicação do país: Globo, Folha e OESP. São os veículos com o maior número de assinaturas do território nacional<sup>11</sup> e possuem similaridades estéticas e de público-alvo. São jornais que podem ser chamados “de referência”; diferentemente da imprensa conhecida como popular, rejeitam em alguma medida os relatos de violência extrema, tratam de temas para além daqueles relativos à cidade – com pretensões de terem leitores em nível nacional – e, o mais importante para esta análise, dispõem de inegável capital simbólico, sobretudo dentro do próprio campo, sendo aqueles que de alguma maneira possuem mais poder para apontar quais notícias são mais importantes. As apreciações, críticas e comentários são feitos tendo em mente essa parcela dos veículos de comunicação brasileiros. Entende-se que, no contexto brasileiro, não há tanto uma separação entre uma imprensa de grande tiragem e aquela portadora de maior parcela de capital simbólico, tanto que os três jornais sobre os quais se repousará esta análise são os que

---

<sup>11</sup> De acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação, os jornais que tinham o maior número de assinantes para os exemplares impressos e digitais em dezembro de 2018 eram: *O Globo* (média de 315.044 por dia), *Folha de S. Paulo* (média de 310.677 por dia) e *O Estado de S. Paulo* (média de 239.436 por dia). Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/efeito-bolsonaro-bump-foi-timido-e-jornais-tradicionais-perdem-assinantes/>>. Acesso em 18 mar. 2019.

lideram o número de assinaturas. O que se percebe no contexto nacional é uma grande concentração de propriedade na área da comunicação, sendo que muitas empresas têm como donos políticos e lideranças religiosas. De acordo com pesquisa do *Media Ownership Monitor*, o sistema de mídia brasileiro apresenta “alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas”<sup>12</sup>. Nesse cenário em que o jornalismo é um negócio oligopolizado por elites econômicas em busca de lucro, o que não se pode esperar é pluralidade.

Tais jornais são caudatários em certa medida de um modelo jornalístico formulado nos Estados Unidos de maneira mais intensa após a I Guerra Mundial, e que se tornou o ponto de referência mundial dessa atividade (Schudson, 2010, p. 17). Neveu resume as características principais desse modelo: a coleta de dados, a defesa da objetividade com separação entre informação e comentário, a ligação do jornal com questões práticas do dia a dia do leitor, o jornalismo tratado como atividade empresarial e a contratação de jornalistas assalariados que compartilhem técnicas específicas (2006, p. 22-6). Há, como afirma Schudson (2010, p. 16), a crença de que se pode distinguir fatos de valores, sendo os primeiros “declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente” e os segundos “predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo”, pertencente à subjetividade. Assim, a objetividade nesse modelo de jornalismo se configura como um método de validação consensual acerca da veracidade de uma afirmação (Ibidem, p. 17).

Para o autor, a defesa da objetividade foi formulada justamente quando se percebeu a inevitabilidade da subjetividade, após a perda de certezas que marcou a passagem da Era Progressista para o pós-guerra: “Os jornalistas passaram a acreditar na objetividade, na dimensão em que o fizeram, porque queriam, precisavam, foram forçados pela aspiração humana comum a buscar fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção (Ibidem, p. 187). Isso se deu num contexto social específico, havia uma série de dúvidas sobre as instituições democráticas e econômicas, assim como com relação à qualidade das escolhas da população (Ibidem, p. 150), além dos impactos dos agentes de relações públicas, que criaram uma camada para os jornalistas que anteriormente tinham acesso direto a atores do governo ou de empresas (Ibidem, p. 162). Dessa maneira, a imprensa norte-americana foi buscando maneiras de se impor como um agente relevante no debate público.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em 18 mar. 2019.

Esse processo de colocar a objetividade no centro da atividade jornalística sem dúvida não foi homogêneo, tanto que Schudson aponta a aparição de um movimento de “reportagens interpretativas” ainda na década de 1930, que se propunham a fornecer mais explicações para os acontecimentos (Ibidem, p. 171), além das críticas ao modelo objetivo da imprensa nos anos 1960, que tiveram como uma de suas consequências o *new journalism*, ou jornalismo literário (Ibidem, p. 218). Importante destacar que essa corrente, apesar de não ter impactado diretamente os jornais diários norte-americanos, influenciou seus profissionais ao apresentar diferentes maneiras de formular o relato jornalístico (Ibidem, p. 219).

De uma maneira geral, a defesa da objetividade parece algo recorrente inclusive nos dias de hoje nos Estados Unidos. Embora seus veículos de comunicação possam ser mais explicitamente ligados a um posicionamento político do que no Brasil, isso não diminui a defesa da objetividade até os dias de hoje. Kaplan (2010, p. 26) afirma que esta se mantém como o “senso comum inquestionável” (*unchallenged commonsense*) não só para jornalistas, mas para políticos e o público em geral, sendo também o remédio apontado para as deficiências da imprensa. O autor aponta que nem meios de comunicação norte-americanos abertamente ligados a uma corrente política deixam essa retórica de lado, e dá como exemplo o slogan de uma peça publicitária da Fox News que declarava: “Nós noticiamos, você decide” (“*We report, you decide*”) (Ibidem, p. 27). Podemos citar ainda uma campanha recente do New York Times que vendia sua assinatura digital: “Descobrir a verdade exige comprometimento. Objetividade. E você”<sup>13</sup>.

Trazendo a discussão para o cenário brasileiro, em muitos casos, mas nem sempre, a objetividade está a serviço de uma postura neutra. Se no jornalismo contemporâneo classificado como popular existe alguma defesa do olhar objetivo é apenas para se mostrar o que seria a “verdade nua e crua”, numa tomada de posição em prol do leitor; apesar do discurso da objetividade, esta não serve à imparcialidade nesse caso. Com relação aos três jornais sobre os quais este trabalho recai – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* –, reconhece-se que buscam por meio da objetividade uma posição de isenção, numa tentativa de se manterem equidistantes dos dois lados (sempre dois) em disputa. Parece haver no debate público brasileiro atual, a noção de que é necessário se livrar das paixões para haver um julgamento justo sobre a vida em sociedade; a imparcialidade se torna, portanto, um pressuposto para se alcançar o bem comum (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 60). Dessa maneira,

---

<sup>13</sup> “Uncovering the truth takes commitment. Objectivity. And you.” Disponível em: <[https://milled.com/nytimes/experience-objectivity-insight-yours-for-1-a-week-ro\\_gkqZ9IUyig1aH](https://milled.com/nytimes/experience-objectivity-insight-yours-for-1-a-week-ro_gkqZ9IUyig1aH)>. Acesso em 7 mar. 2019.

a grande imprensa se apresenta, principalmente com o fim da ditadura militar, como uma espécie de ator partidário apto a arbitrar conflitos em defesa da sociedade (ALBUQUERQUE, 2005, p. 497). Tal posicionamento fica claro nas palavras do então diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, ao expor suas ideias sobre o conceito de *fake news*:

A imprensa profissional, que adota critérios rigorosos para apurar e publicar notícias, continua sendo o farol a iluminar as fronteiras, sempre fluidas, entre o falso e o verdadeiro. Mas a maioria das pessoas ainda tem pouco acesso a esse tipo de jornalismo (mesmo que a era digital tenha multiplicado em várias vezes o público que desfruta desse acesso) e nem sempre se mostra capaz de distingui-lo de outras fontes suspeitas ou simplesmente mentirosas. (2018, p. 44)

Num ambiente caótico, de conflito de versões, o modelo de imprensa no qual se insere a *Folha* seria então o guia do acesso à verdade. Nessa perspectiva, não haveria problemas se todos soubessem distinguir o verdadeiro (o que está nos jornais feitos por profissionais) do falso (o que contradiz essa imprensa). Não é de se estranhar que nesse mesmo texto Frias Filho teça elogios ao Iluminismo, a partir do qual, “uma camada crescente – uma classe média ilustrada – vem sendo formada sob influência do método científico e do racionalismo moderno, o que tende a resultar numa atitude mais criteriosa em face das informações disponíveis” (Ibidem, p. 40).

É importante apontar que, embora o formato norte-americano desenvolvido após a I Guerra tenha sido o modelo no qual a grande imprensa brasileira se baseou a partir de meados do século XX, houve um processo de apropriação e não simplesmente de adoção (ALBUQUERQUE, 2005, p. 487). Albuquerque argumenta que é preciso levar em conta o contexto social no qual emergiu o modelo norte-americano – alguns pontos já supracitados neste trabalho; entre os elementos que elenca estão a relativa independência da imprensa com relação a governos e partidos políticos advinda de uma economia de mercado sólida e a emergência de um ideal profissional durante o Movimento Progressista<sup>14</sup> (Ibidem, p. 492).

O autor afirma que a inserção do paradigma norte-americano no Brasil se deu num momento em que os Estados Unidos buscavam maior entrada nos países das Américas – depois da II Guerra Mundial –, sendo que dentro dos veículos brasileiros ocorreu de cima para baixo, com os profissionais de cargos mais elevados passando a exigir mudanças a se coadunarem com esse modelo (Ibidem, p. 494). Albuquerque, no entanto, defende que o

---

<sup>14</sup> O autor baseia essa parte da análise em Schudson (1999, 2010).

paradigma norte-americano foi utilizado mais como um verniz técnico do que como a adoção integral do jornalismo objetivo (Ibidem, p. 494-5).

É difícil determinar até que ponto o discurso do campo jornalístico sobre seu olhar objetivo e neutro é um esforço retórico adotado sobretudo em momentos de ataques externos ou se realmente é um posicionamento interiorizado pelos profissionais. Se, como é a perspectiva desta Dissertação, compreende-se ser impossível tal apreensão direta da realidade, não faz sentido buscar apontar quando ou como o modelo brasileiro falha nessa empreitada. De qualquer maneira, a defesa dessa postura é um traço distintivo desses agentes, mas que deve ser localizado temporalmente. Biroli (2007, p. 118) aponta alterações nesse sentido no perfil do jornalista esperado pelo campo a partir da década de 1940, com os meios de comunicação se estruturando cada vez mais como empresas lucrativas. Assim, a autora defende que houve uma padronização do fazer jornalístico ligada a uma reorganização do trabalho nas redações, à aparição dos cursos superiores de jornalismo, a uma busca pelo aumento de produtividade, tudo isso sob influência do modelo norte-americano. Tais modificações não somente alteraram rotinas de trabalho, mas também a subjetividade desses profissionais: “Se houve mudanças, é preciso lembrar que não há ‘progresso’ sem a gênese de indivíduos que trabalhem adequadamente para a reprodução de sua lógica, integrem e internalizem essa lógica e, sobretudo, a defendam” (Ibidem, p.123). Ecoa aqui a já comentada relação *habitus*-campo estabelecida por Bourdieu, na qual só é possível a existência desse espaço com regras específicas se houver indivíduos que as defendam sem se sentirem coagidos por elas, a ponto de perceberem como positivas e desejáveis exigências que muitas vezes pressionam o profissional. Tomemos como exemplo a carga horária de trabalho. Do ponto de vista legal, ela existe e possui uma limitação clara, no entanto, é senso comum entre os profissionais a ideia de que se é jornalista, deixando clara uma atuação em tempo integral, cuja negação é moralmente reprovada pelos pares. Assim, aquele que não se submete a essa exigência em vários casos passa a ser considerado um mal jornalista. Nas palavras de Ricardo Kotscho, repórter consagrado no campo: “[...] antes de ser mera opção profissional, este ofício é uma opção de vida” (2000, p. 7). Como aponta Biroli, há um movimento duplo nessa nova concepção do profissional. O campo passou a exigir e a ser formulado por jornalistas de perfil considerado mais profissional em detrimento do boêmio (Ibidem, p. 124), valorizando aquele “normatizado e disciplinado”, com a objetividade guiando suas ações, mas ao mesmo tempo sentindo-se “imbuído de uma nobre missão” (Ibidem, p. 129). As motivações específicas dos jornalistas para aceitarem essa perspectiva estreita do que guia sua atividade podem ser várias: aprendizado com pares e reforços positivos, percepção anterior à entrada na

profissão que já se assemelha às imposições do campo, autodefesa contra críticas externas, receio de estabelecer confronto num mercado de trabalho muito concorrido com salários precários etc. De toda maneira, não é necessário verificar as intencionalidades de cada caso para se analisar os efeitos de determinadas concepções. Se, como se verá adiante, entende-se que determinadas concepções sobre a realidade são mais interpretações do que captações, noções como ‘verdade’ e ‘fato’ perdem seu caráter absoluto e, portanto, as ideias de notícia e relato jornalístico perdem tanto a neutralidade como o caráter objetivo.

Se a defesa da objetividade aparece juntamente com expedientes de diminuição da autonomia do jornalista, para padronizar o produto final, também pôde ser utilizada em defesa dos próprios profissionais contra práticas malvistas das altas hierarquias das empresas, sem fugir no entanto do postulado da reprodução fiel dos fatos (Ibidem, p. 137). Com relação aos teóricos da comunicação, Moretzsohn (2001, p. 4) aponta em Nilson Lage a matriz desse pensamento, e afirma que a defesa dos fatos que falam por si foi de certa maneira uma resposta à ditadura, nos anos 1970, numa tentativa de apresentar uma perspectiva neutra a ser utilizada politicamente.

Sem dúvida, o recurso à ‘objetividade’ e à ‘neutralidade’ teve e tem várias serventias, mas apontar contextos sociais que possibilitaram sua emersão não configura o escopo desta Dissertação. Por enquanto, basta ter em mente que esta análise é centrada na fatia hegemônica da imprensa escrita brasileira e que se destina a um público nacional, levando em consideração que há um modelo de jornalismo compartilhado por essas empresas inspirado no padrão norte-americano e implantado no Brasil a partir de meados do século XX. Tais jornais defendem que a sua atuação envolve reproduzir fielmente (o mais possível) os acontecimentos – nunca criando estes –, mantendo-se numa posição de distância dos agentes que efetivamente participariam dos eventos, sendo a imprensa a responsável por dar mais qualidade ao debate público.

Um expediente costumeiro de defesa dos veículos de comunicação no Brasil, quando atacados de parciais, é reafirmar que ocupam apenas uma posição de propagador de mensagens, a partir das quais não teriam nenhum tipo de interesse. Os jornalistas e as empresas seriam, nessa visão, algo como receptáculos de informações de terceiros, sem responsabilidade sobre ela (desde que sejam ‘verdadeiras’ dentro dos limites da verificação). A reação pode ser sintetizada no dito popular em inglês “não mate o mensageiro” (*don't kill the messenger*).

Duas falas de jornalistas que participaram da cobertura analisada são interessantes para se ter uma ideia de como os profissionais do campo externam determinados valores e

visões ligados à sua atividade. Em um breve depoimento para a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o repórter d’*O Globo* Thiago Herdy – então presidente da entidade – expõe rapidamente sua perspectiva sobre a função do jornalismo, ao comentar uma conferência que teve a participação de Martin Baron<sup>15</sup>:

O que eu achei muito interessante da palestra do Martin é quando ele diz que o papel do jornalista não é derrubar o presidente, não é derrubar o poder, é simplesmente fazer o seu trabalho. Isso é algo que se aplica muito ao que a gente tá vivendo hoje no Brasil, eu acredito. Não é “fora, Temer”, “fica, Temer”; não é se a economia vai bem, se a economia vai mal. É fazer o nosso trabalho. É ser vigilante, é fazer bom jornalismo, é fazer jornalismo correto [...]. (Herdy em entrevista à Abraji publicada em 2 de jul. de 2017)<sup>16</sup>

A posição de Herdy se insere claramente na perspectiva do campo de não incluir as empresas, nem os jornalistas, como ocupantes de posições de poder ou portadores de interesses próprios. Aqui, pode-se perceber uma concepção reduzida da ideia de poder, na qual só parece ser levado em consideração o poder político. Ao mostrar a imprensa como desinteressada com relação a disputas desse cunho, tenta-se excluí-la dos embates políticos, o que por sua vez não deixa de ser uma resposta às críticas sobre a imparcialidade dos veículos de comunicação. Para isso, lança-se mão retoricamente inclusive de equivalências inexistentes como a paridade entre o “fora, Temer” – frase de manifestação tanto nas redes sociais, quanto em protestos nas ruas – e o que chamou de “fica, Temer”. Este último não se configurou como movimento político<sup>17</sup> e parece ser uma conhecida tática dos profissionais da imprensa para se desviar de críticas, na qual sempre há a formulação de dois lados e nenhum a ser defendido. Assim, quando os veículos de comunicação podem ser enquadrados como partidários de alguma opinião, tendem a indicar como estão apenas mostrando a ‘verdade’, ou seja, fazendo o seu trabalho. Por isso Herdy – importante não esquecer que era presidente da Abraji à época, portanto, ocupando posição de reforço dos interesses do campo – conclui dizendo que o papel do jornalista é “ser vigilante”, “fazer bom jornalismo”, “jornalismo correto”. A ideia de vigilante reforça o pressuposto da imprensa como estrutura insubstituível para a manutenção de uma sociedade democrática; no entanto, não fica claro o que se entende por “bom jornalismo”, ou “jornalismo correto”. Fica claro apenas que se executa uma linha de

---

<sup>15</sup> Martin Baron foi chefe de reportagem do jornal *Boston Globe* e ficou conhecido por comandar a equipe de jornalismo investigativo do veículo, chamada de *Spotlight*.

<sup>16</sup> Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j67dxPpRhcM>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

<sup>17</sup> O “fica, Temer” até chegou a ser utilizado, mas como piada – mais de um ano depois da publicação dessa exposição de Herdy – durante a eleição presidencial de 2018, por quem não concordava com a plataforma política do então candidato Jair Bolsonaro, que liderava as pesquisas de intenção de voto.

raciocínio de fundo tautológico, na qual se diz que fazer ‘A’ não é certo, e que o certo é fazer o certo.

Outro exemplo que vale ser trazido para esta discussão é a entrevista do repórter da *Folha de S. Paulo* Rubens Valente ao programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 17 de fevereiro de 2014, sobre o livro de sua autoria – *Operação Banqueiro* –, em que conta pormenores do imbróglio jurídico da operação da Polícia Federal que prendeu o banqueiro Daniel Dantas e cujas provas foram anuladas posteriormente. Num dado momento, ao falar sobre e-mails apreendidos que poderiam ter potencial para mudar os rumos da investigação e não foram utilizados, Valente expõe o que entende ser o seu trabalho:

**Rubens Valente:** Do ponto de vista do repórter, eu não posso me exceder e chegar a conclusões do ponto de vista criminal, porque até não compete a mim. Como jornalista, o meu trabalho é expor essa história, né? E aí, sim, eu me dediquei à tarefa de obter essas mensagens, que eu sabia que existiam, estavam apreendidas. Aí, como repórter, eu me dediquei a obtê-las, e expô-las, e trazê-las a público. Acho que numa sociedade sadia as provas têm que caminhar, elas têm que ser avaliadas por todos à luz do sol, que é dito como o melhor detergente, segundo aquela famosa frase. Quer dizer, o meu trabalho é esse, exatamente.<sup>18</sup>

Aqui há um ideal de publicidade no qual a imprensa é o agente responsável por trazer à luz informações que outras pessoas não conseguiriam e que, sobretudo aqueles ligados ao poder político, não querem que se traga a público. Dessa maneira, a atividade jornalística se resumiria a uma exposição neutra – das coisas como elas são – para que os leitores cheguem às suas conclusões. Valente entende os limites do poder do jornalismo, ao menos do ponto de vista formal, ao afirmar que suas conclusões não têm o peso de uma investigação criminal. No entanto, parece ignorar o nível do poder simbólico que o discurso jornalístico porta – nesse caso, por meio de um relato em livro – ao deixar entender que a sua atividade serve como uma espécie de relatório confiável do que aconteceu, do ponto de vista da neutralidade. Em outro momento da entrevista, quando a jornalista Laura Diniz questiona Valente sobre as motivações para a investigação, essa perspectiva fica ainda mais evidente:

**Laura Diniz:** É desse tipo de autoridade que procura um fim e que não vai investigando conforme o andamento das coisas que o Brasil precisa?

[...]

**Rubens Valente:** É difícil avaliar, como repórter, que tipo de autoridade nós precisamos, entende? Acho que é uma conclusão que não me cabe também. Eu

---

<sup>18</sup> Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TSaugU3ckaU>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

estou narrando como as coisas ocorreram, como a realidade se processou. Ela foi assim, segundo os personagens, não é? Agora, necessariamente, é preciso ter cuidado para não levar ao pé da letra o que está sendo dito por essas pessoas.

Novamente é utilizado o expediente de defesa baseado no postulado da informação que fala por si, nas coisas como elas realmente aconteceram, tendo o jornalista como agente capaz de relatá-las dessa forma.

Logo no início do programa, um momento de algum desconforto envolvendo o então apresentador Augusto Nunes é interessante para mostrar o valor da ideia de imparcialidade e do formato da narrativa jornalística para os atores do campo:

**Augusto Nunes:** O que não falta ao livro são vilões, a começar... Tratados como vilões, a começar... Daniel Dantas, e passando por uma lista enorme que inclui ministros de Estado, ministros do Supremo, inclusive. Eu pergunto: existem heróis no livro? E mais: entre esses heróis está, você inclui, o delegado Protógenes Queiroz?

[...]

**Rubens Valente:** Eu não dividiria meu livro entre vilões e heróis, eu acho que não seria uma boa descrição do livro. Eu procurei fazer um livro equilibrado. Eu procurei mostrar erros e acertos de várias partes, né? Que estão citadas no livro. Em alguns momentos, alguns servidores públicos tiveram atitudes que você pode classificar como heroicas. E por outro lado, alguns servidores também cometeram erros, né? E eu procuro descrever esses erros com toda a parcimônia. Do mesmo jeito, não gostaria de classificar determinadas autoridades, empresários, como vilões. Justamente o meu livro procurou ser imparcial nesse sentido, procurou descrever mecanismos, procurou descrever provas e oferecer ao público para que ele chegue a sua conclusão. Se você chegou a essa conclusão, respeito inteiramente. Acredito que foi a sua leitura.

**Augusto Nunes:** Não, eu não, não cheguei a essa conclusão. Eu queria saber se você... Eu enxerguei vilões. Eu queria saber se você enxergava heróis e se o Protógenes Queiroz era incluído entre eles.

Logo na sequência um dos entrevistadores começa a formular uma pergunta e é interrompido por Nunes, que se explicou mais uma vez:

**André Guilherme Vieira:** Rubens, essa questão... Um pouco desse maniqueísmo, né? De bom ou mau. [...] Falando dessa questão do maniqueísmo, né? Como é que você...

**Augusto Nunes:** Agora, deixa eu só explicar que eu não dividi em vilões e heróis. Não me inclua entre os maniqueístas. Eu perguntei se era assim, se havia heróis.

Em primeiro lugar, Valente nega características que atrelariam seu livro a algo mais literário; o ponto de vista parece ser o de que, se o trabalho é jornalístico, a linguagem em boa parte também o é, e não há espaço para rotulações ligadas ao universo dos romances, gênero associado à ficção e não àquilo que realmente aconteceu. Ao dizer que o “livro procurou ser imparcial”, e buscou “oferecer ao público” uma série de informações, trazidas sob a forma de descrição, para que cada um chegue à sua própria conclusão, Valente deixa clara a ideia de um discurso jornalístico neutro de significações de seu emissor. Por conta da negativa do entrevistado em aceitar a rotulação em heróis e vilões, Nunes se justificou duas vezes: apesar de inicialmente ter afirmado que havia vilões no livro, disse que não chegou a nenhuma conclusão sobre rotulação de personagens e depois voltou para explicar que não estava entre os “maniqueístas”. Mais do que o teor das falas, o incômodo – ao menos aparente – é significativo para mostrar a importância, para os envolvidos no campo, da manutenção de uma imagem de neutralidade, tendo no expediente da rotulação explícita – porque a implícita sempre ocorre – uma marca de viés. É interessante que outros dois jornalistas que entrevistavam Valente terem feito questão de reforçar a percepção deles de que o livro trazia, sim, uma divisão entre heróis e vilões.

Pode-se compreender o discurso jornalístico de maneira diversa, como formulador e ordenador do mundo social, se se trazer a perspectiva de Foucault sobre o assunto. Para o autor, nada tem sentido fora do discurso, este produzindo os objetos do conhecimento, e não podendo ser considerado apenas um espaço de confrontos, mas aquilo pelo que se luta (FOUCAULT, 2014 [1971], p. 10). Como afirma Stuart Hall (2016, p. 80), Foucault não trata do discurso de uma perspectiva puramente linguística, mas também insere o domínio da prática – sendo este um dos pontos em que sua perspectiva teórica e a de Bourdieu se aproximam. Não se nega a existência física, material, do mundo, mas se entende que tais elementos por si só não possuem sentido. Este só ocorre por meio dos discursos, com os quais é possível a formação de conhecimento: “O conceito de discurso não é sobre se as coisas existem, mas sobre de onde vem o sentido das coisas” (HALL, 2016, p. 81).

Nessa perspectiva, a noção de ‘verdade’ – que parece estar na base de toda uma formulação da imagem dos veículos de comunicação – ganha contornos, se não turvos, cambiantes no espaço e no tempo. Sob o ponto de vista foucaultiano, é impossível não vincular o conceito de verdade à ideia de ‘poder’:

Por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade. (FOUCAULT, 2017a [1979], p. 54)

A ‘verdade’, então considerada na modalidade de regimes, é algo produzido sob certas condições para dar legitimidade a um discurso, submetendo-se a um poder previamente estabelecido; ao passo que, para se exercer um poder, deve-se produzir discursos enquadrados como verdadeiros (Idem, 2017c [1979], p. 279). Fica impossível, assim, compreender uma produção discursiva que apenas reproduza, transcreva a realidade sem contribuir para criar a percepção desta: “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (Idem, 2017a [1979], p. 52). Dessa maneira, diferentes sociedades têm diferentes regimes de verdade, que podem mudar com o passar do tempo, e diferentes mecanismos de produzi-los e mantê-los; tais regimes guiam práticas, estimulam percepções e indicam quais métodos são aceitáveis na produção do que é considerado verdadeiro (Ibidem, p. 52). Ao se referir às sociedades ocidentais, Foucault lista cinco características relevantes do ponto de vista histórico do que chama de “‘economia política’ da verdade”: centralidade do discurso científico; incitação da verdade para a produção de poder econômico e também político; a verdade largamente consumida e difundida; a sua produção se dar em grande medida por instituições específicas, como os meios de comunicação e a universidade; e a verdade ser objeto de embates sociais (Ibidem, p. 52). Aquilo que é considerado verdadeiro acaba sendo o fator de legitimação inescapável nas relações de poder e sua produção se exige continuamente (Idem, 2017c [1979], p. 279). Nessa perspectiva de regimes de verdade ligados a situações político-econômicas específicas, condições sociais de existência não seriam elementos a turvar a visão dos sujeitos, mas a condição *sine qua non* para a existência das verdades (Idem, 2002, p. 27). Importante ressaltar que as ideias de Foucault não pressupõem a retirada da noção de verdade das instâncias de poder – o que seria impossível –, mas sim defende que se apresente em quais situações as hegemonias se constroem e se perpetuam por meio dessas formulações (Idem, 2017a [1979], p. 54).

Para elaborar esse empreendimento de aliar valores e práticas a situações sociais específicas, o autor se volta para o pensamento de Nietzsche, especificamente com relação à ideia de genealogia (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. XXI). O filósofo alemão havia se

preocupado em apontar como determinadas ideias, vontades, ações eram estabelecidas e estabeleciam regras rígidas erigidas sobre noções de ‘verdade’ que nada tinham de tão absoluto quanto se acredita; e Nietzsche deu especial atenção à palavra, que percebia como instrumento de conhecimento tautológico (NIETZSCHE, 2008, p. 30). Assim, em última análise, as verdades seriam “ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível” (Ibidem, p. 36). O objetivo de Foucault foi apontar a impossibilidade de conhecimento absoluto, obtido ao se captar algo externo aos indivíduos, de um dado na natureza, já que não há saber fora dos sujeitos (FOUCAULT, 2002, p. 16). Por isso, ainda antes de se voltar com mais intensidade ao pensamento de Nietzsche, ele negou que a análise dos discursos seria “uma história do referente”, ou ainda um ato de descoberta do que estaria escondido, mas sim aceitar o discurso em sua condição, entendendo que há um conjunto de regras possibilitando a formação de seus objetos (Idem, 1986, p. 54-5).

Fica entendido então que formular um discurso é o ponto de partida para a produção de sentido, de conhecimento, logo de fazer existir algo, a questão a ser colocada é: quais seriam as condições de feitura discursivas? Todos podem fazê-lo? Em uma perspectiva foucaultiana, há limitadores claros. O autor (FOUCAULT, 2014 [1971]) estabelece diversas modalidades: 1) princípios de exclusão externos: a palavra proibida, segregação da loucura e a vontade de verdade; 2) procedimentos internos: o comentário, o princípio do autor, as disciplinas; 3) procedimentos de sujeição dos discursos: ritual, sociedades do discurso, grupos doutrinários e apropriações sociais. Destes, parece ser mais interessante para esta análise, além da vontade de verdade – sobre a qual já se falou –, as disciplinas: procedimento que regula formas de produção do saber menos com base no ‘verdadeiro’ e no ‘falso’ absolutos, e mais por meio de exigências formuladas – e reformuladas – ao longo do tempo e do espaço. Por isso, Foucault exemplifica, “a medicina não é tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença” (Ibidem, p. 29), posto que, para estar “no verdadeiro” – expressão retirada de Canguilhem (Ibidem, p. 32) – é preciso ter a aceitação de um grupo que formule, não só o que pode ou não ser aceito, mas aquilo que deve ser levado em consideração. Assim como a noção bourdieusiana de *habitus*, a disciplina permite criações por meio de coerções.

Se não há a possibilidade de apreensão total e tampouco reprodução exata do real, pode-se dizer que o trabalho jornalístico lida mais com a produção de representações do que com uma transposição da realidade, tendo na notícia – tanto o gênero textual como o conceito categorizador da profissão – o instrumental necessário às exigências do campo. A noção de representação aqui utilizada defende que a produção de sentido, a formulação de práticas e a

construção de relações afetivas se dão não por meio de apreensões unívocas do real, mas com a utilização de representações, entendidas como formulações com base em fragmentos do real:

[...] por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões de sintaxe definem. (FOUCAULT, 2007, p. 12)

De maneira bastante simplificada, leva-se em consideração, aqui, dois sistemas de representação correlatos, como define Hall: 1) as representações mentais que cada indivíduo porta consigo, são as conceituações e imagens com as quais compreendem o mundo (2016, p. 34-5); 2) os signos<sup>19</sup> utilizados para a comunicação, sendo o meio pelo qual se compartilha um mapa conceitual (Ibidem, p. 36-7). Dito de outra maneira, a apreensão da realidade é feita por meio de esquemas perceptivos individuais, formulados a partir da comunicação estabelecida pela partilha de uma espécie de sistema comum – em algum nível – de conceitos. Assim, não há um ‘real’ único e verdadeiro a ser percebido, sendo que este muitas vezes não é anterior às consciências, ou seja, é uma realidade formulada enquanto percebida e difundida.

O que se vê na imprensa, então, pode ser entendido como conjuntos de representações por meio dos quais os diferentes públicos tomam conhecimento de assuntos considerados pertinentes. Nessa concepção, a produção de sentido se dá pelas representações e não pelo real em si. Dentro dos relatos jornalísticos há atores – indivíduos, entidades – cujas imagens são formuladas de maneira repetidamente similar. Assim, já se sabe o que se deve esperar do bandido – mal caráter, inconsequente –, do político – corrupto, incompetente – etc. Certamente há gradações e ajustes de representações a cada situação, mas é possível perceber que se forma uma espécie de roteiro a ser seguido.

Esse processo de estabelecimento de representações, longe de ser pacífico, se insere num cenário de disputas políticas para o reconhecimento de identidades de diversos grupos. Representar é entendido aqui como uma atividade que pode ser diversa da representação em seu sentido mais político, do ‘sentir-se representado’. Num ambiente de disputas simbólicas por hegemonias de imaginários, grupos podem entender que determinada maneira de

---

<sup>19</sup> Hall define signo como um “termo geral para palavras, sons ou imagens que carregam sentido” (2016, p. 37).

representação nos veículos de comunicação não faz jus à maneira como eles mesmos se percebem e estigmatiza a sua existência, como ocorre com vários movimentos de defesa de direitos de minorias. Entende-se, então, que a representação, que num momento inicial hipotético pode ser pensada como um processo de tornar presente para o interlocutor o que ali não está, torna-se algo em si, possui uma existência própria cuja constituição como verdadeira vai ser defendida ou atacada por diferentes grupos. Como afirma Chartier (2011, p. 23): “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”.

Os indivíduos no relato jornalístico existem enquanto ‘tipos’ (*types*), de acordo com a classificação de Richard Dyer (2006, p. 355): “qualquer caracterização simples, vívida, memorável, facilmente compreendida e amplamente reconhecida, na qual poucos traços são reforçados e mudança ou ‘desenvolvimento’ são mantidos num nível mínimo”<sup>20</sup>. Levando adiante a perspectiva de Foucault, a questão aqui não é apontar como esse processo leva ao erro por não produzir uma imagem espelhada da ‘verdade’, mas tentar identificar as relações de poder engendradas por tais percepções que se fixam em parcialidades e são inescapáveis para se lidar com a enxurrada de informações a serem apreendidas por qualquer indivíduo (DYER, 1999).

## 2.6 Sísifo nas redações

Conta a mitologia grega a condenação de Sísifo a empurrar continuamente uma pedra enorme até o cume de uma montanha. Quando lá chega, a pedra põe-se a rolar ladeira abaixo para que ele volte a levá-la para cima, num esforço e sofrimento ininterruptos<sup>21</sup>. Pode-se fazer um paralelo entre essa imagem e a pretensão do campo jornalístico – especificamente dos jornais de referência – de colocar num horizonte de possibilidade o relato exato de um acontecimento por meio de uma linguagem transparente. A partir da defesa feita pelos veículos de comunicação da objetividade acompanhada da neutralidade, pode-se criar a imagem similar àquela de Sísifo: profissionais trabalhando arduamente numa tarefa que acaba se mostrando inalcançável, sem que, no entanto, deixem de repeti-la. Dentro da perspectiva do campo, a avaliação parece ser a de que no mínimo é melhor tentar a imparcialidade, ainda que

---

<sup>20</sup> “[...] any simple, vivid, memorable, easily-grasped and widely recognised characterisation in which a few traits are foregrounded and change or “development” is kept to a minimum.” (DYER, 2006, p. 355)

<sup>21</sup> Cf. *Odisseia*, XI, v. 593-600.

não seja alcançada, do que abrir mão do intento e mostrar ao público que o fruto do trabalho não pode ser encaixado nos moldes de uma verdade unívoca. Não vem ao caso saber se esse projeto é genuinamente levado a cabo diariamente nas redações, mas atentar para a imagem que se busca passar. Cada empresa deseja ser reconhecida como portadora da reprodução mais fidedigna da realidade lançando mão do que é chamado pelo campo de ‘fatos’. Enquanto isso, os profissionais envolvidos diretamente no processo de produção jornalística devem demonstrar apego a esses elementos considerados ‘reais’ para receberem recompensas dos pares. Nota-se que esse apreço dos sujeitos pode não ser algo entendido por eles como uma maneira de se portar e perceber as situações características de um determinado grupo profissional, portanto extremamente mutável no tempo e no espaço; muitos desses profissionais tratam a valorização desse sentido de verdadeiro – que talvez seja uma mescla da noção científica positivista com percepções do senso comum – como natural, cujo contrário seria impensável. Atrelando a teoria de Bourdieu a essa breve análise, pode-se suspeitar que haja relações de retroalimentação em alguns níveis: 1) os jornalistas portam em seu *habitus* essa noção de que apenas a reprodução da verdade absoluta é aceitável em seu trabalho, enquanto as empresas estimulam essa percepção e reprovam quem fuja dela; 2) os veículos de comunicação entendem que atribuir a si o título de propagador da verdade é bem visto de maneira geral, principalmente pelo seu público, o que lhes fornece credibilidade e assim os bens econômicos necessários para que o empreendimento dê lucro; o público por sua vez parece responder positivamente ao perceber que determinado veículo de comunicação tem credibilidade, ou seja, traz a ‘verdade objetiva’ em seu conteúdo. Vale ressaltar que não há posições de hierarquia entre essas afirmações, mas sim de contiguidade; tampouco parece possível estipular relações de causa e efeito originárias entre elas.

É importante lembrar que a noção proposta aqui do que seria a verdade objetiva presente no *habitus* não descarta a aceitabilidade dos jornalistas de conflitos entre versões. É bastante comum veículos de comunicação adotarem a postura de “deixar os dois lados falarem” para que os leitores decidam quem tem razão. Nesse processo, diferentes perspectivas tendem a ser igualadas e parte-se do pressuposto de que existem duas versões igualmente válidas e divergentes – nem mais nem menos do que isso – sobre o assunto em questão. A função do jornalista, então, seria a de municiar com informações o público, que tiraria suas conclusões ao fim. Como aponta Gaye Tuchman (1972, p. 665), ao estudar a imprensa americana, este processo é um dos expedientes dos quais os jornalistas lançam mão para tratar seu discurso como objetivo. Essa posição se materializa em discursos como o seguinte, sobre o posicionamento do profissional no processo eleitoral: “[...] o papel do

jornalista é mostrar qual é a opção, os fatos e números e, sempre, questionar, duvidar, importunar. E, de novo, o público escolhe — onde vai se informar e em quem vai votar” (SARDENBERG, *O Globo*, 13 set. 2018, p. 3). Trata-se os elementos com os quais os jornalistas trabalham para formular as notícias como apenas informações passíveis de comprovação *ex post*, deixando de lado a ampla gama de subjetividades inerentes ao ofício.

Nesse cenário, brotam afirmações como a seguinte: “Jornalismo é a busca do essencial, sem adereços, adjetivos ou adornos” (DI FRANCO, 24 set. 2018, p A2). Fica a questão de como seria possível reconhecer algo como um acontecimento, depois identificá-lo como categorizável sob a alcunha de notícia e, por fim, retratá-lo com uma linguagem neutra e preservando a objetividade ao elencar seus elementos no texto. Da mesma maneira, os caminhos sugeridos pelos profissionais nesse percurso rumo à objetividade parecem não fugir da subjetividade que buscam evitar.

Na mesma página em que preconiza a clareza e a objetividade do texto jornalístico, o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* afirma que a reportagem deve ser “apresentada de forma interessante, fluente e bem organizada”, e arremata: “bem escrita” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 123). O texto segue defendendo que a escrita deve chamar a atenção do leitor, não bastando transcrever dados, o que poderia levar a uma reportagem com as mesmas qualidades buscadas idealmente, porém um texto “aborrecido e difícil de ler” (Ibidem, p. 124). Conclui que a reportagem deve ter um “senso de surpresa”, destacando o “fato significativo” e evitando, por exemplo, as enumerações (Ibidem, p. 124). Tomemos como exemplo o início de uma reportagem d’*O Globo*, que compõe a análise a ser feita adiante:

A professora Maria Arlete Vieira de Santana, de 54 anos, comprava remédios para seus cachorros em uma loja de produtos agropecuários em Boa Vista e percebeu que os vendedores falavam sobre a chacina de detentos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc), a mando do PCC. “Saiu a lista de 33 mortos” – leu alto, no celular, um vendedor para o colega. “Foi pouco, tinha que ser 533. Esses merecem a morte que tiveram” – respondeu o rapaz. Naquele dia, Arlete estava triste antes mesmo de entrar na loja. Dos 33 mortos, ao menos 12 eram alunos, ex-alunos ou colaboradores da escola que ela dirige dentro do presídio, onde entrou pela primeira vez há nove anos para dar aulas. A reação dos vendedores (“eram dois jovens, não tinham mais que 23, 24 anos de idade”) foi devastadora para ela. (HERDY, *O Globo*, 16 jan. 2017, p. 5)

O formato do texto, fugindo da composição tradicional do *lead*, tem um ar mais literário pela (re)criação de uma cena – não se diz se o repórter observou aquele momento, ou não –, com a apreciação do jornalista sobre percepções das pessoas envolvidas – “foi

devastadora para ela” –, assim como a maneira como aqueles representados falavam – “leu alto, no celular”. Não é difícil perceber que se está longe de um modelo de reportagem sob as regras do cânone norte-americano da objetividade.

Nessa busca por um texto que capte o leitor parece impossível não lançar mão de artifícios ligados à escrita literária para converter o acontecimento em uma história, ou *story*, como dizem os anglófonos. Como defendeu no âmbito da historiografia Hayden White, associada ao ato de contar algo que se passou de maneira fidedigna ao que se considera o ‘real’, está a utilização de expedientes encontrados em romances ou peças: “Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante” (WHITE, 1994, p. 100). Hayden White não nega que exista o real, aquilo que aconteceu; no entanto, esforça-se para apontar a incapacidade de se recontar de maneira objetiva. O que acontece então é a criação de uma história (*story*), num processo que chama de “urdidura de enredo” (Ibidem, p. 100). Por isso, não faria sentido apontar que a verdade do historiador seria diversa daquela do romancista: da mesma maneira que apenas uma lista de informações confirmáveis por si só não faz sentido, sendo necessário utilizar elementos discursivos que lhe confirmam lógica, uma obra de ficção que busque representar algo da experiência humana deve se adequar ao que se afirma como “real” (Ibidem, p. 138).

A própria maneira de se fazer o relato já insere elementos diversos ao objeto de que se fala, impossibilitando qualquer noção de objetividade: “Nosso discurso sempre tende a escapar dos nossos dados e voltar-se para as estruturas de consciência com que estamos tentando apreendê-los” (Ibidem, p. 13). Por isso, o autor defende que as narrativas históricas são não somente relatos de acontecimentos passados, mas também produtos de processos metafóricos envolvendo tipos de histórias aceitas e bastante utilizadas para dar sentido aos eventos:

“[...] a narrativa histórica serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares.” (Ibidem, p. 105)

Ou seja, essas narrativas são meios para se tentar fazer entender acontecimentos passados, com os quais os leitores não teriam familiaridade, por meio de “estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance” que fariam sentido para eles (Ibidem, p. 108). A

noção de metáfora<sup>22</sup> é importante para White, porque é algo que não descreve aquilo que é relatado, mas indica como pensá-lo, mostra caminhos possíveis de entendimento por meio de um arcabouço mental aceito (Ibidem, p. 108).

Nem mesmo a ida aos documentos, para o autor, dá de fato mais concretude a uma narrativa, posto que o acesso às informações contidas neles depende do processo interpretativo, não havendo algo que fale por si. Nesse cenário, as produções narrativas criadas pelos historiadores vão se sobrepondo, uma fazendo referência a outras tidas como o “real”, e nenhuma reproduzindo exatamente a realidade (Ibidem, p. 106).

Apesar de propor altas doses de relativismo, White defende que ainda é possível distinguir bons e maus trabalhos, recorrendo a “critérios como a responsabilidade perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo, a consistência lógica e assim por diante” (Ibidem, p. 114). Como aponta Chartier (2017, p. 12-3), a atenção dada pelos historiadores aos questionamentos sobre o que haveria de ficcional e de científico nos seus trabalhos não implodiu qualquer possibilidade de produção de conhecimento histórico, mas levou, tendo em vista a distância a ser operada entre o passado e a representação, à reafirmação da “capacidade de saber crítico da disciplina”, com base “em suas técnicas e operações específicas”.

Especificamente sobre a linguagem, a noção de objetividade parece também distante. Como nos lembra José Luiz Fiorin, esta “cria a imagem do mundo, mas é também produto social e histórico” (2004, p. 53); longe de ser um espelho do real, porta em si construções sociais, havendo palavras com sentido positivo ou negativo inerente para determinados grupos (Ibidem, p. 55). Nessa perspectiva, toda percepção é formulada por interpretações do mundo, podendo, por isso mesmo, haver divergências de apreensões do que seria a mesma realidade por pessoas diferentes (Ibidem, p. 54).

Muitos jornalistas apontam a inalcançabilidade da objetividade, mas continuam pondo esta no horizonte do desejável. Profissional experiente, atualmente na *Folha de S. Paulo*, Clóvis Rossi chama a objetividade de “mito” (1994, p. 9), mas estipula uma situação restritiva em que ela seria possível: um acontecimento em que tenha sido afetado “apenas um pequeno grupo de pessoas, sem maior incidência política e/ou social”, como um acidente de trânsito em que não esteja envolvido o repórter nem algum conhecido seu (Ibidem, p.10). Ainda

---

<sup>22</sup> Além da metáfora, White aponta a metonímia, sinédoque e ironia como as figuras nas quais se baseiam de maneira predominante as narrativas históricas, partindo das definições de Kenneth Burke, cf. *Four master tropes* (BURKE, 1969).

assim, sempre fica a critério dos jornalistas afirmar quando se trata de uma situação como a descrita, ou não.

Importante registrar que o *Manual da Folha de S. Paulo* considera a “objetividade descritiva [...] inalcançável como valor absoluto”, porém indica um caminho para persegui-la: “*procedimentos consagrados* de apuração e redação ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível” (MANUAL, 2018, p. 16, grifo nosso). Nada aqui parece fugir da noção de esquemas perceptivos criados na relação com o campo: para tentar se colocar numa posição cujo discurso possuiria valor absoluto, acima de construções sociais e arranjos profissionais (o que parece ser uma exigência da manutenção do campo), o *Manual* indica justamente um caminho de introspecção – que o jornalista se volte para os esquemas e práticas já aceitos pela comunidade profissional. O que difere esta movimentação do trecho supracitado de Chartier a respeito da historiografia é que não parece ter havido, nem mesmo estar em curso, um processo de questionamento, pelos integrantes do campo, da feitura do relato jornalístico, nem de suas condições de produção de conhecimento. Não é difícil comparar esse pensamento com a história do Barão de Münchhausen, utilizada por Michael Löwy (1987, p. 31), na qual o personagem tenta salvar a si próprio e a seu cavalo de serem tragados por um pântano puxando os próprios cabelos. A alegoria aponta para a falência de ideais de pretensão à objetividade que buscam a ‘correção’ por meio de métodos que são eles próprios a fonte do que é considerado o ‘problema’. Löwy defende a impossibilidade da neutralidade axiológica (*Wertfreiheit*) nas ciências sociais, área na qual ele advoga a não utilização do modelo epistemológico das ciências da natureza (Ibidem, p. 195). Essa crítica parece ser pertinente também no caso da imprensa brasileira de referência, que traz explicitamente no discurso sobre o seu fazer a adesão a valores como racionalidade e lógica, apontando paixão e emoção como elementos a serem evitados.

É interessante relembrar aqui a metáfora citada por Bourdieu de que os jornalistas operam sempre por meio de óculos que guiam seus olhares, selecionando o que deve, ou não, ser colocado em relevo (1997a, p. 25). Assim, esse *habitus* profissional é menos um procedimento que dá acurácia para a apreciação do real, e mais um conjunto de percepções e práticas instituído no campo e também pelo campo, gerando aquilo que Bourdieu chama de *dóxa*, numa acepção específica do termo: regras impostas que são internalizadas a ponto de parecerem naturais e fugirem da percepção consciente dos sujeitos, que muitas vezes aceitam as condições sem saber que estão a fazê-lo (BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p. 268).

Mesmo jornalistas preocupados em estabelecer algum tipo de crítica à imprensa acabam por manter determinados pressupostos caros ao seu *habitus*. Alberto Dines, um dos

fundadores do Observatório da Imprensa – site de grande importância no questionamento do jornalismo – afirmou que a crítica da mídia ganhou “certo viés ideológico”, e que o trabalho estabelecido no Observatório não o teria (VARONI; OLIVEIRA, 2018, p. 6). O termo ‘ideologia’ é de extrema polifonia, trazendo consigo uma história considerável de utilizações distintas. No entanto, pode-se inferir que Dines esteja lidando com o termo como algo que turva a visão, encobre a realidade, e do qual o indivíduo deve se livrar para ter acesso à verdade. Estaria embutida em seu raciocínio a possibilidade de um pensamento neutro, imparcial. Tal visão vai de encontro à de autores como Paul Ricoeur, para quem não é possível a produção humana livre de ideologia (1983, p. 89); esta compreendida, de maneira mais geral, como aquilo que une um grupo, fornece a imagem de si (Ibidem, p. 68), uma espécie de cimento do imaginário social. Nessa perspectiva, não faz sentido buscar se livrar da ideologia, sendo que esta pode, ou não, ter um efeito de “deformação” (Ibidem, p. 73).

Outro elemento que deve ser levado em consideração para a inalcançabilidade do relato jornalístico neutro é a impossibilidade de uma comunicação direta e objetiva. Pensando num esquema comunicacional, o mais básico possível, deve-se inserir, além do processo de significação levado a cabo pelo jornalista (codificação), o processo de assimilação de quem recebe a mensagem, do público (decodificação) (HALL, 2003). Seguindo essa perspectiva, nesse processo circular não há uma etapa inicial (Ibidem, p. 364), sendo assim, jornalistas e público – a relação básica que podemos estabelecer nesse caso – estão imersos, de maneiras diferentes, em processos discursivos que influenciam em suas percepções. O que apenas por motivos de análise podemos encarar como o início do processo – a produção jornalística – não acontece num ambiente de assimilação neutra do real, mas sim dentro de diversas práticas discursivas que dão sentido ao mundo (Ibidem, 362).

Com relação à percepção do público, Hall aponta a existência de interpretações dominantes, aquelas que são leituras preferenciais, mais naturalizadas, tanto que, em muitos casos em que profissionais do jornalismo se queixam de não terem sido compreendidos, pode ser que o público tenha operado fora de um código “preferencial” de comunicação (Ibidem, p. 397-8). Dizer que os profissionais que atuam nos veículos de comunicação também possuem esquemas perceptivos formulados num complexo processo social, não exclui a possibilidade de que existem diversas intencionalidades, sem a garantia de sucesso absoluto, em suas produções. Eles estão numa posição mais privilegiada para influenciar na formulação das interpretações dominantes (Ibidem, p. 399), podendo haver momentos em que um indivíduo interprete a mensagem de maneira diferente numa perspectiva global e noutra local: o sujeito que entende ser justo cortar salários para diminuir a inflação e, assim, agir conforme o

interesse nacional, mas que em outro momento acha válido entrar em greve por melhores salários (Ibidem, p. 402). Há ainda a possibilidade de estabelecimento de um “código de oposição”, quando se lê uma mensagem fora do código hegemônico (Ibidem, p. 402). Em todo caso, é válido lembrar que mesmo no momento de produção jornalística há vários elementos que formulam seu referencial, como vem sendo mencionado aqui; dentre eles, pressupostos sobre a sua audiência (Ibidem, p. 389).

## **2.7 A força normativa do ‘fato’**

Para levar adiante a ideia de uma percepção e uma reprodução objetivas do real, a parcela do campo jornalístico aqui analisada tende a tratar o principal item com o qual trabalha – a notícia – como algo externo aos profissionais. Impera a noção de que esta seria uma espécie de entidade supraideológica pairando sobre as consciências à espera de ser captada. Daí se entende a existência de recomendações sobre o fazer jornalístico como a seguinte: “conferir menos importância às notícias de ontem e ocupar-se em antecipar as que ainda estão por vir” (NOBLAT, 2008, p. 17). Nessa perspectiva, o profissional se restringiria a captar o ‘fato’ e não faria parte de sua construção.

A postura de muitos jornalistas ao categorizar o que é uma notícia parece se alternar entre os polos apresentados por Ricardo Noblat, profissional respeitado no campo, atualmente na revista *Veja*: a noção presente nos manuais – “todo fato relevante que desperte interesse público” –, e a aquela fora dos manuais – “tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público” (Ibidem, p. 31). Poder-se-ia pensar que a segunda classificação levaria o autor a considerar a notícia como produto de uma construção social em meio a disputas políticas. No entanto, Noblat refuta essa opção: “Essa é uma definição cínica que não gostaria que vocês levassem a sério. Prefiro dizer que notícia é todo fato que possa despertar o interesse dos leitores ou de parte dos leitores de um jornal” (Ibidem, p. 41). Reforça-se uma percepção de notícia como um elemento despreendido do profissional: “Notícia existe para ser reverenciada pelo jornalista. Diante de uma, ele deve ajoelhar-se em sinal de respeito e agradecer a Deus a graça de tê-la encontrado” (Ibidem, p. 39).

No entanto, se aceitarmos a noção de verdade como algo construído em relação a um regime de poder, podemos concluir que o ‘fato’ como elemento a se tornar uma notícia também é uma criação que, por sua vez, guia as percepções do real. A conceituação de ‘fato’ é por demais complexa e aponta diversos problemas enquanto se tenta delimitá-la. Pode-se

afirmar que aquilo passível de apreciação e verificação por diversas pessoas configuraria um fato. A questão da verificabilidade certamente não é ponto pacífico. Tomemos como exemplo algo no domínio da percepção física da realidade: se um prédio cai e pessoas morrem, há imagens do prédio destruído, testemunhas viram o ocorrido, o desmoronamento e as mortes seriam um fato. Testemunhas e gravações constituem os elementos de verificação. Em outros casos, a confirmação da factualidade é restrita a alguns setores sociais que possuiriam legitimidade para levar a cabo o processo: uma reportagem que busque mostrar um crescimento de interesse dos brasileiros por arma de fogo pode usar como fonte de informação registros da Polícia Federal e do Exército como indício da maior procura pelos artefatos. Claro que sempre há a possibilidade de se descreditar órgãos oficiais, ou outras instituições apresentadas num dado momento como detentoras do discurso legítimo sobre determinado assunto, com qualquer ‘verdade’ se tornando de difícil comprovação.

Ainda assim, o uso da noção de fato pelos jornalistas parece estar permeado pela ideia de *consenso* a respeito da factualidade de um acontecimento. Todo o processo de dar sentido a um evento envolve uma série de suposições a respeito da sociedade e de como ela funciona, e a ideia de sociedade como consenso pode levar à pressuposição de que, por mais que haja discordâncias, todos têm os mesmos meios institucionalizados de buscar reconciliação (HALL et al., 1978, p. 55). Claro que muitas vezes há consenso numa espécie de base comunicativa – se constituímos um mesmo grupo, é porque compartilhamos de um mapa conceitual e nos entendemos, ao menos em algum nível básico (Ibidem, p. 55). No entanto, estamos muito distantes que garantir a todos os setores da sociedade brasileira o mesmo tratamento e o mesmo poder em uma série de conflitos. Quando os veículos se utilizam da perspectiva de sociedade como consenso – e é algo cotidiano –, fica vedada a possibilidade de reconhecimento de problemas estruturais: se a nossa convivência de baseia sobretudo num consenso, então é óbvio que as relações de trabalho, por exemplo, portam regras aceitas por ambas as partes – empregado e empregador –, sendo igualmente passível aos dois lados negociarem livremente os contratos. Assim, a perspectiva consensual da sociedade implica aceitar a ideia de que não há maiores conflitos entre classes ou grupos (Ibidem, p. 55), dificultando até mesmo a percepção de que existem segmentações socialmente delimitadas.

É sobre essa ideia de consenso que se baseia a formulação da notícia nos padrões seguidos pelos jornais analisados. Por que um prédio que desabou no meio da cidade de São Paulo virou notícia? Um jornalista poderia dizer que isso é óbvio, ou seja, nem é mesmo reconhecida a necessidade de explicação. Pode-se pensar, como exercício especulativo, se o mesmo juízo seria feito com relação a um prédio no interior do estado. Da mesma maneira, a

ideia de sociedade como consenso está na base da defesa do fato como o real irrefutável, tanto nas discussões entre os profissionais, como com relação à recepção do produto jornalístico. Os profissionais desse campo certamente podem hesitar em dizer com destaque que a maior participação de militares no governo federal constitui algum risco, pelo menos formal, à democracia que temos atualmente no Brasil, no entanto não parece haver problema em afirmar um aumento no número de militares indicados para ministérios, o que se constituiria num fato, já que se acredita nos anúncios do governo federal, e ainda que este mentisse com relação às nomeações, a responsabilidade recairia sobre o executivo, não sobre os jornais. Nesse caso, optar-se-ia por um formato de texto menos preciso com relação ao que se quer dizer, portanto dando espaço inclusive para leituras diversas daquela pretendida, sendo este o custo para não ser identificado com a defesa de uma opinião. Se alguém acusar um jornal de parcial, a resposta imediata seria a afirmação de que se trata apenas de um fato: há mais militares nomeados para cargos em ministérios do que em governos passados.

Ainda que seja necessário um nível mínimo de consenso para operar a verificação de um acontecimento, não se pode igualar todos os processos como se seu valor adviesse majoritariamente da aceitação pública. Há então dois pontos a serem levados em consideração: 1) a força crítica de um método de verificação, que leve em consideração diferentes modalidades de fontes (documentos, testemunhas) para conferir a factualidade de algo; 2) a aceitação pública relativa a quem produz os discursos, tratada rotineiramente pela imprensa sob o prisma do consenso, mas que se dá mais pela força de certas instituições, ou seja, no âmbito dos conflitos no imaginário social. Um sintoma da disfuncionalidade da perspectiva consensual aparece quando um grande número de pessoas se põe a duvidar de ‘fatos’ considerados sólidos, como a viagem do homem à Lua ou a esfericidade da Terra.

Não se ignora que haja existências e acontecimentos externos às consciências – outros planetas existem e fenômenos naturais acontecem queiramos ou não -, mas a apreensão desse real e sua significação é o que se está a problematizar. Defende-se aqui que o termo ‘fato’ sempre porta um caráter normativo: se algo é assim nomeado, sua natureza não é passível de contestação. O problema sobre o qual esta Dissertação se debruça aparece quando é feito o menor aprofundamento da análise, o que obrigatoriamente requer um expediente maior de interpretação. 56 presos foram mortos num presídio em Manaus, isso pode ser considerado um fato: os corpos foram levados para o Instituto Médico Legal, há famílias chorando a perdas dos parentes, equipes de reportagem conseguiram checar informações com diferentes fontes. Mas os questionamentos seguintes exigem uma dose maior de interpretação e opinião para serem respondidos: O que motivou as mortes? Há possibilidade de algo assim se repetir

num prazo curto de tempo? Tais perguntas foram recorrentemente feitas e respondidas pelos veículos de comunicação analisados, muitas vezes sendo colocadas implicitamente no domínio dos fatos. Nesse sentido, chamar algo de um ‘fato’ está mais inserido num expediente de disputa semântica do que numa percepção acurada das coisas como elas supostamente são.

Vale lançar mão, aqui, da diferenciação proposta por Koselleck entre as noções de ‘evento’ e de ‘estrutura’: a primeira, enquanto acontecimento passível de observação ou comprovação empírica, é um dado experimentado por indivíduos que lhe são contemporâneos; a segunda é entendida como “circunstâncias” que se formam a longo prazo, sem ligação cronológica com os eventos e indo além da experiência dos indivíduos envolvidos nestes (2006, p. 133-6). Nessa distinção, o autor deixa claro que nenhuma das duas noções pressupõe um nível maior ou menor de ‘verdade’:

Seria errôneo querer atribuir aos ‘eventos’ um conteúdo maior de realidade do que às assim chamadas estruturas, só porque os eventos, no desenrolar concreto de um acontecimento, permanecem atados ao antes e ao depois ligados à cronologia natural, empiricamente verificável. (Ibidem, p. 140)

Embora os veículos de comunicação pareçam afeitos à possibilidade de recontar com detalhes exatamente aquilo que aconteceu, é impossível – e indesejável mesmo na lógica do campo – que a produção jornalística se restrinja a relatórios sobre episódios pontuais, sem localizá-los dentro de uma construção maior. É preciso colocar o evento em combinação com outros, inseridos numa estrutura, para dar sentido e facilitar a compreensão. Logo, impossível não lançar mão de processos interpretativos, portanto subjetivos, o que parece ir contra a imagem que o campo jornalístico deseja formar de si.

Patrick Champagne (2016, p. 22) aponta a dificuldade de definição do que chama de noções “semi-científicas” (*semi savantes*) – categoria que abarca a ideia de acontecimento (*événement*), com a qual trabalha –, e indica que um caminho pode ser o de simplesmente observar que se trata de conceitos carregados de disputas sociais, tendo uma “geometria variável” (*géométrie variable*): “[...] a única definição sociologicamente possível consiste não em escolher entre as definições presentes, nem em produzir uma a mais, mas reconhecer essa

luta e tentar reportá-la” (CHAMPAGNE, 2016, p. 23)<sup>23</sup>. O autor afirma que o acontecimento tal qual encarado atualmente pela imprensa é, na verdade, uma construção coletiva tanto entre jornalistas quanto entre esses profissionais e o público (Ibidem, p. 34-5). Assim, o que um jornalista encara como um fato relevante, um acontecimento noticiável, é uma escolha que comporta sempre pressões. Do ponto de vista dos profissionais, muitas vezes aquilo que determinados veículos de comunicação com relevância no campo passam a noticiar se torna assunto de abordagem necessária. De outro lado, os jornalistas se guiam pela imagem que têm do seu público para escolher se um assunto merece ser alçado à categoria de acontecimento noticiável<sup>24</sup>.

Alguns estudos sociológicos de métodos etnográficos lançam luz em mecanismos que podem perpetuar determinadas práticas e percepções dos profissionais. Em pesquisa realizada nos anos 1970, Gaye Tuchman sugere que o apreço à objetividade da imprensa nos Estados Unidos foi uma maneira que as empresas e os jornalistas desenvolveram para se defenderem de críticas, a ponto de estabelecerem uma espécie de ritual do trabalho (1972, p. 660-1).

Para chegar a essa conclusão, a socióloga leva em consideração aspectos textuais – como a utilização de aspas –, os conteúdos que estes profissionais tomam usualmente como verdadeiros (ainda que não consigam comprová-lo) e as relações entre os jornalistas num veículo de comunicação (Ibidem, p. 661). De maneira geral, Tuchman busca captar aspectos de ação inicialmente deliberada dos sujeitos, afirmando haver a pressuposição entre eles de que, “se cada repórter colhe e estrutura ‘fatos’ de uma maneira desprendida, sem viés, impessoal, prazos serão cumpridos e processos por difamação, evitados” (Ibidem, p. 664)<sup>25</sup>. Tuchman reforça que, embora os jornalistas clamem pela objetividade afirmando que apenas reproduzem os fatos ou as afirmações de terceiros, não se pode dizer que tais processos gerem objetividade:

De fato, sugere-se que tais processos (1) constituem um convite à percepção seletiva, (2) erroneamente insistem que “fatos falam por si”, (3) são um dispositivo de descrédito e um meio de introduzir a opinião do repórter, (4) são recheados de política editorial de uma organização jornalística particular, e (5) enganam o consumidor de notícias por sugerir que a “análise noticiosa” é

---

<sup>23</sup> “[...] la seule définition sociologiquement possible consiste non pas à trancher entre les définitions en présence ni à en produire une de plus mais à prendre acte de cette lutte et d’essayer d’en rendre compte.” (CHAMPAGNE, 2016, p. 23).

<sup>24</sup> O quanto a vontade do público por determinado assunto é engendrada pela imprensa e o quanto aquilo noticiado pelos veículos de comunicação é guiado por pressões de leitores e espectadores é tema de difícil definição.

<sup>25</sup> “[...] if every reporter gathers and structures ‘facts’ in a detached, unbiased, impersonal manner, deadlines will be met and libel suits avoided.” (TUCHMAN, 1972, p. 664)

significativa, tem peso, ou é definitiva. Em suma, há uma discrepância distinta entre os fins buscados e aqueles alcançados. (Ibidem, p. 676)<sup>26</sup>

Essa perspectiva põe em primeiro plano as pressões e limitações impostas por um campo ao *habitus*, e também aponta algumas respostas fornecidas pelos indivíduos que acabaram se tornando práticas mais ou menos homogêneas. Um exemplo são as relações de conflito entre o campo jornalístico e o político, por exemplo, com a possibilidade de sanções à imprensa por parte da elite política, o que pode modificar quais enquadramentos são aceitáveis pelos profissionais da imprensa como notícia e quais não são. A necessidade imposta pelo campo de se trabalhar com pouco tempo de reflexão, além de gerar mudanças na divisão do trabalho, também tem como produto as técnicas narrativas de uso incentivado pelos jornalistas a fim de evitar que sejam criticados pela parcialidade. Tais respostas, por sua vez, proporcionam reações do campo jornalístico, e assim sucessivamente.

### 3. A COBERTURA

Com este percurso de contextualização do fazer jornalístico e suas implicações sociais em mente, será feita a análise seguinte, baseada na leitura de 264 reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, dos seus cadernos Cotidiano, MetrÓpole e País, respectivamente. Este número compreende todas as reportagens que envolviam o tema das chacinas e fugas em presídios do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte publicadas entre os dias 3 e 23 de janeiro de 2017. Ainda que nem todas as reportagens sejam citadas, a leitura destas foi essencial para a formulação das propostas e avaliações que se seguem. Este trabalho será centrado nas reportagens – apesar de haver a presença de artigos mais explicitamente opinativos em momentos específicos –, já que se percebe este gênero textual como aquele em que os veículos de comunicação buscam se mostrar como neutros repetidores do ‘real’, ou seja, em que se exerce o poder simbólico de maneira mais eficaz. Esse gênero textual com sua elisão da figura do autor, além da preferência por dados, elementos ligados à verificação *ex post*, é o carro-chefe da manutenção da postura de isenção levada adiante pelos jornais ora analisados.

---

<sup>26</sup> “Indeed, it has been suggested that such procedures (1) constitute an invitation to selective perception, (2) mistakenly insist the “facts speak for themselves,” (3) are a discrediting device and a means of introducing the reporter's opinion, (4) are bounded by the editorial policy of a particular news organization, and (5) mislead the news consumer by suggesting that “news analysis” is weighty, ponderous, or definitive. In sum, there is a distinct discrepancy between the ends sought and those achieved.” (Loc. cit., p. 676)

O intento será o de caracterizar a formação de algumas representações entendendo que servem aos textos como personagens, possuindo poucas e recorrentes características: 1) o *preso-vítima* é a vítima de uma injustiça; 2) as *porta-vozes* dos detentos são os parentes, quase sempre mulheres, que apontam os absurdos de falta de estrutura das prisões, e que constroem de maneira individualizada a figura do detento enquanto vítima; 3) o *preso-bárbaro*, os autores das mortes, percebidos como criminosos profissionais dotados de pouca humanidade; 4) o *preso-líder*, o criminoso em busca de poder econômico a todo custo que se utiliza de certo aparato militar e é apresentado como ocupante da alta hierarquia do crime; 5) e as *autoridades responsabilizáveis*, os ocupantes de cargos políticos instados pelos veículos de comunicação a dar respostas sobre o que fazer para mitigar a situação de violência e também devem explicar por que a situação chegou a esse ponto. Seria possível estabelecer outras categorias, mas estas pareceram as mais profícuas para a feitura desta análise, por aparecerem de maneira mais recorrente e com maior centralidade durante a cobertura.

A percepção é a de que, ao se depararem com acontecimentos de grandes proporções e que não eram ignoráveis de acordo com as regras do campo, os jornais buscaram maneiras de encaixar esses eventos em suas formulações narrativas pré-concebidas, criadas a partir de experiências anteriores, sendo uma notícia, de uma só vez, a leitura – que pressupõe a interpretação – de um acontecimento e o seu encaixe em formatos discursivos específicos. Ou seja, além de haver um compartilhamento entre esses profissionais de maneiras de perceberem o real, há limitações de ordem narrativa, não sendo possível contar uma história – nem mesmo sequer formulá-la – fora de alguns formatos textuais definidos. Dessa maneira, a reportagem, gênero aqui analisado, deve compor certos elementos para ser aceita pelos profissionais, como: a não exposição do narrador (salvo em casos especiais); a preferência por informações consideradas externamente comprováveis, números, acontecimentos vivenciados ou observados; a aparição da voz do sujeito a fornecer essas informações para dar maior sensação de veracidade.

Tais características, livremente listadas, são de ordem formal, mas compreende-se que há maneiras pré-definidas também de os jornalistas pensarem os assuntos a serem contados, com base em experiências anteriores. Sendo assim, quando esses profissionais se deparam com informações iniciais a respeito de uma rebelião num presídio, criam todo um enredo a partir de outros casos já noticiados: são detentos que reivindicam melhores condições nas prisões, podem estar fazendo reféns, há mortos e feridos, destruíram parte da estrutura da unidade etc. Tais ideias são uma espécie de ponto de partida para a apreensão do caso a ser noticiado. Nesse exemplo, existe a possibilidade de comprovar de maneira mais ou menos

empírica as informações buscadas. Em outros momentos, não há um movimento de deparar-se com um acontecimento portando um esquema pré-moldado, havendo, ao contrário, a formulação do acontecimento com base principalmente nesses pressupostos: um repórter de economia da grande mídia cobre as negociações sobre a reforma da Previdência questionando se esta é realmente essencial à manutenção do Estado brasileiro, ou já se parte dessa concepção para a formulação de toda a argumentação das reportagens? Parece ser o último caso. O processo de produção de reportagens a respeito do aumento do desmatamento da floresta amazônica envolve alguma dúvida sobre a gravidade da dilapidação desse bem natural? Parece que não. Convém deixar claro que esses esquemas já concebidos não se tratam tanto do domínio individual de cada profissional, mas de formulações feitas em conjunto pelos profissionais de um veículo de comunicação, havendo menos uma perspectiva de consenso do que de imposição – não necessariamente explícita – pelos agentes com mais força no campo.

Dessa maneira, no material analisado, os agentes públicos apareceram como é o costume em momentos de crise: buscando dar respostas aos problemas, apresentando medidas a toque de caixa e também sendo criticados por isso, agindo de maneira descoordenada. Os presos que são retratados como líderes de facções cometem vários crimes mesmo encarcerados e aparecem tramando para ampliar seus poderes, sobretudo econômicos. As vítimas possuem características de maneira a gerar empatia no público – tinham sonhos não concretizados, familiares enlutados –, enquanto os agressores são tratados com menos profundidade, apenas com o reforço de quão selvagem foram seus atos. Nessa relação vítima-agressor, tudo poderia seguir um padrão já definido se os agressores fossem somente detentos e as vítimas, pessoas não encarceradas e sem relação com o mundo crime, percebidas sob a forma de ‘cidadãos comuns’. No entanto, o alvo dos assassinos também eram detentos, e é sabido que existe uma série de conceituações negativas no imaginário brasileiro a respeito do preso que a própria imprensa reforça; por isso os jornais tiveram que lançar mão de alguns recursos discursivos para mostrar o impacto da perda daquelas vidas, em geral por meio de depoimentos de parentes.

A crítica aqui não repousa tanto no recurso à formulação de personagens – percebido como inevitável para a apreensão da realidade – mas na recorrência de certos tipos de aparições, com os veículos de comunicação evitando discussões mais amplas, e assim a discussão sobre o problema do sistema penitenciário no país se viu limitada em suas páginas, tendo sido reforçadas algumas percepções largamente difundidas sobre a população carcerária e os agentes políticos.

### 3.1 Breve histórico

Partindo dos relatos jornalísticos, é possível estabelecer uma certa cronologia de eventos interessante para se perceber a variação da intensidade da cobertura. No dia 1º de janeiro de 2017 é iniciado um tumulto no Complexo Penal Anísio Jobim (Compaj), em Manaus (AM), que se estende até o dia 2 e termina com 56 detentos mortos<sup>27</sup> pelos próprios presos. Outros quatro encarcerados foram assassinados no dia 2 na Unidade Prisional do Puraquequara (AM). No dia 6 de janeiro, outro confronto, dessa vez na Penitenciária Agrícola Monte Cristo (PAMC), em Boa Vista (RR). 33 presos foram mortos: os corpos de 31 foram encontrados no mesmo dia e outros dois, localizados no dia seguinte. Manaus volta a ter vítimas no dia 8 de janeiro, quando quatro detentos foram mortos por encarcerados na Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, para onde presos do Primeiro Comando da Capital (PCC) que estavam no Compaj haviam sido transferidos. Ainda em janeiro, no dia 14, houve confrontos na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Nísia Floresta, região metropolitana de Natal (RN). 26 encarcerados foram assassinados. A penitenciária só saiu do estado de confronto aberto no dia 27 de janeiro, com uma operação que teve a participação de agentes potiguares e de três estados, além do Distrito Federal. No período analisado, houve outras mortes e fugas em unidades prisionais pelo país contabilizadas de maneira correlata aos episódios supracitados, no entanto, o destaque foi dado aos casos do Amazonas, de Roraima e do Rio Grande do Norte.

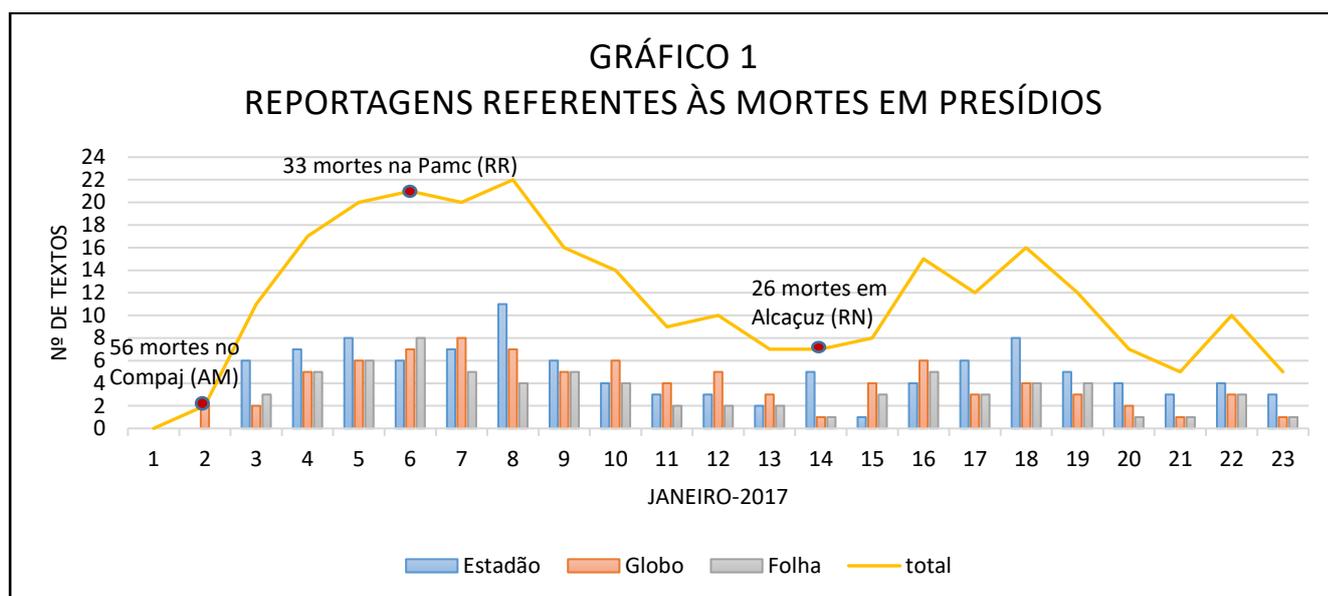
O interesse reduzido, ainda que crescente, da imprensa sobre a população carcerária foi estimado em levantamentos do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes. Uma análise de 2.514 notícias publicadas em jornais de três estados, feita em 2004, apontou que 6,6% dos textos tinham como protagonistas as prisões ou os presos (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 70). Boa parte desses textos (47,6%) tratava de rebeliões e fugas; no entanto, as pesquisadoras indicavam que havia a aparição de um enfoque maior em temas do sistema penitenciário (Ibidem, p. 70).

Vale ressaltar que, contrariamente à primazia dos fatos sobre as escolhas, propalada por diversos integrantes do campo, percebeu-se uma recorrência de reportagens que não se correlacionou completamente com os acontecimentos supracitados. Embora com as mortes em Manaus tenha havido uma grande aparição de reportagens sobre o sistema carcerário

---

<sup>27</sup> Três corpos ainda seriam encontrados numa área próxima ao Compaj, sendo um deles identificado como de um detento, elevando para 57 o número de assassinados.

(gráfico 1)<sup>28</sup>, com o número de textos crescendo vertiginosamente, não se percebeu aumento significativo após as mortes em Boa Vista – talvez por conta de o número de textos já estar bastante elevado –, havendo em seguida um decréscimo na quantidade de reportagens, que só voltou a crescer consideravelmente com o massacre na região metropolitana de Natal, mas depois apresentou-se oscilante<sup>29</sup>. Assim, não parece ser tão clara a lógica de que os acontecimentos (ainda que fosse possível haver consenso sobre sua categorização) se impõem para os jornalistas.



Certamente o dia da semana também é um fator que pode contribuir para modificar o número de textos, com jornais maiores circulando aos fins de semana, mas nem sempre se detectou aumento no número de reportagens sobre as prisões aos domingos: nos dias 8 e 15 de janeiro não houve mudanças significativas com relação aos dias anteriores, havendo um aumento no domingo 22, ainda na comparação com o dia anterior. Embora ao se apresentar esses números somados possa parecer que houve movimentos harmônicos entre os jornais, isso não se configurou. Na verdade, percebeu-se uma grande incongruência entre os veículos

<sup>28</sup> As duas reportagens encontradas n’*O Globo* no dia 2 de janeiro não se referem aos massacres em Manaus, que só foram noticiados pelos jornais pesquisados no dia seguinte.

<sup>29</sup> Importante ressaltar que a análise recaiu sobre a quantidade de reportagens e não com relação ao espaço ocupado pelos textos nos jornais. Assim, a média de reportagens no período analisado foi de 4 por dia, sendo *O Estado de S. Paulo* aquele que apresentou o maior número desses textos (5 por dia, em média), com a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* apresentando números inferiores (4 por dia e 3 por dia, respectivamente). Tais números podem ser enviesados a depender da escolha do jornal por fracionar a abordagem do tema em mais textos separados ou unificar vários temas em reportagens maiores.

no que diz respeito à quantidade de reportagens, com aumentos e diminuições independentes. Isso ajuda a mostrar como há margem para esses jornais atuarem: mesmo que para os seus atores pareça consenso a obrigatoriedade de se abordar essas mortes nos presídios, a intensidade com que isso foi feito é algo móvel.

### **3.2 Representações e locais enunciativos**

A análise aqui empreendida se dará com a observação de formulações, recorrências e utilizações de algumas representações feitas pelos jornais selecionados durante o período recortado. Como já se mencionou, há um processo similar ao de construção de personagens, que aparecem quase como tipos ideais, existências de poucas dimensões e facilmente reconhecíveis. Não se deve confundir o uso do termo representações com a ideia de representatividade; longe de se entender que ser retratado pela imprensa seja algo estritamente positivo, a noção de representação é aqui usada num sentido mais amplo de criação de imagem, identidade, sobretudo do outro.

Fazer essas representações não significa por si só utilizar os discursos desses grupos ou indivíduos. Depoimentos, relatos, pronunciamentos, documentos, são alguns meios de comunicar esses discursos e dos quais os jornais lançam mão. Tais instâncias serão chamadas aqui de locais enunciativos, um espaço que o veículo de comunicação abre para a entrada explícita de um outro discurso. São os casos das falas reproduzidas em discurso direto, das informações atribuídas a terceiros, de relatórios de investigações citados. O local enunciativo parece ser mais uma formalidade dos padrões atuais de reportagem dessa parcela do campo observada para gerar efeitos de verdade – a pessoa que conta um trauma experienciado, a informação referendada por um órgão com legitimidade – do que um meio para a promoção de pluralidade nos jornais, tanto que são perceptíveis os desníveis com relação a quem fala e sobre quem fala.

No limite, há uma impossibilidade de aparição do sujeito que não seja mediada pelos profissionais da imprensa por meio de discursos de outros setores, num processo claramente assimétrico, alguns tendo mais poder de nomeação do que outros. Assim, entende-se que determinados personagens têm suas características delineadas pela imprensa por meio de certos grupos, por exemplo: a formulação sobre o preso e suas condições de vida passam ao largo deste, com mais elementos fornecidos por integrantes do Judiciário, agentes de investigação ou defensores públicos.

Importante destacar que, mesmo quando há o que se chama aqui de reconhecimento de um local enunciativo por um veículo de comunicação, o processo a gerar representatividade é problemático, sobretudo com relação a grupo socialmente marginalizado. Como as vozes aparecem sob certas condições e num contexto discursivo específico, intermediadas sempre pelos jornalistas, nada é puramente uma voz, mas sim o próprio discurso jornalístico, que se formula por meio de outros. Entende-se por local enunciativo um recurso retórico dos veículos de comunicação para falar com a voz de outro, seja para dar mais força de verdade, seja para tirar de si o peso de uma afirmação, portando-se como mensageiro *tout court* (a fala de alguém que viveu uma tragédia, ou o recurso dos ‘especialistas’). Apesar de parecer por vezes que certos indivíduos ou instituições apenas têm o seu local enunciativo reconhecido, sem haver a formulação de uma certa imagem, aqui se defende que sempre há a construção de uma identidade no imaginário social. A Polícia Federal, por exemplo, possui um local enunciativo - como as informações obtidas por meio das investigações - e também uma representação – entidade que preza pela verdade, pela ordem, buscando uma sociedade mais democrática são características recorrentes. Continuando com o exemplo da Polícia Federal, esta aparece mais como uma entidade da qual se extraem dados do que um agente com atuação direta nos acontecimentos retratados e com interesses políticos e econômicos, já que nas reportagens analisadas não se percebeu qualificações a respeito do trabalho dos agentes, a não ser afirmações a respeito de como a informação foi obtida – escuta, depoimento de testemunha. Essa ausência de uma representação explícita, com esse ator sendo introduzido apenas como fonte de informação, sem que sua atuação seja avaliada criticamente, parece ser um indicativo da confiança do campo jornalístico no relato dos órgãos de investigação, que não costumam carecer de nenhum tipo de validador externo para ter seu local enunciativo reconhecido.

### **3.2.1 Presos-vítimas e suas porta-vozes**

Esta análise categorizou três maneiras principais de representação do preso nos textos analisados. Uma delas é a figura do detento como vítima, cuja formulação se deu quase totalmente por meio de outros atores: são os parentes ou amigos dos encarcerados vitimados nos confrontos que os apresentam, contam por que eles foram presos, o que eles estavam fazendo para mudar de vida, denunciam a situação de miséria e de abusos. O personagem preso-vítima, portanto, está ligado umbilicalmente à voz de quem o individua e o aponta como alvo de alguma injustiça. A análise do preso-vítima é praticamente a análise do que não

está lá, algo de que muito se fala, mas que pouco é mostrado, a não ser quando da sua morte. Por este motivo, optou-se por discorrer conjuntamente sobre essas duas representações: o preso-vítima e suas porta-vozes.

Pode-se estabelecer algumas características básicas desses tipos encontradas ao longo da cobertura: 1) o preso-vítima é construído como alvo de um ato violento, em geral cometido de maneira injusta, não é ligado fortemente ao mundo do crime pois não é apontado como integrante de facção criminosa, compartilha de valores bem vistos no imaginário social difundido pela imprensa, como a valorização da família, o trabalho, a educação formal e a religião; 2) a parente porta-voz é um indivíduo que luta por vários direitos – à informação, a uma condição mais digna de vida nas prisões –, que sofre por causa da morte do familiar, por causa da falta de estrutura no IML para receber informações, por falta de condições financeiras para fazer o enterro, também se desvincula das relações com facções criminosas e por vezes empreende meios mais ativos para levar a cabo seu intento, como manifestações que param o trânsito. Esse tipo aqui nomeado de preso-vítima constitui aqueles que foram alvo da violência de outros detentos e, para categorizar tais atos na linha semântica da selvageria, horror, barbárie, os jornais analisados mostraram o valor da perda dessas vidas, a despeito de serem encarcerados. Para isso, utilizaram uma série de expedientes discursivos com propensão a gerar empatia por esses indivíduos, sendo as porta-vozes peça central desse intento.

De início, é importante indicar que se notou um padrão na seleção de discursos pelos jornais. As pessoas ligadas afetivamente aos presos – ou por raras vezes os próprios detentos – emergiram quando portaram algo de testemunhal em sua fala, ou seja, quando denunciavam alguma violência que tivessem sofrido (ameaça da polícia, falta de informação sobre parentes presos, falta de estrutura na espera do reconhecimento do corpo) ou presenciado (falta de mínimas condições de dignidade humana nos presídios). Em muitos casos, o local enunciativo das porta-vozes se justificou simplesmente por expressar afetos – tristeza, angústia – que, além de serem percebidos como elementos que trazem mais ‘verdade’ à reportagem por partirem das pessoas diretamente envolvidas no acontecimento, são características que o campo jornalístico entende não poder portar em sua própria voz: “‘Tive com meu filho antes do Natal. Ia voltar neste sábado pra levar uma sandália que ele pediu e comida feita: arroz, bife, macarrão. Ia levar também refrigerante, um bolo feito. Ele comia lá com os outros’” (HERDY, *O Globo*, 4 jan. 2017, p. 5). Neste último trecho cria-se a imagem da relação de uma mãe como um filho nos moldes de uma família considerada padrão, colocando-se a

situação de criminoso/presidiário em segundo plano. Ela não sabia se o filho estava vivo e a reportagem parte da perspectiva dos familiares:

[...] duas histórias possíveis afligiam quem aguardava sob o sol em frente ao prédio da polícia científica estadual: nas próximas horas receberiam a triste notícia de confirmação da morte do ente querido, ou ganhariam o alívio de saber que, na verdade, ele era um sobrevivente. (Ibidem)

Elementos com intenção de gerar empatia não faltam: a descrição do sofrimento físico em busca de informações – “sob o sol em frente ao prédio” –, chamar o preso de “ente querido” e dizer que o fato de ele não estar morto constituiria um “alívio”.

Além disso, as porta-vozes muitas vezes carregaram em seu local enunciativo alguma crítica ao trabalho das autoridades: “[...] Ninguém sabe, não tem como saber se é de vivo ou de morto [a lista de nomes no IML]. E aí?” (VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. B1); “Não tenho notícia do meu marido. Ninguém passa informação e ninguém dos direitos humanos veio nos ajudar” (*O Estado de S. Paulo*, 16 jan. 2017, p. A12).

A denúncia também pode ser relativa às péssimas condições de vida dentro das prisões. Os parentes dos detentos, apesar de não vivenciarem aquela realidade como os detentos, vão rotineiramente ao local, possuem alguma experiência física do que é estar ali dentro; além disso, também possuem uma rede de contatos e recebem várias informações sobre o que se passa por trás dos muros. Assim, é possível a denúncia ser feita mesmo à distância, como a mãe de um presidiário do Compaj, em Manaus: “Ela declarou ter visto na internet imagens das celas do ‘seguro’, incendiado e destruído, e soube que ‘todos morreram’. ‘Não tem como ele ter escapado’, disse” (Ibidem). Aqui, o parente porta-voz do preso denuncia aquilo que testemunhou à distância, por meio de imagens às quais o veículo de comunicação não teve acesso.

Para recontar a violência intramuros se recorre a uma espécie de repasse de “matéria-prima”<sup>30</sup> (SARLO, 2006, p. 34) da experiência, já que aquele que vivenciou a situação morreu, ou não se tem acesso a ele. Ademais, há que se considerar a absoluta dificuldade de se representar determinados aspectos de episódios extremos: algumas circunstâncias são por demasiado inacreditáveis, o que impossibilita a compreensão, por parte das pessoas externas a elas, do que determinado acontecimento representou. É o que afirma Sarlo (Ibidem, p. 35) sobre os relatos de Primo Levi a respeito do dia a dia em Auschwitz: “A memória tende a

---

<sup>30</sup> O termo foi utilizado por Beatriz Sarlo ao citar a análise de Giorgio Agamben sobre textos de Primo Levi. Cf. *O que resta de Auschwitz* (AGAMBEN, 2008).

resgatar os ‘episódios singulares, clamorosos ou terríveis’, mas esses episódios ocorriam num tecido totalmente desfeito, que perdera quase por completo suas qualidades sociais”. Um exemplo desse relato terceirizado da experiência do outro é a denúncia da falta de condições mínimas de higiene e alimentação: ““Os presos que são de fora, que não têm parentes aqui para trazer comida, só eles comem a comida do presídio. Ninguém come aquilo, nem porco come”” (VALENTE, BERGAMO, 6 jan. 2017, p. B4), disse um dos parentes.

Há ainda casos em que se configurou uma admissão terceirizada de culpa, uma confissão pelo outro: o familiar da vítima assume que o seu parente preso realmente cometeu algum crime, mas deixa claro que não compartilhava do *ethos* do criminoso, queria cumprir a pena e seguir a vida. Faz-se necessário estabelecer o que se entende por confissão e testemunho, partindo da definição de Susannah Radstone. A autora usa uma metáfora da situação num tribunal para separar os dois conceitos: o réu, que porta em sua fala a confissão, reconhece ou não a própria culpa, suas respostas tratam de suas ações ou motivações; a testemunha, por sua vez, tendo como alvo de seu depoimento outra pessoa (o réu) ou algum acontecimento, fala sempre de algo externo a si:

No caso da testemunha cuja palavra diz respeito a um ato que supostamente lhe foi perpetrado, o depoente fornece evidências do que foi feito contra ele, e busca descrever acontecimentos testemunhados para esclarecer quem é culpado do quê. No caso do réu/aquele que confessa, seu discurso diz respeito a se foi ele quem perpetrado determinado ato ou não. (RADSTONE, 2006, p. 168)<sup>31</sup>

Fica clara a distinção entre, de um lado, um discurso (confissão) que só faz menção a si: o *self* é sujeito e objeto; de outro, um discurso (testemunho) com foco externo a quem fala, e que só joga luz em seu autor se for para indicá-lo como vítima ou testemunha de algum mal (Ibidem, p. 169). No que concerne aos elementos de confissão percebidos nos relatos analisados, pode-se dizer que possuem uma peculiaridade em comparação com a definição acima; os familiares dos presos confessam pelos detentos, parecem agir compreendendo que os julgamentos, sobretudo morais, que costumam recair sobre os presos também recaem sobre si.

A vontade de não estar vinculado a uma imagem de sujeito desviante apareceu com certa recorrência, ainda que não de maneira exaustiva, nesses relatos selecionados pelos

---

<sup>31</sup> “In the case of the witness whose testimony concerns an act that has allegedly befallen them, the testifier supplies evidence of that which has been done to them and seeks to describe witnessed events in order to clarify who is guilty of what. In the case of the defendant/confessant, their discourse concerns whether or not it was they who were the perpetrators of that act.” (RADSTONE, 2006, p. 168).

veículos de comunicação. Para isso, foram trazidos à tona elementos que criaram uma imagem do detento distinta daquela solidificada no imaginário social mais geral: de ser que não merece empatia, perigoso e moralmente reprovável, passa a ser alguém com uma família constituída, que estava estudando, queria trabalhar, participava de uma comunidade religiosa, como no exemplo a seguir: “Meu filho estava estudando, passou no Enem e queria passar no vestibular de engenharia” (VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. B1). A reportagem afirma que esse preso tinha um filho de um mês, além de ter se convertido a uma igreja evangélica. É possível supor que os veículos de comunicação entendam que com tais elementos seja possível que o leitor (e talvez os próprios jornalistas envolvidos no processo) crie algum tipo de empatia e de alguma maneira aceite as denúncias ali apresentadas e reprove a violência do massacre. O objetivo parece ser o de romper com a visão geral de que se tratam de pessoas cuja possibilidade de vida em sociedade é posta em xeque e com relação as quais não se deveria estabelecer nenhum tipo de sensação de injustiça, mesmo quando houver um ato em geral considerado iníquo.

Essa representação fica explícita no título de outra reportagem: “Filho, pai, irmão” (HERDY, *O Globo*, 9 jan. 2017, p. 4); as relações familiares do preso-vítima morto são trazidas à tona, a ponto de a reportagem começar descrevendo a filha dele numa cena feita para comover: “Vestindo sapatilhas amarelas e um vestido cor-de-rosa, a menina de 7 anos estava com os olhos vidrados no giro dos cataventos de plástico que enfeitavam lápides do Cemitério Campo da Saudade. Mal percebia o caixão do pai” (Ibidem). Impossível não supor que o efeito buscado com essa abertura não seja o de fazer com que o leitor estabeleça algum laço afetivo com pessoas ligadas à vítima e, por extensão, com o preso-vítima. O texto segue mostrando que o detento não era um criminoso perigoso, usando a fala da irmã para reforçar o argumento: “Ele era cabeça de vento, maria vai com as outras, era muito bobo, meu irmão” (Ibidem).

Uma reportagem da Folha de S. Paula é explícita nessa tentativa de dar identidade aos presos-vítimas e indicar que estes eram detentos em sua maioria de menor potencial ofensivo, ou que havia dúvidas sobre as acusações/condenações. O texto afirma que a maior parte dos assassinados, somando os casos de Manaus e Roraima, estava encarcerada por roubo – 35 de 69 mortos identificados até aquele momento –, especificamente em Manaus apenas dez eram acusados por homicídio (FOLHA DE S. PAULO, 8 jan. 2017, p. B5). A reportagem traz fotos, nomes completos – sem apelidos –, o crime motivador da prisão e, nos casos das vítimas de Manaus, a idade. Logo no início contam-se dois casos de estupro em que os presos, ou sua família, negavam as acusações; em um deles, a reportagem sugere uma comoção popular por

causa da morte do detento: “Errailson Ramos de Miranda, 33, havia sido condenado sob acusação de estuprar e matar uma criança de quatro anos. A família não o abandonou no presídio. No seu enterro, havia mais de 50 pessoas” (Ibidem). Mesmo ao tratar de uma acusação tão grave, a reportagem afirma que havia pessoas apoiando o detento. Há ainda o caso de um ex-policia civil entre os assassinados e que havia denunciado “um suposto esquadrão da morte comandado pelo então deputado estadual pelo extinto PL Wallace Souza” (Ibidem); aqui se aponta mais uma injustiça cometida contra alguém que, apesar de estar preso, tinha sido protagonista de um ato valoroso.

Em outros momentos ficou mais clara a tentativa de desvincular o preso-vítima como integrante do mundo do crime afastando-o das facções criminosas, como na reportagem que traz no título a fala de um parente: “‘Ele nunca teve envolvimento com facção’, diz irmão de vítima” (*O Estado de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. A14); no corpo do texto a fala é complementada por: “Não era esse *tipo de pessoa de crime* também” (Ibidem, grifo nosso). Aqui está implícita a noção de que existem definições razoavelmente estritas com relação a quem é do mundo do crime e quem não é, que se desdobra numa tipologia do caráter dos indivíduos.

A reportagem também refaz o momento em que o preso-vítima mandou a última mensagem para a família, pedindo ao irmão para cuidar dos familiares, dando mais elementos para gerar empatia: “[...] Maciel pressentiu a eclosão da briga que estava por vir, mas não conseguiu escapar. Foi uma das 56 vítimas” (Ibidem). Além disso, o irmão do preso-vítima teve espaço para dizer que não havia nada que o detento pudesse ter feito: “‘Se falasse [sobre a iminência do confronto], corria o risco de morrer antes mesmo’” (Ibidem). Sem retirar a sua condição de preso, ele é enquadrado como uma figura oprimida pelos outros detentos violentos. O relato do irmão traz outro elemento já comentado aqui, a crítica às autoridades: “[...] ‘o governo estadual poderia ter evitado tudo isso’, se tivesse provido uma melhor segurança no sistema carcerário” (Ibidem).

Ao trazermos o pensamento de Foucault, a noção de desvio, aqui colocada em evidência, é importante para se entender a força do controle social por meio da ameaça a todos da possibilidade de passagem a esse estado indesejado, sendo a população pobre a mais propensa a isso. Analisando essa distinção no autor francês, Paulo Vaz lembra que a cultura é o elemento que diferencia o certo e o errado, sendo a distinção entre normal e anormal apreendida num processo de socialização visto por seus participantes não como restrições da maneira de pensar e ser, mas como uma descoberta pessoal que leva à liberdade (VAZ, 2016, p. 488-9). E indica que, para Foucault, essa classificação provoca uma divisão no interior do

sujeito e na relação com os outros, já que no anormal se acumulam desejos desviantes e desprezo social, ou seja, o desvio e sua punição (Ibidem, p. 489). A reviravolta na perspectiva da anormalidade apontada por Foucault, segundo Vaz, é em relação ao controle social usando o desvio como instrumento na relação com a morte, mas não buscando promover a distância da finitude, e sim a iminência da chegada do fim da vida: “essa forma de poder, para ser efetiva, precisa incessantemente fazer existir a ameaça, pois só assim sua intervenção é demandada e legitimada” (Ibidem, p. 499).

Ao deter-se sobre a questão da sexualidade, por exemplo, Foucault aponta essa nova forma de se exercer o poder indicando a passagem, da Idade Clássica para a Moderna, de uma concepção do desviante como um espaço jurídico a ser preenchido – o libertino – chegando à formulação de uma identidade – o homossexual, por exemplo – que portava uma história e um caráter próprios (VAZ, 2016, p. 491). Nessa perspectiva, o poder se exerce não eliminando essas existências, mas classificando-as, tornando-as mais reais: “[...] especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo” (FOUCAULT, 1999, p. 44).

Na perspectiva carcerária, para Foucault, lembra Vaz, o poder se exerce não exatamente ao punir com os suplícios, como já foi no passado, mas com a constante possibilidade de restringir a liberdade daqueles que não se enquadrarem nas diversas regras estabelecidas na cultura (VAZ, 2016, p. 493). Em *Vigiar e Punir*, a noção de culpa se desenvolve da seguinte maneira: “a sociedade disciplinar massifica, pois constitui em todos a virtualidade de ser anormal e suscita, assim, o desejo e o esforço de cada um em evitar essa atualização” (Ibidem, p. 496).

Com os elementos trazidos em boa parte por quem está sendo chamado aqui de porta-vozes dos detentos, – críticas à condição de vida na prisão, individualização do preso como sujeito com apreço por certos valores e cuja morte gera trauma, além do afastamento do detento da condição de criminoso profissional –, os veículos de comunicação puderam estabelecer uma representação do preso enquanto vítima, sendo este um indivíduo que se mostra assustado, não propenso a atos violentos e muito menos apto ao dia a dia das prisões: “O neto da aposentada Maria Joaquina da Silva Sena, de 76 anos, esperava julgamento na unidade. ‘Eles estão com medo, gritando tanto que dá para ouvir. Isso tem que ser resolvido’” (HISAYASU; CARVALHO, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A11).

Da mesma maneira se deu a única representação com destaque de um preso-vítima autor de um relato durante o período de análise. A *Folha de S. Paulo* ouviu diretamente um detento que havia fugido antes da deflagração do conflito no Compaj, em Manaus, e foi

recapturado depois dos assassinatos em massa. Sua fuga foi contada sob a justificativa – do próprio preso – de que ele recebia ameaças e sua morte seria iminente: ““Estavam falando que iam me matar aqui dentro. Aí eu pulei um muro, fui pelo mato, corri numas casas, peguei uma carona e fui para a cidade”” (VALENTE; BERGAMO, 6 jan. 2017, p. B4). Além disso, o texto atribui ao detento valores bem vistos pela sociedade brasileira em geral: o apreço pelo trabalho considerado lícito e pela família: “O detento disse que se escondeu por alguns dias e depois passou a trabalhar como carregador na feira central de Manaus, onde recebia cerca de R\$ 80 por dia. ‘Esse dinheiro era para sustentar meu filho de seis anos’” (Ibidem). Ainda que não tenha confessado sua condição de criminoso, negando culpa na condenação por estupro, ele admite a fuga, o que o contexto construído pela reportagem faz parecer compreensível.

É num cenário de reforço do preso-vítima como sujeito cuja vida é válida que o detento pôde até mesmo denunciar irregularidades cometidas contra ele: ““A gente está com medo de virem aqui arrebentar a porta e matar todo mundo”” (Ibidem). No texto, percebe-se o tom de denúncia à falta de condições do poder público de manter o mínimo de segurança no local. Além disso, a reportagem abre espaço para outra denúncia: “A. diz ter sido condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão e que já estaria ‘há mais de sete anos na cadeia’” (Ibidem). Assim, o próprio detento acusa o Estado de deixá-lo preso por mais tempo do que deveria e, por isso, obrigá-lo a passar por uma situação aberrante.

Outro caso raro de preso na posição de denunciante se deu com uma acusação de detentos que acabou por levar à destituição do diretor interino do Compaj, em Manaus (podemos nos perguntar se teria havido registro jornalístico sem essa consequência prática). Nesse episódio, de acordo com os relatos nos jornais, dois detentos escreveram 20 dias antes da chacina do início de 2017 uma carta afirmando que o diretor interino recebera dinheiro de presos integrantes da FDN para facilitar a entrada de armas, drogas e celulares no complexo prisional. Os denunciantes acabaram mortos no massacre. Há diferenças entre a abordagem feita por *O Globo* (LUCAS, 11 jan. 2017, p. 7) e por *O Estado de S. Paulo* (CARVALHO; OLIVEIRA, 11 jan. 2017, p. A10): o primeiro faz um relato do caso com mais espaço para citações da carta, enquanto o segundo cobra órgãos que teriam competência para analisar o caso, como a Vara de Execuções Penais e o Ministério Público. Apesar disso, a representação dos presos é similar, com os nomes completos divulgados e ênfase na possibilidade de evitar as mortes dos denunciantes, cujas vozes não foram ouvidas a tempo. No entanto, o centro das reportagens parece ser mais a crítica às autoridades do que às condições de vida dos presos, posto que a cobrança foi feita somente depois das mortes e sem uma crítica ao modelo carcerário, tanto que os títulos das reportagens dão destaque à destituição do diretor.

Esses casos em que as falas do presos-vítimas vieram à tona fazem lembrar os indivíduos que Foucault chama de “homens infames”, pessoas cuja história a princípio não despertaria curiosidade, mas que todo um aparato de controle e registro minucioso acabou por selecionar como existências que perturbavam a ordem e cuja conduta foi descrita com detalhes (FOUCAULT, 2006, p. 209, 213). Apesar de serem existências que boa parte da sociedade não quer evidenciar, esses indivíduos acabam sendo mais percebidos quando se deparam com instâncias de poder (Ibidem, p. 207-8). É curiosa a metáfora usada por Foucault para comentar a existência dessas pessoas:

O termo "notícia" me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. (Ibidem, p. 203)

Se o interesse dos jornais com relação ao preso-vítima parece seguir certos padrões, entende-se por que esse local enunciativo, o espaço formal da sua voz, é parcamente preenchido: para ser considerado vítima, em larga medida, o detento deve ter sido morto. Assim, o que resta em geral é a análise *post mortem* feita pelos jornais do corpo mutilado e/ou carbonizado, numa descrição detida trazendo quantos foram decapitados, além das consequências práticas das mortes – IML sobrecarregado, demora na identificação –; sem, no entanto, pensar em causas estruturais ligadas à própria condição de encarceramento.

Os textos dissecam os corpos com o que parece ser a intenção de reconstruir o acontecido: “[...] nenhuma vítima foi poupada de perder alguma parte do corpo. Os *relativamente menos afetados* perderam um membro; os mais, foram esquartejados, com os órgãos retirados e acabaram até carbonizados” (CARVALHO, Estado de S. Paulo, 4 jan. 2017, p. A13, grifo nosso); “[...] 30 presos foram decapitados, alguns ainda vivos. Alguns deles tiveram o coração arrancado e os olhos furados” (*O Globo*, 7 jan. 2017, p. 4); “Quase todos os corpos foram decapitados. Dois foram carbonizados e outro foi parcialmente carbonizado” (CARAZZAI; COSTA, *Folha de S. Paulo*, 16 jan. 2017, p. B1). Depois das mortes, sobrou o tecido orgânico sobre o qual recai uma atenção incomum, como se o corpo por si só pudesse recontar o que se passou dentro dos muros. Nota-se uma reificação dos seres, com a atenção puramente voltada à estrutura material dos corpos, a ponto de se falar em “relativamente menos afetados” numa situação em todos aqueles afetados foram mortos. Se Foucault (2013, p. 13) defende que, na lógica contemporânea da repressão penal,

“desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo”, parece haver uma inversão do princípio após as mortes, com uma fixação da imprensa com o que sobrou dos detentos. Não bastou dizer que houve mortes, mas sim a maneira como os corpos foram destruídos, o que também contribui para a formulação de outro personagem, o preso-bárbaro<sup>32</sup>.

Nesse processo de representação do preso-vítima, as porta-vozes também tiveram sua imagem criada de maneira específica pelos jornais durante o período analisado; a maior parte era de mulheres – mães ou esposas –, em situação de fragilidade física e/ou emocional, passando por um trauma, e que acabam tendo que lidar com o mundo do crime – sobretudo com as facções criminosas –, mas que também agem de maneira mais ativa ao fazer protestos por mais informações ou ao cobrar energicamente meios para uma vida mais digna dentro das unidades prisionais. Por vezes, elas foram representadas agindo de maneira organizada, fornecendo apoio entre si, conseguindo informações e também causando algum distúrbio para chamar a atenção:

Sempre atentas a qualquer movimentação na frente dos presídios, elas bloqueiam vias, dispõem-se a informar os demais parentes e atualizam umas às outras com as notícias que recebem via celular. Em alguns momentos são as primeiras a terem informações sobre o que se passa no interior dos presídios. (*O Globo*, 9 jan. 2017, p. 3)

Apesar de descreverem alguns atos potencialmente violentos levados a cabo por elas – “gritaram palavras de ordem e queimaram colchões e pedaços de madeira” (Ibidem) – sua motivação é tratada como justificável, de maneira geral. Em muitos casos, deu-se atenção à ação dessas mulheres de cobrir o rosto, afirmando que seria uma maneira de evitar retaliações. A mesma reportagem de *O Globo* afirmou ainda que elas estavam sendo chamadas (não diz por quem) de “mulheres de véu”; nome que indica o ato de se cobrir, mas também pode fazer alusão às Mães da Praça de Maio<sup>33</sup>. Mesmo nas ações consideradas mais enérgicas, não se criticou abertamente essas porta-vozes, que apareceram como reprimidas pelas forças policiais: “[...] quando o Batalhão de Choque da PM chegou ao presídio, parentes dos detentos protestaram, queimando colchões e pedindo a saída do governador José Melo (PROS). Os agentes revidaram com spray de pimenta” (LUCAS, *O Globo*, 9 jan. 2017, p. 3).

---

<sup>32</sup> Esta categoria será mais bem delineada adiante.

<sup>33</sup> Foi como ficaram conhecidas as mulheres que denunciaram prisões e torturas durante a ditadura militar argentina.

Há espaço para reportar a reação da polícia de maneira acrítica, mas também sem explicitamente reprovar os atos dos parentes dos detentos:

No início da noite, familiares protestaram fechando o acesso ao presídio com uma barricada feita de entulhos e lixo e depois com fogo. O movimento foi rapidamente dispersado por policiais militares, com spray de pimenta e tiros para o alto, e por agentes da Força Nacional, que reforçam a segurança na região. (CARVALHO, *O Estado de S. Paulo*, 19 jan. 2017, p. A14)

Ainda assim, não é homogênea essa representação de não criminalização dos porta-vozes. Como já foi dito anteriormente, há uma tentativa de desvincular os presos-vítimas de um tipo socialmente ligado ao mundo do crime – traduzido nas facções criminosas –; este processo é feito nas reportagens em ampla escala pelas porta-vozes dos detentos, cujo local enunciativo foi utilizado para apontar malfeitos do poder público frente a esses indivíduos. No entanto, pode-se inferir que o reforço no ato de cobrir o rosto acabe atrelando os familiares, senão diretamente às facções criminosas, às relações violentas do crime organizado: “O rosto coberto é a forma encontrada por elas de se proteger e não serem identificadas, por medo de represálias de facções rivais e até mesmo de autoridades” (*O Globo*, 9 jan. 2017, p. 3).

Um exemplo extremo de ligação das porta-vozes com o mundo do crime foi encontrado numa reportagem da *Folha de S. Paulo*, a respeito dos parentes dos presos de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte e intitulada “Guerra familiar”. O texto defende que, assim como os detentos estavam em guerra entre si, seus familiares também participavam da duplicação desse conflito do lado de fora dos muros, chegando a afirmar que “duas batalhas ocorreram no presídio de Alcaçuz”, sendo “uma dentro e uma fora”. (MACHADO; PRADO, *Folha de S. Paulo*, 19 jan. 2017, p. B3). O texto não só iguala em grande medida as mulheres aos presos, como iguala as mulheres de facções distintas – nesse caso o PCC e o Sindicato do Crime. As demandas e reclamações de ambos os lados se tornam iguais e igualmente assimiladas a um contexto de pessoas em confronto criminoso, cujo capital simbólico é altamente negado. Sendo assim, a reportagem afirma que elas “dormem ao lado do presídio”, recorrem a jornalistas para se movimentar na região por acreditarem que “a presença de repórteres ou fotógrafos pode inibir um ataque rival”, mas também criticam a imprensa dizendo “que os jornalistas só mostram o outro lado, ou seja, o lado do governo ou a versão do grupo inimigo” (*Ibidem*). Ao longo do texto há uma série de depoimentos curtos dessas mulheres – boa parte em tom de guerra –, especialmente no início da reportagem, como: “A gente não ousa pisar no lado delas, mas não aceitamos elas aqui”; “A regra deles

(presos) vale para nós. É matar ou morrer””; “É a mesma coisa deles, tudo ou nada””, “Nós vamos ganhar essa guerra”” (Ibidem). Ainda que haja espaço para apontar relações de afeto entre as mulheres e os presos – “A gente sofre assim é por amor, porque somos as únicas pessoas na vida deles”” (Ibidem) –, a profusão de falas violentas justifica o argumento de que parentes e presos lutam a mesma luta (criminosa).

O discurso dos familiares dos detentos apareceu também como voz de denúncia contra uma violência em potencial a eles mesmos, como na seguinte passagem:

“No enterro de um detento morto na rebelião, famílias recontavam a apreensão vivida no dia da matança. ‘A gente estava no guarda-volume para pegar as coisas e sair no último portão quando começou [a rebelião]. [...] Os policiais, em vez de abrir a porta pra gente sair logo, deixaram fechada’. (VALENTE, BERGAMO, 6 jan. 2017, p. B4)

Aqui abre-se espaço para o testemunho de um evento traumático, como indica a escolha vocabular (“recontavam”, “apreensão”). Nesse caso, o relato é de alguém que vivenciou a situação, não se feriu fisicamente, mas pode contar um pouco da sensação de medo por ter estado no lugar na hora do acontecimento.

Outra reportagem (CHAGAS, *Folha de S. Paulo*, 8 jan. 2017, p. B1) afirma que parentes de presos que ficavam 15 horas em frente à cadeia para onde haviam sido levados integrantes do PCC contaram que vinham sendo ameaçados. A menção é breve: “[...] as mulheres e outros familiares que ficam das 7h às 22h afirmam que sofrem ameaças. ‘Tem um carro amarelo mandando a gente ir embora e ameaçando matar se ficarmos. Mas *nem todas* aqui são de facção, não’, diz uma mulher que não quer se identificar” (grifos nossos). Aqui, ao mesmo tempo em que se dá relevância à denúncia, já que a pessoa vivenciou o recebimento da ameaça, sutilmente esta é colocada em dúvida, quando o texto diz que mulheres e familiares “afirmam que sofrem ameaças”. Outro ponto digno de comentário é a escolha da fala em que a mulher afirma que *nem todas* as que ficavam do lado de fora da cadeia pertenciam a facções criminosas. Ao mesmo tempo em que incrimina algumas, se preocupa em tirar de outras (e também de si) a ligação com criminosos profissionais, numa tentativa de se desvincular da imagem do desvio.

Vale nesse momento recapitular algumas das considerações já feitas. Sobre os presos-vítimas, argumentou-se que seu local enunciativo foi parcamente utilizado, havendo a detecção de dois momentos: um em que um detento recapturado apontava o medo que tinha de ser morto, e outro em que dois presos que acabaram mortos haviam deixado uma carta

denunciando o diretor do presídio. Nesses casos, operou-se para mostrar o perigo daquela realidade e as injustiças a que estavam expostos.

Compreende-se que no presente caso haja uma dificuldade física de acesso a esses atores, porém, ao mesmo tempo, tem-se em mente que há certa resistência dos grandes veículos de comunicação em representá-los de maneira próxima e empática. O caso analisado pode se configurar como um momento de exceção, não somente pela amplitude e intensidade do conflito e da crise penitenciária, mas também porque detentos foram ao mesmo tempo vítimas e algozes. Assim, para poder haver uma narrativa jornalística nos moldes praticados pelos jornais analisados, foram atribuídas diferentes características aos presos, dando mais força de humanidade a uns e menos a outros. Os aqui chamados presos-vítimas foram apontados pelas reportagens como indivíduos que, apesar de estarem no espaço do crime, não eram integrantes habituais dele, não portavam o *ethos* criminoso, estavam buscando um outro caminho atrelado a valores como família, trabalho e religião, e foram vítimas de alguma injustiça na prisão, seja por não terem recebido a segurança necessária, ou por estarem encarcerados injustamente.

Esse processo de representação dos presos-vítimas foi feito em larga medida por meio do discurso das porta-vozes. A respeito desse tipo, seu local enunciativo aparece como uma espécie de testemunho 1) do descaso do poder público para repassar informações, das ameaçadas recebidas de outros criminosos e, em menor grau, da dor de terem tido familiares vítimas da violência; 2) da violência inominável das relações dentro dos presídios a que foi submetido seu familiar, tendo os próprios detentos como algozes. De maneira conjunta à utilização dos relatos das porta-vozes, foi feita a sua representação, que, em linhas gerais, forma a imagem de mulheres obstinadas, que buscam justiça, agem de maneira enérgica chegando a atos violentos, mas também estão inseridas num contexto de violência, sendo que algumas vezes são enquadradas como integrantes do mundo do crime.

É possível supor que nessa operação para prover de afetos a imagem do preso-vítima, os veículos de comunicação analisados tenham preferido os relatos testemunhais por conta de certas regras do campo e preferências formuladas pelo seu *habitus*. Esses profissionais perceberam que tais falas são aceitas como fonte de uma sensação de verdade frente ao público, o que fornece credibilidade e mantém determinado jornal em posição de relevância no debate dos assuntos tidos como importantes, confere-lhe capital simbólico. Importante reforçar que a aparição de tais falas não parece ser parte de um esforço de compreensão, por parte da imprensa, da dor e do trauma; a percepção que se tem é de que se trata mais de um artifício discursivo num processo de produção dentro de um regime de verdade.

Além de trazer um conteúdo considerado verdadeiro, o jornal pode se colocar na posição de ser um denunciante dos oprimidos, aquele que, por dar voz às denúncias das injustiças, busca combatê-las, satisfazendo certa imagem dos jornalistas disseminada pelo campo. Parece mais de um esforço retórico de manutenção da notoriedade – num momento esporádico em que todos se voltam aos problemas carcerários – do que real vontade de denunciar injustiças.

O que se percebe na construção dos textos jornalísticos é um apreço pelo testemunho como forma de verdade, que passa a ter um valor em si. Por isso, chega-se ao ponto em que mesmo instituições não necessariamente interessadas em dar visibilidade a parcelas da sociedade historicamente excluídas também se utilizam de seus relatos. No entanto, como assegurar que o testemunho consiga reproduzir a experiência, ou ainda que não seja uma narrativa da mesma natureza que aquelas ficcionais? Esses são questionamentos apontados por Beatriz Sarlo, para quem o “tom subjetivo” marcou a pós-modernidade, com o aumento da incidência das narrativas classificadas como não ficcionais, quando “todos os gêneros testemunhas parecem dar sentido à experiência” (2006, p. 38-9).

Ao analisar o espaço tomado pelos escritos testemunhais, principalmente os autobiográficos, a autora (Ibidem, p. 31) relembra as críticas de Paul de Man, que nega a autobiografia como um gênero (MAN, 1979, p. 921) e aponta que as diferenças entre esse tipo de registro e a ficção são insolúveis (*undecidable*): “[...] estamos tão certos de que a autobiografia depende de uma referência, assim como a fotografia depende de seu objeto ou uma pintura (realista), de seu modelo?”<sup>34</sup> (Ibidem, p. 920). Sarlo (2006, p. 32) também traz a problematização posta por Jacques Derrida, para quem não seria possível estabelecer qualquer saber derivado da experiência porque não conseguimos determinar o que é a experiência. Ao comentar o caráter autobiográfico da obra de Nietzsche *Ecce Homo*, Derrida sugere uma leitura que não trate a biografia do filósofo como um “corpus de acidentes empíricos” (*corpus d'accidents empiriques*) exposto a uma leitura filosófica imanente (1984, p. 39), e aponta como o sujeito que fala no relato autobiográfico não é tanto o indivíduo que viveu o que é contado, mas uma “assinatura” (*signature*) cujo valor é estabelecido num contrato entre o autor e ele mesmo (Ibidem, p. 47). Portanto, Sarlo propõe uma análise que entenda a importância do registro em primeira pessoa, mas problematizando o status de verdade indiscutível da memória (2016, p. 117).

---

<sup>34</sup> “[...] are we so certain that autobiography depends on reference, as a photograph depends on its subject or a (realistic) picture on its model?” (MAN, 1979, p. 920)

Apesar de abrir espaço para relatos com tom de testemunho em coberturas de situações-limite, os grandes veículos de comunicação parecem propensos a utilizar o recurso do testemunho enquanto elemento de corroboração de alguma visão pretendida e não como um espaço para dar mais representatividade àquele que expressa sua experiência traumática; até porque essa última opção conflitaria com a manutenção da legitimidade e da razão de ser atual da mídia hegemônica no país. No entanto, especialmente em momentos de clamor popular, a imprensa vem buscando se apresentar como um intermediário atento aos anseios de uma representação diferente de setores usualmente marginalizados, apresentando as demandas desses grupos e também valorizando sua experiência, que não é a do especialista, mas sim um olhar de quem adquiriu um conhecimento por meio da experiência; em outras palavras, uma representação que dê representatividade.

Aqui há duas situações: 1) determinados grupos sociais reivindicam saberes daquilo que vivenciam diariamente, e desejam repassá-los diretamente, sem a necessidade de tradutores, pois estes possuem um olhar externo que não capta essa experiência; 2) os intermediários (aqui estão inseridos os veículos de comunicação), atentos a essa demanda, buscam se utilizar da voz dos excluídos, porém definindo o seu espaço e mediando seus relatos. A resposta dada pela mídia hegemônica é necessariamente insatisfatória para esses grupos, pois está fadada a cerrar os discursos dentro do seu próprio. Assim, percebe-se um conflito entre a perspectiva dos veículos de comunicação e a de grupos que defendem o que João Camillo Penna (2013, p. 279) chama de “episteme da inclusão”: um “projeto de tendencialmente substituir o discurso da ciência e da política por uma perspectiva mais autêntica, autoproduzida, dotada de uma verdade que os discursos mediados não podem – nem querem – almejar”.

### **3.2.2 Presos-bárbaros**

Para ser considerada vítima, essa representação de preso necessita de um algoz na formulação do enredo das reportagens; este papel foi ocupado por outros detentos retratados como massa violenta, muitas vezes sem nome, responsável por perpetrar os assassinatos. Se os jornais usaram a voz dos familiares dos detentos para representar o preso como vítima, uma outra categoria – a do bárbaro – aparece como um ser plenamente desviante, o que parece constituir um lugar comum no imaginário social, sem a apresentação de características potencialmente empáticas. Dessas pessoas não se espera nada que não seja à margem da lei,

tendo sido retratadas no ato da violência ou como potencialmente propensas a ações dessa sorte.

Por uma questão tecnológica, houve imagens captadas e divulgadas pelos próprios presos, aumentando exponencialmente o número de testemunhas e também da sensação de verdade a respeito do que seria a realidade intramuros. Em muitos desses casos em que o preso é retratado com uma figura bárbara, não se fala o seu nome, não há parente para humanizá-lo, sua existência se restringe aos atos inaceitáveis de violência. Geralmente os presos mortos são chamados de vítimas, enquanto os atos são classificados como “barbárie”, “horror”, “massacre”.

A escolha da palavra ‘bárbaro’ para nomear essa categoria se deu não apenas pela recorrência do termo nas reportagens – acompanhado de seus substantivos correlatos “selvageria”, “brutalidade” –, a palavra, que remete a um conceito, tem uma longa trajetória de utilização, e acaba tendo funções políticas. Como aponta Koselleck (2006, p. 192), existem nomenclaturas que servem para criar certa unidade a um grupo, delimitando-o e estabelecendo diferenças com relação a outros. Nesses casos, lança-se mão do que o autor chama de “conceitos antitéticos assimétricos”, binômios com nomenclaturas em que não há um reconhecimento de ambas as partes e que desagrade um dos lados: se presos são chamados depreciativamente de bárbaros – e esta alcunha só é aceita por quem a produz e não por quem a recebe – é porque existe uma percepção de que ao menos parte da sociedade fora dos muros é mais educada, menos violenta, mais civilizada. Como afirma Koselleck, são “atributos que só podem ser usados em uma direção, e que na direção contrária são diferentes” (Ibidem, p. 191).

Para além da palavra, a utilização do conceito de ‘bárbaro’ como um outro inferior na representação dos presos, foi percebida ao longo de toda a cobertura. A força política dessa conceituação é evidente e sua formulação não é de responsabilidade exclusiva da imprensa; no entanto, é preciso reconhecer sua posição de destaque pelo menos no que diz respeito à disseminação dessas representações. Nesse caso, os presos aparecem, se não como inimigos a serem combatidos, pelo menos como seres a serem evitados e mantidos à distância.

Como afirma Koselleck (2016, p. 197), o conceito de bárbaro tem uma longa história de utilização, inicialmente estabelecida na Antiguidade. Em termos gerais, o autor menciona dois momentos de uso do par heleno/bárbaro. Serviu para distinguir, levando em conta principalmente a perspectiva espacial, todos aqueles que não eram gregos. Bastava não pertencer aos territórios helênicos para ser tratado, pelos ocupantes desses locais, como bárbaro: “[...] eram não-gregos, estrangeiros, e isto não apenas em sentido formal: como

estrangeiros, eles carregavam consigo uma determinação negativa. Dizia-se que eram covardes, grosseiros, glutões, cruéis etc.” (Ibidem, p. 198). Ainda segundo Koselleck, com as mudanças na sociedade grega, primeiro com Alexandre, o Grande, depois com o Império Romano, a dualidade heleno/bárbaro perdeu o caráter de dominação que possuía, e passou a ser usada indiretamente na justificação da posição social dos helenos como educados para governar (Ibidem, 202-3). Assim, a condição de não ser bárbaro, ou seja, culto, era saber falar grego corretamente (Ibidem, p. 202).

Pode-se traçar certo paralelo do registro dos jornais com relação a essa utilização antiga do termo bárbaro, sobretudo a questão da espacialização como indicativo do ‘outro’. No imaginário social de grande parte da população brasileira, a prisão é o espaço de quem não compartilha de valores comuns e bem vistos para a manutenção da vida em grupo – como o trabalho formal, as ligações familiares e o respeito à vida. Na visão desse imaginário, discussões jurídicas sobre os motivos do encarceramento parecem não serem relevantes, posto que a formalização de um ato – privar um sujeito de liberdade – é o que vai estabelecer a diferenciação. Nem todos aqueles considerados bárbaros estão na prisão – o que aparentemente seria a realização de uma fantasia de parcela da sociedade brasileira –, mas estar na prisão é a denotação da condição de bárbaro<sup>35</sup>. No entanto, a diferenciação não é apenas de cunho espacial; há consequências políticas nesse processo, levando a uma série de rotulações sociais que caracterizam o detento, extrapolando as conclusões para toda a sociedade numa tentativa de delimitar quem está propenso à criminalidade, constituindo aquilo que Michel Misse chama de sujeição criminal (2008, p. 14). A noção de transgressão deixa de ser a de um ato apenas e passa para o interior do indivíduo tido como desviante, este tendo o seu caráter classificado de acordo com a ação socialmente condenável (Ibidem, p. 23). Assim, formam-se tipos sociais, e todos os indivíduos que compartilharem dessas características são considerados potencialmente perigosos.

A imagem da população carcerária como composta por bárbaros integra um conjunto de expedientes de dominação (não somente) simbólica que contribui para a perpetuação de uma política de encarceramento em massa que prende principalmente jovens pobres e negros e exerce uma supervigilância sobre áreas consideradas perigosas.

Não se defende aqui que a imprensa aja numa espécie de conluio explícito e consciente com os atores políticos para manter as classes pobres dominadas, mas que há uma série de ações

---

<sup>35</sup> Aqui está se reduzindo deliberadamente o escopo da discussão; poderíamos levar a noção de ‘bárbaro’ para inúmeros outros grupos sociais, como o jovem morador da favela, o usuário de drogas, o morador de rua etc.

que contribuem para isso, sem que os integrantes do campo jornalístico necessariamente percebam seus efeitos.

Essa concepção do preso – e do criminoso em geral – como um ‘outro’ diferente de ‘nós’ parece ser um elemento central na manutenção de um imaginário no qual se entende que é necessário apartar o desviante do convívio social, lançando mão de argumentos de cunho moral muitas vezes transvestidos de autopreservação da sociedade.

Essa representação do preso perigoso está presente, pelo menos de maneira implícita, em todas as reportagens que abordam os homicídios, e fica mais nítida quando os veículos de comunicação retratam os vídeos gravados pelos detentos:

Os próprios presos filmaram suas ações e divulgaram um vídeo em grupos de WhatsApp. As imagens mostram os criminosos armados com facas arrancando, uma a uma, a cabeça dos detentos enfileirados no pátio do presídio. Eles ainda retiraram o coração e outras partes dos corpos das vítimas. ‘Está aqui a resposta para vocês, mataram os nossos irmão em Manaus e agora vão pagar por isso.’ (*O Globo*, 7 jan. 2017, p. 4)

Reforça-se a ideia de barbárie com descrições dos atos violentos, sendo feitas avaliações sobre o comportamento desses presos, apontados como desafiadores da ordem: “Para os investigadores do caso, a decisão de não destruir os equipamentos [de vigilância] é mais um sinal da ousadia dos criminosos, que queriam que a matança [...] fosse assistida pelas autoridades” (HERDY, *O Globo*, 5 jan. 2017, p. 6); “Para a desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) Ivana David, especialista em crime organizado, as rebeliões demonstram que os presos desafiam o Estado adotando comportamento que ultrapassa a selvageria” (HISAYASU et al., *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A10); “Da mesma forma que no massacre de Manaus, os presos foram executados com requintes de crueldade durante a madrugada” (HERDY; CORREIA, *O Globo*, 7 jan. 2017, p. 4). Esses presos são caracterizados então como uma massa quase animalesca, com o interesse apenas em matar: “[...] Não destruíram patrimônio, não botaram fogo, não tentaram fugir, estavam ali só para matar’ relata um policial que participou da ação de retomada do controle da unidade [...]” (HERDY, *O Globo*, 8 jan. 2017, p. 6).

As reportagens demonstram um interesse em particular com as decapitações, apresentadas como marca do PCC e adotada posteriormente por outros grupos. Ao se falar das mortes dizia-se quantos corpos tiveram a cabeça cortada, buscando apoio até mesmo numa análise quantitativa que mais parece o que Schudman chama de “empirismo ingênuo” (2010,

p. 16), uma tentativa de apresentar uma informação materialmente verificável: “Uma cena de terror que chocou até os legistas acostumados a lidar com crimes violentos. Funcionários estimaram que ao *menos 80% tenham sido decapitados*” (CARVALHO, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A13, grifo nosso).

Chamou a atenção uma reportagem d’*O Globo* voltada ao caráter simbólico do ato de decapitar, que lança mão de casos de ampla repercussão no imaginário brasileiro, como a morte de Lampião e Maria Bonita; o título “País de volta aos tempos do cangaço” (CARIELLO; GALDO. *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 6) e a maior foto que acompanha o texto são referentes ao casal. Não custa lembrar que os dois foram mortos pela polícia, o que não fica claro na reportagem, que inclui o exemplo num cenário de decapitações levadas a cabo por facções criminosas brasileiras e estrangeiras, além do grupo terrorista Estado Islâmico.

Especificamente sobre o Brasil, grassam exemplos antigos de “exibição da crueldade”: “No meio do matagal, depois de cortar a garganta do jovem, os executores dão vários golpes com o facão até separar a cabeça do corpo por completo”; “[...] um vídeo na internet mostrava presos chutando uma cabeça, como se estivessem jogando futebol, no pátio de um presídio”; “Antes de ser morto, as imagens exibiram o homem ainda vivo, obrigado a falar para a câmera com uma chupeta na boca” (Ibidem).

A tese defendida pela reportagem é a de que as decapitações possuem uma história de utilização não apenas para tirar a vida de alguém – até porque em muitos casos a pessoa é morta de outra maneira antes –, mas para demonstrar força, havendo nos últimos anos uma exibição generalizada por meio dos *smartphones*. Essa avaliação da decapitação como ato simbólico está no texto por meio de afirmações de “especialistas em segurança pública”; há falas de Sérgio Adorno dizendo que a decapitação “é uma extinção total do indivíduo”, que as “construções coletivas simbólicas são movidas por impulsos e crenças” (Ibidem), e do sociólogo Rodrigo de Azevedo apontando que as decapitações ajudam “a produzir uma identidade do grupo” (Ibidem). Ao publicar tal reportagem dias depois das mortes em Manaus e antes de outro episódio similar acontecer em Boa Vista, e com uma rubrica no topo da página onde se lê “imagens da barbárie” (Ibidem), o veículo de comunicação espalha para todo o território nacional o que aconteceu no Compaj, trazendo uma ideia de caos e crueldade generalizáveis a todos os detentos, como se fosse uma condição da natureza daquelas pessoas.

Ao se ater especificamente sobre os casos do Rio de Janeiro, estado no qual o veículo de comunicação está sediado, retirou-se totalmente a dimensão simbólica e sobrepôs-se a funcional. Com o subtítulo “No Rio, preocupação em matar”, a reportagem conclui, por meio da fala de um defensor público, que o contexto fluminense não é igual ao de Manaus, de

maneira a retirar o elemento comunicativo do ato, reificando ainda mais seus perpetradores: “[...] [as mortes] não são tão violentas a ponto de tentar transformar a morte num instrumento simbólico. Normalmente se preocupa em matar, não em enviar mensagem”, diz o defensor” (Ibidem).

*O Estado de S. Paulo* também publicou reportagem especificamente sobre o caráter identitário das decapitações, afirmando que era uma prática restrita ao PCC para demonstrar força e que se espalhou no mundo do crime organizado. Para tal, o jornal lançou mão do local enunciativo do procurador Márcio Sérgio Christino, apontado como “especialista no combate ao crime organizado”; ele afirma que “cortar as cabeças é uma forma de intimidar os inimigos e isso ficou mais fácil com as mídias sociais” (GODOY, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A12). O procurador aparece também como uma espécie de mantenedor de uma mitologia do grupo criminoso, ao recontar como a prática de decapitações começou: “De acordo com Christino, a primeira facção que adotou a prática de cortar a cabeça dos desafetos foi o PCC. ‘Foi uma das lideranças, o preso Jonas Mateus, que começou com isso. Ele era açougueiro’” (Ibidem). Obviamente o depoimento é enquadrado pelo veículo de comunicação como proveniente de alguém com autoridade sobre o assunto e que obteve esse conhecimento investigando, analisando objetivamente a facção. Mas é possível perceber que há algo de mitológico<sup>36</sup> sendo transmitido, curiosamente, por meio desse agente de investigação. Ao contar que um detento que era açougueiro foi o primeiro a promover decapitações como expediente de exibição de força, uma série de imagens vêm à mente sem dificuldade: a habilidade prévia de cortar carnes de animal que de maneira inusitada foi convertida para o uso em carne humana; possivelmente um indivíduo acostumado à morte em geral, tanto pelo trabalho prévio como açougueiro quanto pelo enquadramento como criminoso; e justamente ter sido esse indivíduo com essa *expertise* específica quem deu início à prática. Não está sendo posto em questão aqui se é verdade ou mentira que tal preso tenha começado com as decapitações, se era açougueiro, ou se sua experiência teve serventia no mundo do crime, a imagem formulada a partir desses elementos, ainda que reais, foge ao domínio das informações passíveis de confirmação *ex post* – tão valorizadas por esses veículos de comunicação analisados – e pode ser inserida numa narrativa de fácil construção, a formulação desse tipo, esse indivíduo caricaturizado: criminoso impiedoso, cortador de cabeças com ampla habilidade em mutilar.

---

<sup>36</sup> Utiliza-se aqui a concepção de Roland Barthes, para quem tudo que se constitui em fala pode se tornar mito (2001, p. 131), desde que se lance mão de uma estrutura de sentidos já estabelecida e que é modificada (Ibidem, p.136), sendo o mito “uma fala muito mais definida pela intenção [...] do que pela sua literalidade” (Ibidem, p. 145).

Um detalhe é interessante ainda nesta reportagem: ao descrever alguns dos vídeos de decapitações feitos pelos presos no Compaj, em Manaus, a reportagem atenta para uma especificidade de um detento: “O responsável pela decapitação veste luvas cirúrgicas” (Ibidem). Talvez o destaque tenha sido por conta do inesperado de perceber alguém com uma prática vinculada a cuidados higiênicos naquele contexto, mas também pode servir como um indício de profissionalismo por parte daquele preso, totalmente vinculado ao mundo do crime.

O local enunciativo do preso-bárbaro – que no material analisado apareceu quase totalmente nos vídeos das mortes – serviu mais como uma ilustração da sua violência do que uma exposição de posicionamento:

‘Aí o que vai acontecer com vocês. Aqui também tem criminoso.’ Enquanto uma vítima é decapitada, um preso faz ameaças. ‘Essa aí é a resposta. Esse é FDN’, diz o detento, que atira a cabeça da vítima no chão. ‘A gente vai fechar teu olho.’ E o preso dá risada enquanto espeta uma faca o olho [*sic*] da vítima. Com o sangue, eles escreveram no chão: ‘Aqui é o PCC.’ (HISAYASU et. al, *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A10)

Esse trecho sintetiza algumas características que compõem a representação do preso-bárbaro. Se o preso-vítima é desvinculado das facções criminosas, o bárbaro está ligado ao crime organizado, numa imagem de ‘bandido profissional’ que nesse exemplo ganha ainda mais força, de acordo com critérios do campo jornalístico, pois a informação vem do próprio indivíduo.

Quando não mostra apenas o que seria a índole violenta do preso, as reportagens usaram o seu local enunciativo para indicar que o conflito ainda poderia continuar: “‘A guerra só vai acabar quando tirarem o PCC daqui. Isso não vai ficar assim. A gente vai invadir’, gritou um preso, em cima do telhado, pela manhã.” (MACHADO; PRADO. *Folha de S. Paulo*, 18 jan. 2017, p. B3); “‘Nós quer que tire eles [integrantes do PCC]. [...] Porque Alcaçuz é só nossa. Tá entendendo? É só nós. Aqui a gente só sai quando derramar a última gota de sangue’” (MAZDA, *O Globo*, 18 jan. 2017, p. 3). Esses dois trechos, referentes às mortes no Rio Grande do Norte, citam falas retiradas em contextos diferentes dos casos do Amazonas e de Roraima. Na penitenciária de Alcaçuz, a topografia do local permitiu que os jornalistas observassem a movimentação dentro dos muros, além de ouvir o que os detentos gritavam<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> No caso do último trecho citado, a fala foi colhida numa situação diferente, por meio de contato telefônico da equipe de reportagem com o preso.

Se os parentes servem ao relato jornalístico, como fator de empatia com relação ao detento tido como vítima, no caso do preso representado como bárbaro, o pouco da família que apareceu foi inserido num contexto de desvio a mostrar o perigo potencial desse encarcerado. Uma reportagem associa a visita de esposas de presos, antes da chacina em Manaus, a um perigo iminente do massacre:

A divulgação de um vídeo feito por um PM na véspera do Natal no complexo e de um documento apresentado pela Apeam [Associação dos Praças do Estado do Amazonas] mostraram que presos comemoraram a data com festa, embalada por funk. *A confraternização contou com mulheres de presos*, autorizadas a passar a noite no presídio, e se repetiu na virada do ano. Segundo o ‘Jornal Nacional’, a Umanizzare, empresa terceirizada que administra o presídio, informou ao governo do Amazonas em documento que *a liberação das visitas colocaria em risco a segurança da cadeia*. (WERNECK, *O Globo*, 5 jan. 2017, p. 3, grifos nossos)

De maneira geral, os casos relatados de cunho teratológico são inseridos dentro de um cenário maior de confrontos entre facções criminosas. Ou seja, os jornais buscam racionalizar, dar sentido aos assassinatos, inserindo-os numa lógica econômica estrita e deixando de lado boa parte das questões inerentes ao encarceramento em massa, como a maior parte dos detentos serem de estratos mais pobres da sociedade e negros. Os aprisionamentos não foram enquadrados como uma questão social, durante o período analisado; não houve menções sobre quais estratos da população são presos com maior intensidade. De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional relativos a 2016, 64% dos encarcerados eram negros (enquanto a parcela negra da população com mais de 18 anos era de 53%), 55% tinham até 29 anos e 51% possuíam ensino fundamental incompleto (INFOPEN, 2016, p. 30-3). As reportagens ignoraram as maiores taxas de aprisionamento para jovens negros de baixa escolaridade. Nem mesmo quando se falou nos presos-vítimas – personagens dotados de maior profundidade, portanto, compostos por mais elementos de caracterização – a questão social do encarceramento veio à tona tocando apenas indiretamente a dificuldade desses sujeitos de conseguirem trabalho, deixando entrever pelas profissões citadas, que se tratava de ocupações de baixa remuneração. Quando se fala do preso-bárbaro, personagem de construção mais chapada, não está presente nos textos uma qualificação do indivíduo que seja externa às suas ações homicidas.

Há ainda trechos que podem parecer detalhes nas reportagens, mas ilustram alguns pressupostos com relação à ideia sobre quem é o preso, e que se estende a essa visão de preso-

bárbaro: “O Estado não tem controle (do seu sistema prisional). Tanto é que você tem uma decisão de soltar 161 presos, por quê? Por que não tem condições de controlar eles lá dentro. E ainda botam a sociedade à mercê desse *tipo de gente*” (HERDY, *O Globo*, 10 jan. 2017, p. 4, grifo nosso), disse um procurador ao criticar a concessão de prisão domiciliar pela Justiça a detentos do semiaberto em Roraima. A fala do então governador do Amazonas, José Melo, sobre os presos mortos traz uma perspectiva diferente com relação à que apareceu de maneira dominante nos jornais: “Não tinha nenhum santo. Eram estupradores, matadores” (*Folha de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. B3). Este foi o trecho destacado pela Folha, sendo o d’*O Globo* similar. Da maneira como foram postas, sem um teor de crítica e com atores com legitimidade discursiva, essas falas funcionam para perpetuar a representação de todo preso como uma figura inadequada para o convívio social, pessoas a serem evitadas e postas em algum lugar apartado da sociedade. O teor é mais de crítica moral do que legal, numa superposição da norma<sup>38</sup> à lei. No caso da fala do promotor, este demonstra desacordo com a decisão de uma instituição – o Judiciário – que tem legitimidade no âmbito legal. A crítica não é do ponto de vista formal, mas pragmático: pessoas que não têm apreço à vida, propensas a uma série de atos deletérios, não vão ficar na prisão, o que configura um risco para toda a sociedade. O governador do Amazonas, por sua vez, diminui o peso de um ato reprovável – os assassinatos – tanto do ponto de vista da lei quanto da norma, apontando que foram perpetrados contra indivíduos por quem o luto não é moralmente válido, ou seja, embora matar seja algo inaceitável, está implícita a ideia de que contra determinados sujeitos isso pode ser menos reprovável. A questão aqui não é tanto apontar as opiniões destes enunciadores, mas deixar claro que os jornais poderiam não ter selecionado tais falas, ou utilizá-las trazendo algum ponto de vista crítico. Como isso não foi feito, não se pode deixar de inferir que haja algum nível de concordância dos veículos com o teor dessas assertivas.

Outro exemplo de reforço da imagem violenta do detento veio na voz do secretário de Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte, Walber Virgulino. Ao tentar eximir a responsabilidade do governo estadual com relação às mortes em Alcaçuz, ele teve espaço numa reportagem para afirmar: “Sistemas penitenciários são de detenção. Você não tem como ter certeza de 100% que um preso não vai matar outro, que ele não vai fugir ou que ele não vai se rebelar. *São pessoas com um nível de violência gigantesco [...]*” (CARAZZAI;

---

<sup>38</sup> Entende-se norma aqui de maneira similar ao termo grego *nómos*, que tem como uma das definições estabelecidas por Bailly (1935) a de “uso, costume que tem força de lei” (*usage, coutume ayant force de loi*), ou ainda, numa acepção mais geral, “aquilo que é atribuído em partilha” (*ce qui est attribué en partage*). Assim, *nómos* é “definido sobretudo pela sua feição necessariamente coletiva”, sendo o seu conjunto “normas sociais não explicitadas senão descritivamente por algum cronista” (CAIRUS, 2018, p. 37).

COSTA, *Folha de S. Paulo*, 16 jan. 2017, p. B1, grifo nosso). Há um movimento duplo nessa fala: 1) coloca-se o preso como um indivíduo diferente do resto da sociedade por conta de sua propensão ao cometimento de atos violentos, sujeitos com relação aos quais não se pode esperar nada que não seja a barbárie; 2) por isso mesmo o Estado não pode ser totalmente responsabilizado, já que essas pessoas – segundo essa visão – são incontroláveis. A fala supracitada se insere na reportagem num conjunto polissêmico de explicações a respeito do que motivou os assassinatos na penitenciária de Alcaçuz, com diversos atores emitindo diferentes opiniões sem que cada uma seja propriamente contra-argumentada – além da violência dos indivíduos, há a falta de estrutura da penitenciária e uma denúncia dos próprios detentos dizendo que não tinham nem água. No entanto, é preciso reconhecer que a afirmação do secretário vem de um indivíduo em posição de maior capital simbólico – pelo menos em potencial –, além de ser uma visão já compartilhada pelo senso comum, portanto, mais facilmente levada em consideração pelo leitor.

Essa perspectiva sobre o preso, que no caso ora analisado se voltou contra os detentos que cometeram os assassinatos, reforça esse imaginário social compartilhado no cotidiano pela maior parte da sociedade: trata-se de pessoas sem condições de dividir o espaço com gente como ‘nós’ (os autores desse juízo) por colocarem em risco a ‘nossa’ segurança, ou por não seguirem regras sociais formalizadas como leis, devendo ser punidas para aprenderem que não podem cometer tais atos e para demonstrá-lo a outros. Parece, portanto, ser recorrente a dupla avaliação com relação ao detento, uma de cunho prático, pois envolve o medo de alguma violência cometida pelo indivíduo, e outra de aspecto moral.

O reforço dessa perspectiva sedimentada com relação ao preso foi percebido também nas várias reportagens observadas durante o período de análise que retrataram mortes e fugas relativas a outras unidades prisionais espalhadas pelo país, a ponto de se relacionar qualquer episódio, pelos menos de maneira implícita, ao confronto entre PCC e Comando Vermelho (CV). Os jornais fizeram compilações dos casos, gerando sensação de causa e efeito entre eles. Duas mortes num presídio de Patos, na Paraíba, por exemplo, apareceram de maneira recorrente e sem explicação em reportagens que traziam uma contagem dos mortos em unidades prisionais pelo país: “Apenas nos seis primeiros dias de 2017 foram registradas 93 mortes em presídios do país – AM (60), RR (31) e PB (2) (VALENTE; NUNES, *Folha de S. Paulo*, 7 jan. 2017 p. B4, grifo nosso); “Uma nova chacina fez subir para 99 o número de presos mortos em penitenciárias do país desde o início do ano, sendo 64 em Manaus, 33 em Boa Vista e *dois em Patos, na Paraíba*” (LUCAS, *O Globo*, 9 jan. 2017, p. 3, grifo nosso). Esse caso da Paraíba está presente numa linha do tempo montada pela *Folha de S. Paulo* no

dia 10 de janeiro, que o juntou aos outros eventos interconectados, e na qual se lia que as vítimas estavam na Penitenciária Romero Nóbrega. Oito dias depois, o caso da Paraíba apareceu num infográfico no Estado de S. Paulo já depois das mortes no Rio Grande do Norte; o jornal fez uma espécie de grande mural juntando todos os casos de mortes, rebeliões e/ou fugas a que teve acesso em 2017. Além dos massacres nos três estados e no caso de Patos, foram registradas três mortes em Itaitinga (CE) e duas em Piraquara (PR). Ao não se diferenciar correlação de causalidade, pode-se perceber que um dos efeitos gerados seja o de uma sensação de violência e medo generalizados no leitor.

Importante destacar que não houve explicações sobre o caso da Paraíba e do Ceará no período analisado. Com relação ao evento do Paraná, o *Estado de S. Paulo* trouxe uma pequena reportagem no dia 16 de janeiro, na qual registrava 28 fugas da Penitenciária Estadual de Piraquara e as duas mortes de detentos durante troca de tiros com a polícia (LIMA; AUGUSTO, O Estado de S. Paulo, 16 jan. 2017, p. A12). O texto também informava sobre 10 detentos que haviam escapado do Presídio Regional de Ibirité (MG).

Essa preocupação com as fugas de unidades prisionais se traduziu nas edições dos três jornais analisados. Além dos casos do Paraná e Minas Gerais, Folha de S. Paulo e *O Globo* noticiaram também fugas de detentos da Bahia. Todos publicaram os episódios de fuga no dia 16 de janeiro, em reportagens extremamente parecidas – inclusive em termos de diagramação da página – que servem de indício para a já citada homogeneização da imprensa apontada por Bourdieu. *O Globo* correlacionou os casos de maneira a tornar possível a leitura de uma relação entre os episódios de morte e as fugas: “Além da onda de massacres em presídios de diferentes estados, o país tem registrado também uma série de fugas de presos” (*O GLOBO*, 16 jan. 2017, p. 3). A Folha de S. Paulo não explicitou textualmente a relação com as chacinas, optou por somar o número de presos que escaparam, permitindo o impacto do leitor com a quantidade, no entanto, a reportagem liga o caso do Paraná ao PCC: “Um total de 76 presos fugiram nos Estados do Paraná, de Minas Gerais e da Bahia durante o fim de Semana. No Paraná, [...] pelo lado de fora, um grupo explodiu um muro da penitenciária, que concentra membros da facção PCC [...]” (FOLHA DE S. PAULO, 16 jan. 2017, p. B1).

Esses registros pareceram operar dentro da lógica do campo jornalístico num momento de crise conflagrada. Fugas em presídios, ou rebeliões, parecem receber ainda mais atenção nesses períodos críticos, com a imprensa produzindo uma sensação de medo e de iminência do caos em qualquer parte do território nacional em que haja uma unidade prisional. Impossível não perceber como esse expediente de igualar os episódios pode contribuir para um estigma ainda maior da população carcerária, vista como a fonte imediata de violência.

Esse receio ficou evidente nas reportagens que apontaram a possibilidade de os confrontos intramuros escorrerem para fora das prisões. O exemplo mais patente é a reportagem d'*O Globo* de título “Pavor toma conta de Manaus” (HERDY; SILVA, *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 6). O texto parte do que identifica como uma sensação de pavor de parcela da população manauara e enumera uma série de boatos: “As histórias fictícias vão do suposto roubo de uniformes de equipes dos Correios por dos fugitivos [...], a gravações de supostos criminosos que prometem repetir nas ruas, durante a madrugada, o terror do presídio de Manaus” (Ibidem). Aqui, o veículo de comunicação faz propagar aquilo a que diz ser contrário, ou seja, defendendo a tese de que parte da população da cidade está apavorada com a violência num ambiente de boataria, acaba potencializando o medo por fazer circular o que Caldeira chama de “fala do crime”: “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (2003, p. 27). Essa reportagem apresenta de maneira mais explícita como o jornal se insere num espiral de construção discursiva simplista sobre criminalidade “em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (Ibidem, p. 27). Seguindo o pensamento de Caldeira, mesmo numa situação em que o aumento do medo da criminalidade seja justificado, a fala do crime causa prejuízos sociais e políticos, já que fornece a mediação para se compreender a violência sentida, levando a uma sociedade mais fragmentada e desigual, em que se contestam uma série de direitos (Ibidem, p. 44).

A reportagem, na sequência, afirma que as informações falsas levaram a uma reação do governo estadual, que se resumiu a um pedido para que a imprensa divulgue números oficiais (HERDY; SILVA, *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 6); sendo assim, a um só tempo se valoriza a posição discursiva da imprensa e do poder público, a primeira como propagadora das informações confiáveis do segundo. Dessa maneira, o texto segue com informações consideradas verdadeiras: o número de mortes entre a noite de quarta-feira (4 jan.) e a madrugada de quinta-feira (5 jan.), considerado “elevado” – oito mortes –, é comparado à média conjunta de assassinatos de 2014 e 2015 – 2,3 por dia. A questão não é se o número de oito mortes no período de algumas horas é algo fora do comum, ou não, mas se há algum indício de relação entre os homicídios e o caos no sistema penitenciário do estado. A reportagem se limita a dizer que a chacina e a fuga em massa apavoraram a população, e ao ilustrar alguns casos de violência – nem todos de assassinatos – estabelece timidamente uma relação entre eles e as ações de facções e a presos fugitivos:

Em um dos casos, a vítima foi morta com 20 tiros. Outro homem foi alvejado com tiros na cabeça. Disparos ainda acertaram a cabeça de uma criança de 3 anos, que está internada com perda de massa encefálica. Em outra ocorrência, um corpo foi encontrado decapitado, assim como ocorreu na rebelião de presos. Uma outra ação, mencionada por policiais militares, teria envolvido troca de tiros com fugitivos. (Ibidem)

A menção à decapitação e aos detentos que escaparam é o liame direto entre o “pavor” da população e os motivos justificáveis para tal. Além disso, percebe-se como o trecho, misturando casos de homicídios e outros em que não houve mortes, opera para dar uma sensação de mais concretude à violência experienciada de maneira difusa, delimitando essa sensação nas vítimas graves.

O jornal, então, opera dentro do que parece ser a lógica do campo jornalística, ao dar privilégio a informações tidas como mais facilmente verificáveis, pois passíveis de avaliação *ex post*. No entanto, a relação desse dado – os oito homicídios – com o cenário a que é ligado não deixa de ser problemática. Difícil não perceber a defesa de uma tese: a população está com medo de um aumento da violência por causa das mortes nas prisões e das fugas, sendo os boatos um reforço considerado fictício, e os assassinatos nas últimas horas um reforço considerado real.

Assim, os veículos de comunicação parecem tratar o crime, a violência, a barbárie, como confinados a um terreno específico – as prisões –, ignorando que as facções agem também fora dos muros e de maneira cotidiana. Assim, num momento em que há mortes em unidades prisionais cresce o receio de contato com a violência, que muitas vezes já existe endemicamente, mas parece não ficar evidente. Se no caso de Manaus, a ligação entre as mortes fora das prisões e os assassinatos de detentos ficou mais no campo da especulação, no Rio Grande do Norte, os jornais noticiaram uma série de ataques a veículos e prédios públicos depois do massacre na penitenciária de Alcaçuz, que se estenderam por vários dias.

No entanto, essa cobertura parece padecer de extrema seletividade, sendo mais guiada por uma série de elementos que não os dados supostamente verificáveis de maneira objetiva. Não se defende aqui que os jornais se guiem exclusivamente por essas informações, como se elas falassem por si só, o que não passaria de engodo, mas é importante apontar a distância entre a prática e a postura anunciada pela imprensa de se ater ao que chama de fatos. Um exemplo é o aumento nos homicídios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, registrado após as mortes no Rio Grande do Norte, mas que não figurou em boa parte da imprensa (MANSO; DIAS, 2018, p. 44).

### 3.2.3 Presos-líderes

Propõe-se aqui um terceiro tipo de representação do preso ao longo da cobertura analisada; detentos que não são nem vítimas nem propriamente a massa violenta, raivosa e irracional das prisões. Estes encarcerados são apresentados como ocupantes de altos postos de uma suposta hierarquia estritamente delimitada das facções criminosas: propõe-se a sua categorização como presos-líderes. Em geral, são representados nas reportagens em situações de negociações ilegais – de drogas, de compra de apoio de autoridades –, ou arquitetando planos de confronto. Esse tipo de preso é individualizado – tem nome, quase sempre um apelido – e parece movido por uma ânsia de poder, geralmente econômico, utilizando-se de certa lógica próxima à militar. Estão tão inseridos no mundo do crime quanto os presos-bárbaros, no entanto, aparecem mais como responsáveis por ações que levaram a uma expansão das atividades criminosas, sendo indicados como mentores e ordenadores dos atos violentos noticiados, como fica explicitado nesse trecho de uma reportagem que tratava de um relatório sobre as péssimas condições materiais na Pamc, em Boa Vista: “[...] reclamação recorrente de parentes ouvidos pel’*O Globo* na entrada da penitenciária esta semana, nos dias que se sucederam à chacina de 33 presos, *atribuída a lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC)*” (HERDY, *O Globo*, 11 jan. 2017, p. 6, grifo nosso).

No período analisado, seu lugar enunciativo foi utilizado pelos jornais para dar sentido aos conflitos que eclodiam nas prisões: mensagens – conhecidas como ‘salves’ – enviadas entre os integrantes das facções justificaram a tese que propunha certa linearidade nos acontecimentos entre as chacinas do Amazonas, de Roraima e do Rio Grande do Norte; suas vozes também são utilizadas a partir de escutas obtidas pela polícia para dar mais sensação de verdade às ações ilícitas retratadas.

De maneira geral, podemos afirmar que as facções foram retratadas numa perspectiva empresarial e militar; empresarial porque foi recorrente a utilização da lógica econômica para dar sentido às ações dos grupos, que aparecem agindo exclusivamente em função do ganho financeiro; militar porque as facções foram retratadas lançando mão de táticas e maneiras de operar similares à da guerrilha. Especificamente sobre o PCC, Feltran (2018, p. 22) defende que esses dois modelos têm sido os mais comuns para se enquadrar a ação do grupo; a questão, aponta o autor, é que essa compreensão leva à ideia de que toda a facção se baseia em determinados indivíduos, figuras, que se mostrariam centrais na liderança das ações e na manutenção ideológica da facção, e não em posições, funções: “A violência e a capacidade de fazer dinheiro seriam manifestações do poder organizacional, e por isso seus chefes são

sempre retratados como ardilosos e milionários, além de implacavelmente violentos, sempre que necessário”.

Várias reportagens no período analisado explicaram o surgimento das facções que não fossem o PCC ou o CV, sobretudo Família do Norte (FDN) e o Sindicato do Crime (SDC, também chamado de Sindicato do RN). Nos textos, o início das organizações aparece como a realização de vontades individuais, projetos de poder de cunho pessoal. Sobre a FDN, o trecho a seguir sintetiza uma maneira de representação que se percebeu repetitiva:

A Família [do Norte] é resultado da união de dois grandes traficantes, Gelson Lima Carnaúba, o Gê, e José Roberto Fernandes Barbosa, o Pertuba. Segundo a PF, após passarem uma temporada cumprindo pena em presídios federais, os dois retornaram para Manaus, em 2006, determinados a se estruturarem como uma facção criminosa. (HISAYASU et al., *O Estado de S. Paulo*, 3 jan. 2017, p. A11)

Há a individualização dos sujeitos – seus nomes completos e apelidos que funcionam como atestados de participação no mundo do crime –, a sua adjetivação como atores relevantes e a explicação de que a criação da facção foi fruto de sua determinação. Outra reportagem dá peso à figura de Gelson Carnaúba ao indicar que ele teve “influência para empoderar a organização potiguar” Sindicato RN, quando foi mandado para o presídio de Alcaçuz por engano, em 2015 (BERNARDES, *O Estado de S. Paulo*, 8 jan. 2017, p. A16). No texto, o detento é apontado – por meio de informação atribuída ao Ministério Público Federal – como:

“[...] responsável pela FDN, comandando quase a totalidade do tráfico no Amazonas, além de ser responsável ‘por uma extensa rede delitiva que envolve o cometimento de inúmeras outras infrações penais, como tráfico de armas, homicídios, corrupção e lavagem de dinheiro’.” (Ibidem)

Há vários exemplos do poder da facção e de planos de ação, nem sempre com a certeza de que tenham sido levados adiante. Uma reportagem d’*O Globo* traz um compilado de casos, todos baseados na investigação La Muralla, feita pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. Fala-se do acordo entre FDN e CV, que teria se dado por meio de lideranças das facções, da compra de armas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) pela FDN, além de um projeto eleitoral da organização para 2016 que, apesar de ser destaque no título da reportagem, não é aprofundado, limitando-se a dizer que, “segundo uma das denúncias contra 94 pessoas supostamente ligadas à FDN, feitas no início de 2016, esses

chefes ‘chegam inclusive a discutir como infiltrar seus integrantes na política, cogitando a eleição de vereadores e prefeitos [...]’ (MARIZ; BRÍGIDO, *O Globo*, 5 jan. 2017, p. 4). A reportagem reconhece que “não há informações sobre se os planos foram concretizados ou não” (Ibidem). Parece ser mais importante apontar qualquer perigo potencial, independentemente de sua probabilidade de materialização; fica a impressão de que, ao reforçar a importância de certos indivíduos no mundo do crime ou a ameaça iminente de qualquer uma de suas ações, as reportagens mostram como esses casos são mais dignos de comporem um relato jornalístico.

Reportagem da *Folha de S. Paulo* – com base na mesma investigação – também abordou o interesse da FDN em entrar no meio político, traduzido na intenção do preso apontado como líder, José Roberto Fernandes Barbosa, (aqui a sua alcunha é Zé Roberto): “O líder da FDN manifestou, em mensagens eletrônicas, apoio à eleição do governador do Amazonas em 2014 e a intenção de ampliar a influência da facção para a política” (VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. B1). A mesma reportagem dá destaque para o que a investigação aponta como uma “cela de comando” no Compaj: “[...] o comando da facção, formado por seis presos, mantém ‘um controle quase total do sistema’ penitenciário por meio de ‘homicídios e torturas’” (Ibidem).

Outra reportagem afirma que José Roberto se vangloria “de comandar uma facção com 200 mil homens cadastrados e com senhas”, e que não “deixava de falar do seu time de futebol, o Compensão”, no qual “chegou a investir R\$ 320 mil” (SERAPIÃO; MACEDO, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A11). Apesar de afirmar que se tratava de um investimento e orgulho pessoais do detento, o texto explica que a FDN usa dinheiro de pagamentos recorrentes dos seus integrantes para organizar campeonatos de futebol. É possível inferir que a verba citada se tratava de um recurso geral da facção, mas que foi enquadrada como de posse e responsabilidade de um dos líderes da organização.

Nota-se que, aparentemente subvertendo valores do campo jornalístico, os jornais dão destaque a acontecimentos passados para criar a imagem do que são as facções criminosas, seus objetivos, poder na prisão, o *modus operandi*. As reportagens trazem informações de investigações de anos atrás com tom de novidade, como se mostrar o que os grupos já fizeram ou planejaram desse um indicativo de seu grau de periculosidade e de quais atos poderiam ser perpetrados dali em diante.

Os presos-líderes também aparecem como responsáveis diretos por outros possíveis atos violentos nas unidades prisionais: “No Rio Grande do Norte, as autoridades estão em alerta [de rebelião] porque a facção Sindicato do Crime (SDC) ou Sindicato RN, é comandada

por Gelson Lima Carnaúba, o G, também líder da Família do Norte (FDN), do Amazonas”<sup>39</sup> (WERNECK; DANTAS, *O Globo*, 7 jan. 2017, p. 6).

Há casos de presos que, mesmo não sendo enquadrados como integrantes da alta cúpula do crime organizado, são retratados de maneira similar por estabelecerem relações de proximidade com os líderes. Esses detentos são individualizados e representados como homens de confiança dos chefes: “Citado como um dos ‘xerifes’ da FDN em Manaus, Márcio Ramalho, o Garrote, foi apontado pelos investigadores na Operação La Muralla, em 2015, como o braço direito de José Roberto Barbosa. [...] [A PF] afirma que ele é conhecido pela ‘violência e crueldade’” (SERAPIÃO, *O Estado de S. Paulo*, 14 jan. 2017, p. A12). Na mesma reportagem, outro detento, Eduardo Queiroz, o Foguinho, é apontado – por meio de relatório da investigação – como “[...] o executor de diversos homicídios a mando das principais lideranças [...]” (Ibidem). Os dois foram citados por terem sido alguns dos transferidos para unidades prisionais federais.

O termo “xerife” foi utilizado também em outros momentos para designar esse preso que parecia ocupar uma hierarquia intermediária da facção, que executava ordens diretas dos presos-líderes. Posta sempre entre aspas, a palavra foi tomada de empréstimo pelos jornais dos investigadores da operação La Muralla, que assim categorizaram esses detentos. O preso Márcio Ramalho, citado acima, foi ainda retratado numa posição de liderança no momento do massacre em Manaus: num vídeo, ele aparece “cercado por presos que portam facões, escopetas e uma pistola”; ele também é apontado como receptor de mensagens sobre distribuição de drogas e sobre o pagamento da mensalidade da facção (HERDY, *O Globo*, 5 jan. 2017, p. 6). Na voz do MPF, é dito que o detento executava ordens e fazia cumprir regras de disciplina estipulada pela cúpula da FDN: “[...] ‘entre tais ordens pode-se citar a aplicação de ‘penas’ aos detentos, que variavam de lesões corporais a homicídios’” (HERDY, *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 5). Dessa maneira, a representação dos “xerifes” indica que estes seriam os responsáveis por materializar, dentro das prisões, uma série de ordens dos presos-líderes; por isso, são tratados como indivíduos violentos, de maneira semelhante à representação do preso-bárbaro, mas com mais detalhes, de maneira mais individualizada, pela proximidade com uma ala poderosa do crime.

Há um entendimento implícito de que os presos-líderes se encontram protegidos nas prisões, de onde comandam com certa tranquilidade as ações criminosas. Um exemplo é a

---

<sup>39</sup> Como dito anteriormente, acabou havendo a deflagração do conflito no presídio de Alcaçuz dias depois, porém, diferentemente do receio apontado na reportagem, o PCC perpetrou os assassinatos, de acordo com os relatos na imprensa.

reportagem que retrata em tom de apresentação as lideranças do PCC em Roraima. Lançando mão de outra investigação, também de nível federal, a Weak Link, os detentos são representados como responsáveis pelas ações criminosas da facção no estado e também por pôr em prática seu projeto de poder em nível estadual:

Em Roraima, as duas principais lideranças do PCC são Ozélio de Oliveira, o Sumô, e Diego Mendes de Andrade, o Taylor. Sumô é apontado como mentor do grupo e comanda o crime no Estado de dentro da Casa de Custódia de Piraquara, no Paraná. Por sua vez, Taylor cuida do aliciamento de novos integrantes e da divulgação da doutrina, enquanto cumpre pena na Penitenciária Federal de Mato Grosso do Sul. (SERAPIÃO, *O Estado de S. Paulo*, 9 jan. 2017, p. A14)

Há uma noção de facção com divisões claras de hierarquia, que possui uma “doutrina”, ou seja, um forte componente ideológico<sup>40</sup>, além de líderes que operam essa máquina do crime à distância, a despeito dos esforços do poder público.

Na reportagem, há ainda descrições de conversas entre detentos interceptadas pela Polícia Federal; numa delas, um preso – Sumô, apontado como liderança – comenta como é mais fácil conseguir celulares nas prisões de Roraima do que naquela em que está preso no Paraná. Eles são representados como burladores contumazes da lei, posto que nos trechos selecionados aparece certa naturalidade no tratamento do tema por parte deles: “‘Eu morro de inveja de vocês aí que todo mundo tem um [celular], isso aqui custa 5 mil real (sic)<sup>41</sup> um aqui dentro moleque’, explica Sumô. ‘Caro que só né! Padrinho, aqui 5 mil é que nós paga pro cara comprar pra nós aparelho’, responde Wax.” (Ibidem). Aqui os detentos aparecem como habituados à quebra da lei e podem ser considerados como indivíduos incorrigíveis – já possuem a condição de preso e, além disso, seguem ignorando as autoridades.

Essa perspectiva dos presos-chefes usando as prisões como locais privilegiados para a manutenção das facções e coordenação das suas atividades foi explicitada em uma reportagem d’*O Globo*, com afirmações como a de que “o comando do crime organizado está seguro dentro das prisões paulistas, com a maioria enriquecendo com o tráfico”<sup>42</sup>, enquanto isso,

---

<sup>40</sup> A questão da ideologia das facções será avaliada adiante.

<sup>41</sup> Não fica claro se a utilização do advérbio latino *sic* (forma reduzida da expressão *sic erat scriptum*) foi de autoria do jornal ou se já constava da transcrição dos investigadores. De toda maneira, pode-se dizer que sua utilização é, no mínimo, incoerente com o resto da fala selecionada, repleta de desvios da norma padrão da língua. Não se defende aqui o destaque de todo trecho desviante do ponto de vista dessa norma, mas é importante ressaltar que o emprego do *sic* nesse caso pareceu apontar apenas um tipo de desvio de maior estigma social.

<sup>42</sup> O trecho faz menção à resistência do governo de São Paulo em pedir ao Governo Federal a transferência de integrantes do PCC para unidades prisionais federais; a respeito dessa questão, cf. MANSO; DIAS, 2018, p. 281-

“soldados” da facção estão “dispostos a matar e a morrer em brigas com outras facções” (DANTAS, *O Globo*, 16 jan. 2017, p. 4). As afirmações são feitas com base no posicionamento do procurador Lincoln Gakiya, conhecido por investigar o PCC. A reportagem ainda traz uma fala dele em que aponta uma atuação das organizações criminosas inicialmente num vácuo do Estado: “[...] o que essas facções fazem mesmo é enriquecer as lideranças. A liderança nunca move um dedo. Via de regra eles não dão ordem direta para a rua. Então, quando alguém cai na investigação, é alguém do segundo escalão. É o *home office* do crime” (Ibidem, grifo no original).

Os veículos de comunicação parecem operar, no processo de representação das facções criminosas e seus integrantes, com os mesmos pressupostos (poderíamos também chamar de critérios de noticiabilidade) utilizados rotineiramente. Assim como é comum darem mais atenção a figuras de proeminência social, buscam identificar e focalizar o criminoso que estaria no topo de uma determinada hierarquia, com a sua atuação sendo compreendida como mais relevante dentro da organização criminosa. Apesar de criticar o mundo do crime e seus atores, a imprensa não deixa de aceitar e reconhecer o poder existente em suas relações.

Vale ressaltar que a representação do preso-líder aparece como elemento de ligação da população carcerária com o mundo do crime fora das prisões, sendo impossível não perceber nisso um reforço da criminalização da população carcerária; não o reforço de uma criminalização qualquer, mas de uma maneira específica de agir e de se portar socialmente. Por meio de representações de exceções, os presos-líderes, chega-se à conceituação do tipo no qual pode ser inserido qualquer detento: aquele que busca de maneira inescrupulosa o lucro, propenso a cometer atos de extrema violência.

Pôde-se perceber, com os exemplos utilizados, que a representação do preso-líder se dá principalmente por meio de outros lugares enunciativos que não o seu: os atores ligados a entidades investigativas (Polícia Federal, Ministérios Públicos, sobretudo) dão a dimensão do perigo desses criminosos, o que já fizeram, o que planejam, mesmo estando encarcerados. Quando se percebeu a utilização do local enunciativo do preso-líder, foi por meio de registros colhidos por investigações – gravações telefônicas ou troca de mensagens eletrônicas – a fim de dar maior sensação de verdade ao relato jornalístico, mostrando o criminoso preso cometendo ou planejando alguma ilegalidade.

---

7. A transferência para prisões federais acabou acontecendo no dia 13 de fevereiro de 2018, conforme noticiado pela imprensa.

Cabe aqui uma rápida elaboração sobre a representação das facções criminosas. Com o reforço da figura do preso-líder, foi bastante comum perceber as facções como uma entidade monolítica, que age de maneira homogênea com vistas ao poder econômico em última instância. Há um processo de metonimização na representação das facções, posto que muitas vezes se aponta uma parte – as lideranças – como o todo do grupo. Foi assim que os jornais estabeleceram uma sequência lógica direta de acontecimentos, enquanto lidavam com uma realidade multifacetada:

Segundo as investigações comandadas pelo promotor Lincoln Gakiya, [...] é possível afirmar que os massacres nos presídios do Norte do País estão relacionadas [sic] com a guerra declarada entre o PCC e o Comando Vermelho (CV). Aliados desde os anos 1990, os bandidos romperam relações em junho de 2016, após a morte do narcotraficante Jorge Rafaat, que comandava o tráfico na fronteira com o Paraguai. “O PCC passou a dominar esse espaço e não dividiu com o CV”, explicou. (HISAYASU, *O Estado de S. Paulo*, 12 jan. 2017, p. A12)

A mesma perspectiva aparece, ainda nessa reportagem, no relato de outro procurador de São Paulo conhecido por investigar o PCC, Marcio Sérgio Christino:

‘Simultaneamente, o CV fortaleceu alianças com facções locais das Regiões Norte e Nordeste, onde o PCC enfrenta forte oposição. Já o PCC fez aliança principalmente com inimigos do CV, como a ADA. Essa guerra acontece apenas por um motivo: interesse no comando do tráfico de drogas nas fronteiras do Brasil’, afirmou. (Ibidem)

Com relação ao PCC, é possível apontar outras maneiras de apreender sua atuação por conta de peculiaridades organizacionais. O trecho supracitado explicita o que Feltran (2016, p. 21) chama de “modelo empresarial” e que pressupõe a figura de alguém com autoridade para liderar subordinados economicamente dependentes. O autor apresenta outro modelo muito utilizado para lidar com o PCC, o militar, que trata a facção como que guiada por um chefe e com finalidade de buscar o poder a todo custo (Ibidem, p. 21). Feltran diverge de ambos os modelos como chaves únicas de leitura dessa organização criminosa, afirmando que essas podem ser formas de atuação de certos grupos – ou ‘sintonias’ – do PCC, mas se pode afirmar que são a sua maneira geral; esta seria uma maneira de agir mais ramificada e com unidades

autônomas entre si, pelo menos desde 2002<sup>43</sup> (Ibidem, p. 21, 32). Por isso, propõe a classificação do PCC como uma espécie de irmandade secreta, nos moldes da maçonaria – levando em consideração especificamente o modo de organização, não os princípios (Ibidem, p. 34) –, por conta de seu caráter sigiloso: “Na visão dos seus integrantes, o objetivo da sociedade é o progresso dos irmãos. Como consequência, o progresso de sua família e comunidade de iguais. As ações criminais, e não o trabalho regular, são para o integrante do PCC o meio para esse progresso” (Ibidem, p. 35). Dessa maneira, não faz sentido pensar na facção como liderada por um indivíduo ou um pequeno grupo, tanto que, mesmo quem ocupa posições de autoridade, não se sente dando ordens, mas orientando com base em sua função e experiência:

As posições do venerável ou do grão-mestre da loja maçônica, por exemplo, tanto quanto a posição do *disciplina* ou do *sintonia* do PCC, concentram autoridade. São posição de poder. Entretanto, essa autoridade não é da pessoa que ocupa a posição, nem permite que ela dê ordens a outros irmãos; a autoridade é da própria posição, portanto da irmandade. (Ibidem, p. 35, grifos do autor)

Um exemplo do enquadramento feito rotineiramente pela imprensa com relação à organização do PCC foi encontrado na seguinte reportagem d’*O Estado de S. Paulo*, na qual a figura do preso-líder aparece com traços mais violentos:

Em 1999, a cúpula do PCC inaugurou no anexo da segurança máxima da Casa de Custódia de Taubaté a forma de acerto de contas que se tornou um método de conduta – decapitação e extração do coração de suas vítimas. Com a participação de Marcola e de Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, o método teria sido criado por Jonas Mateus, que era açougueiro. A cúpula do PCC cortou as cabeças de Marx Luis Gusmão de Oliveira, o Dentinho, Ademar dos Santos, o Da Fé, e Antonio Carlos dos Santos, o Bicho Feio. A cabeça do último foi jogada aos pés do magistrado que estava no presídio para negociar o fim da rebelião. (HISAYASU; GODOY, *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A12)

Com foco numa espécie de *ethos* guerreiro, o texto identifica certos indivíduos como lideranças de cunho militar, dispostas a resolver conflitos predominantemente por meios violentos. O que a reportagem parece ignorar é que o exemplo citado se deu num contexto de

---

<sup>43</sup> O ano é apresentado como um ponto de inflexão no modo de a facção se organizar; após uma série de conflitos internos, Marcola e a defesa de uma visão igualitarista para integrantes dessa comunidade saíram fortalecidos (FELTRAN, 2018, p. 31-2).

rebeliões, portanto um período que pode ser considerado de exceção, e anterior à já citada mudança de postura da facção pós-2002.

A questão levantada por Feltran é a da dificuldade de saber na prática o que se passa nas posições de mais relevo dentro do PCC, por conta de sua atomização, sendo o acesso a muitas informações restrito a figuras de confiança (Ibidem, p. 38); citando Marcola sobre a organização da facção: “[...] Descentralizou totalmente e um não tem acesso à parte do outro” (Ibidem, p. 39). Feltran, então, defende que a tal ‘cúpula’ retratada corriqueiramente pela imprensa e agentes de investigação – a Sintonia Final Geral, formada por 12 ou 14 “posições políticas” – tem um funcionamento de difícil comprovação (Ibidem, p. 40).

Para o autor, o PCC é percebido de diferentes perspectivas, nenhuma delas total; por exemplo, um juiz vê a facção de maneira genérica, como parte de um todo formador do crime organizado; o policial federal que atua na fronteira Brasil-Paraguai percebe a face empresarial do grupo devido à movimentação de dinheiro, armas e drogas; da mesma maneira a facção é vista de maneira distinta por quem visita o parente preso graças ao dinheiro do grupo e por quem ocupa certo espaço da elite social, informando-se sobre o assunto pela internet (Ibidem, p. 15-6).

As facções criminosas foram representadas durante o período analisado como guiadas exclusivamente pela busca por poder econômico, sobretudo por meio do tráfico de drogas; suas ações são racionalizadas ao se assemelharem a empresas, de modo que os conflitos passam a ser tratados como uma condição quase natural, óbvia, dessa disputa por mercadoria e mercado ilegais:

"A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia e as rotas do tráfico que escoam a produção de cocaína da região, conhecida como Trapézio Amazônico, são o principal motivo da disputa entre as facções criminosas Família do Norte e PCC [...]. ‘O que está em jogo é o controle dessas rotas, economicamente muito valiosas. *É uma disputa por dinheiro*’, explica Luiz Fábio Paiva, professor e pesquisador [...]. (MENA, *Folha de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. B3)

O local enunciativo dos especialistas foi recorrentemente utilizado para reforçar essa visão economicista. Vale uma breve digressão para explicitar o que se entende por esta categoria. Nesta análise, compreende-se que o especialista se caracteriza pela função de validação discursiva, por meio da qual as reportagens explicitamente defendem pontos de vista, apontam questões ou elaboram sugestões para possíveis resoluções de determinados problemas. Eles constituem um tipo nesta análise menos por uma homogeneidade dos

indivíduos assim denominados do que pelo padrão de utilização de suas falas nos jornais. No período observado, foram ouvidos com esse *status* – sem que necessariamente lhes tenha sido atribuída a alcunha – pesquisadores acadêmicos, integrantes ou ex-integrantes dos Ministérios Públicos, do Judiciário, ou de alguma força policial. Por vezes, pode-se perceber que a sua autoridade, pelo menos de um ponto de vista formal, se daria pela produção de conhecimento sobre o sistema carcerário, ou devido a algum conhecimento fornecido pela experiência com o mundo penitenciário sob a perspectiva de combate ao crime, havendo indivíduos inseridos em ambos os casos. Defende-se aqui que, de um ponto de vista prático, a definição de um profissional como especialista pela imprensa se deve muito mais a uma série de questões inerentes à atividade jornalística do que efetivamente à *expertise* individual, sendo em última instância o próprio jornal – e seus profissionais – responsável pela nomeação<sup>44</sup>.

Dessa maneira, agentes de órgãos de investigação – principalmente o Ministério Público – e pesquisadores acadêmicos tiveram seus discursos utilizados para enquadrar as disputas pelos controles das prisões como redutíveis a uma lógica economicista:

Para o procurador [Marcio Sérgio Christino], com a morte de Rafaat, que foi assassinado com tiros de metralhadora calibre .50 (capaz de derrubar helicóptero), o Comando Vermelho acabou virando dependente do PCC no tráfico na fronteira com o Paraguai. “A partir desse momento, a aliança foi rompida. E as consequências estão aparecendo, que são os massacres nos presídios”, afirma o procurador. (HISAYASU, *O Estado de S. Paulo*, 8 jan. 2017, p. A14)

No primeiro trecho citado, a reportagem descreve a parceria comercial entre PCC e CV firmada nos anos 1990, e também com outras facções locais, o que causou conflitos com outros grupos regionais que não concordavam com a entrada do PCC. Enquanto isso, o CV, segundo informação atribuída ao promotor Lincoln Gakiya, percebeu que precisava se aliar a grupos locais. Essa espécie de xadrez do crime desandou com a morte de Jorge Rafaat na fronteira com o Paraguai. Certamente essas informações procedem e estabelecem nexos causais razoáveis; no entanto, o foco está centrado na atuação comercial das facções, portando o pressuposto de que interesses e conflitos seriam completamente apreensíveis levando em consideração apenas a atividade econômica dos grupos e que só isso justifica as mortes em

---

<sup>44</sup> Apesar de não haver aqui a proposta de uma análise mais exaustiva sobre a figura dos especialistas, vale registrar que se percebeu a utilização desse local enunciativo em cinco circunstâncias: 1) explicar o que gerou as mortes nas prisões; 2) apontar quais acontecimentos podem se desdobrar no curto prazo; 3) criticar a precariedade geral do sistema penitenciário, com um pequeno espaço para apontar sugestões do que poderia ser feito; 4) qualificar a ação dos criminosos responsáveis pelas chacinas, atribuindo a eles interesses e motivações; 5) questionar respostas das autoridades.

sequência nos presídios, sem trazer à discussão de maneira aprofundada as condições das prisões e a política de encarceramento em massa.

Sobre o PCC, partindo da perspectiva proposta por Feltran, pode-se questionar inclusive a perspectiva que defende a facção como hegemonia ostensiva do tráfico de drogas. O autor argumenta que a organização não monopoliza esse comércio, tanto que os maiores empresários do setor não são integrantes da facção, apesar de fazerem negócios com ela (Ibidem, p. 80). Da mesma maneira, há vários traficantes de atuação mais localizada que não são ‘irmãos’, que podem vender em áreas não reguladas pela organização (Ibidem, p. 81), ou seja, há autonomia para cada agente seguir com seu negócio sem precisar dividir uma quantia pré-estabelecida com o grupo (Ibidem, p. 85). Sem dúvida há a presença da facção, mas menos no uso ostensivo da violência do que na lógica de atuação de traficantes que buscam utilizar a violência apenas quando o acordo não funciona, sendo possível a mediação dos ‘disciplinas’ de cada área (Ibidem, p. 64). Na perspectiva econômica, o PCC atua como um regulador de relações, proporcionando mais segurança entre os participantes desse comércio ilícito (Ibidem, p. 83).

No entanto, segue o autor, a facção constitui uma hegemonia política no mundo do crime sem que numa comunidade ou num presídio a maioria das pessoas seja ligada formalmente ao PCC. No caso das prisões, pode haver casos em que se considere que o local seja comandado por essa organização, mesmo que apenas 40 detentos entre mil sejam ‘batizados’, o que acontece em São Paulo: “os demais presos, não batizados, *correm com o Comando*, são ‘companheiros’ – ou seja, não se opõem aos princípios da facção e praticam esses princípios em seu cotidiano” (Ibidem, p. 89, grifo do autor).

De uma maneira geral, quando se diz que quase todos os presídios de São Paulo e que a maior parte das comunidades do estado “são PCC”, não significa que os indivíduos atuantes no crime sejam integrantes da facção, nem que ela controle esses territórios; “é possível dizer, entretanto, que por ali se acatam, aceitam, concordam, ou ao menos se toleram as políticas do PCC” (Ibidem, p. 90-1).

Assim como a perspectiva economicista, a visão do PCC como possuindo um controle estrito da massa carcerária foi recorrente nos textos analisados. No caso do Rio Grande do Norte, esse foi inclusive o motivo apresentado para a criação do SDC:

Teria sido o preço mais alto das “mensalidades” pagas pelos integrantes do grupo que levou ao racha com o PCC. Os potiguares, que cobram R\$ 100 de quem está preso e R\$ 200 de integrantes soltos, reclamavam que as ordens dos

Paulistas contra os inadimplentes eram excessivamente severas. (CARVALHO, *O Estado de S. Paulo*, 22 jan. 2017, p. A16)

Novamente, o relato faz sentido e provavelmente é o que as forças de investigação levantaram (a fonte da informação não foi trazida ao texto), mas as ações de alguns indivíduos são tratadas como a totalidade do que seria o PCC. A partir de decisões de algumas ‘sintonias’ se forma a imagem de toda a facção, que tem seu funcionamento igualado a outras organizações criminosas.

Seguindo a linha de raciocínio da reportagem, para sair do jugo do PCC, os criminosos do Rio Grande do Norte decidiram montar algo que seria o seu modelo próprio de negócio, mas tendo o PCC como paradigma, já que o seu estatuto “se assemelha a facções como o PCC e, sob o lema de ‘paz, liberdade, igualdade e justiça’, prevê disciplina à ‘família’, pagamentos para o caixa da organização, ‘guerra contra grupos de extermínio’ e a proibição do uso de crack” (Ibidem).

A atenção a regras internas desses grupos e seus códigos de conduta apareceu em alguns momentos da cobertura, sobretudo por meio da apresentação dos seus estatutos. O PCC, talvez por já ter sido amplamente abordado pelos veículos de comunicação ao longo dos últimos anos, não teve seus padrões éticos explicados, mas também apareceu como modelo para facções como a FDN:

A facção ganhou vulto a partir de 2010 e foi estruturada, de acordo com a denúncia do MPF, nos moldes do PCC e do CV, incluindo um estatuto próprio [sic], denominado “Doutrinas da família”. Ele prevê a instalação de “conselhos” nas unidades prisionais, formados por “presidente, vice-presidente, porta-voz e tesoureiro”. Na prática, agem como “tribunais do crime”, segundo a PF, determinando a vida e a morte de alvos da dentro [sic] e fora dos presídios. As decisões são emitidas por meio de “decretos”. (VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. B3)

De novo, iguala-se o modelo organizacional do PCC e do CV, apresentado como o paradigma da ação criminosa coordenada. Importante ressaltar que possivelmente o enquadramento é muito similar entre os jornais por conta da origem das informações. Polícias e Ministérios Públicos, assim como qualquer grupo profissional, possuem maneiras específicas de perceber a realidade e dar sentido às ações dos indivíduos, além de compartilharem um conjunto de regras e valores éticos que acreditam ser os mais relevantes para atingir uma certa imagem de vida em sociedade. A questão aqui é que nada disso é posto de maneira clara para o público a que os jornais se dirigem; a ideia passada é a de que a

totalidade das facções se resume àqueles relatos e àquelas possibilidades de interpretações das ações humanas. Sem dúvida, o uso quase que exclusivo desses atores para representar o preso-líder, dando também a imagem das facções, impacta nessa formulação.

Há um raro exemplo de uso do local enunciativo das facções criminosas como instituição, do PCC especificamente, quando foi noticiada uma suposta carta com uma ordem de retaliação às Mortes em Manaus. Como a mensagem está assinada somente como “Comando Regional Norte”, o local enunciativo não é de um indivíduo, mas de uma figura institucional da organização criminosa:

[...] [Integrantes do PCC] afirmam que contam com o apoio de bandidos do exterior e até de facções rivais. A união dos criminosos seria porque a FDN, ao promover o massacre em Manaus, quebrou o ‘código de ética’ do crime, que impõe uma suposta convivência dos grupos rivais, pois a ‘meta’ sempre foi ‘lutar contra o Estado e não contra nossos irmãos mesmo que de outras organizações fossem’.” (HISAYASU, *O Estado de S. Paulo*, 6 jan. 2017, p. A14).

Se em vários outros momentos o PCC é apresentado, por meio dos agentes de investigação, como controlador e utilizador de violência de maneira ostensiva para fazer valer sua ordem, aqui a facção defende um código de ética que promove o não conflito entre criminosos, salvo em resposta a algum erro cometido previamente. Não soa sem certa ironia trechos de defesa de valores por parte da facção serem destacados pelo jornal.

De uma maneira geral, as facções mais jovens e sobretudo do Norte e Nordeste são representadas como “dispostas a alianças, mas também ao confronto” com essas organizações maiores (BERTA et al., *O Globo*, 4 jan. 2017, p. 4). Esses grupos são apontados como inexperientes e possivelmente inconsequentes, como na fala de um promotor de São Paulo:

‘O quadro de convivência harmoniosa entre o PCC e o CV foi quebrado no ano passado. Em seus estados de origem e nas regiões mais próximas, há um controle maior por parte dos chefes, que não querem confrontos de grande proporção, que chamem a atenção da mídia. Isso só resulta em prejuízo para os dois lados. No Norte e no Nordeste, ainda que haja um pacto de convívio, as facções locais têm suas regras próprias. E, como são novas, ainda não têm a mesma experiência de grupos já consolidados, como os do Rio e de São Paulo’ [...]. (Ibidem)

Essa visão fica explícita num *box* sob a rubrica *cenário*, assinado por um repórter d’*O Estado de S. Paulo*. O texto diz que, por causa da transferência de lideranças da FDN para

unidades federais, um “segundo escalão” do grupo entendeu a deflagração do conflito como algo bom para os negócios:

Fontes acreditam que a decisão foi um ‘tiro no pé’. ‘As lideranças antigas bem ou mal tinham uma ideia de negócio, queriam ganhar dinheiro e foram identificadas e levadas ao presídio federal. Essa ruptura deixou para trás integrantes menos qualificados e menos inteligentes para ditar o rumo da FDN no nosso Estado’, disse o secretário [de Segurança do Amazonas]. (CARVALHO, *O Estado de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. A13)

Há uma valoração por meio da fala do secretário que o jornal toma para si: existiria um tipo de criminoso com o qual seria possível racionalizar, já que este veria na sua ação uma finalidade a ser buscada acima de tudo – o lucro advindo de uma atividade ilegal – e entenderia os meios para alcançá-la, minimizando os danos contra si. Pode-se perceber uma concepção, por parte da autoridade que fez a afirmação – e também por parte do jornal que a publicou –, do “bandido formado” como estipulada por Zaluar: criminosos que “já têm experiência e conhecem as regras do jogo” (1994, p. 143) e que, por isso, não aderem a qualquer ato que possa colocá-los em risco, não agiriam de maneira considerada irracional, incluindo algum grau de previsibilidade a suas ações.

Há também a atenção dos jornais para a aparição e crescimento do PCC em Roraima, depois das mortes no estado. O tom é o de que os atores responsáveis por investigar criminosos já vinham detectando a maior participação da facção por lá; para dar sentido de verdade inequívoca às informações, os jornais lançam mão de informações com características estatísticas: “O promotor Marco Antônio Azeredo afirma que o número de integrantes da facção no Estado *quadruplicou* em dois anos – saiu de 96, em 2014, para cerca de 400 em 2016” (SERAPIÃO, *O Estado de S. Paulo*, 10 jan. 2017, p. A12, grifo nosso); “Um relatório de inteligência do governo de Roraima produzido na semana passada afirma que o número de membros da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) *creceu 1.900%* no Estado em apenas três anos” (VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 10 jan. 2017, p. B1, grifo nosso). O foco nos números é um expediente rotineiro dos veículos de comunicação para inserir seu discurso “no verdadeiro”, relembrando a fala de Foucault tirada de Canguilhem, sem que se traga à luz a dificuldade que é quantificar integrantes de grupos criminosos, como defende Feltran (2018, p. 91), já que não é tarefa fácil diferenciar se um indivíduo que tem relação com pessoas ligadas ao PCC é integrante formal da facção, podendo também haver casos de ‘irmãos’ que não tenham sido citados por estarem

momentaneamente inativos<sup>45</sup>. Para os jornais, se a fonte da informação for considerada confiável, tiver o que se chama aqui de capital simbólico, basta.

Na mesma reportagem da *Folha de S. Paulo*, o PCC é explicitamente ligado ao espaço prisional, com suas ações escorrendo para fora dos muros:

O documento atribui ao PCC uma ordem dada por volta de fevereiro de 2016, um “salve geral”, para uma série de crimes no Estado, como “executar pelo menos um policial em cada ‘regional’”. Essa ordem resultou, segundo o relatório, em ao menos quatro atentados, “sendo executados dois policiais militares”. Houve ainda uma tentativa de homicídio contra um policial civil e “uma execução” de outro policial. (Ibidem)

A “regional” citada é uma divisão de comando da organização, o texto afirma que existiam 11 em Roraima. Nesse trecho, apresenta-se o grupo como formado sob uma burocracia rígida, na qual há a difusão de ordens – em geral de dentro das prisões – a serem seguidas para impor o caos à sociedade, posto que são atacadas figuras simbólicas mais diretamente identificadas com a manutenção da ordem, a polícia.

Em resumo, a representação aqui proposta do preso-líder é a de um indivíduo que os veículos de comunicação percebem exercer poder no mundo do crime – diferentemente do preso-bárbaro, tem destaque nas reportagens não no momento da execução do ato violento, mas como uma espécie de mentor, mas como articulador do crime –, cujas vontades pessoais se materializam na formação e atuação das facções criminosas. Tais sujeitos são retratados como lideranças violentas, responsáveis por ordenar os massacres nos presídios numa disputa entre criminosos guiada pelo ganho econômico, ou seja, o monopólio do mercado de drogas.

Seu local enunciativo foi utilizado para reforçar o grau de importância como lideranças e o perigo que representavam para a sociedade. Por meio de informações fornecidas por órgãos de investigação, foi se reforçando essa imagem de sujeito desrespeitador contumaz das leis, sem receio de ser punido, que usa as instalações das unidades prisionais para controlar o todo da facção.

Essas organizações, então, são enquadradas como tendo hierarquia rígida e sem muitas peculiaridades entre si – embora se entenda que, ao menos no caso do PCC, há diferenças consideráveis –, a não ser por uma distinção entre os grupos mais jovens (FDN, SDC) e

---

<sup>45</sup> O autor cita uma estimativa do MPF e da PF de que há 30 mil batizados do PCC em todos os estados do país e avalia que pode haver 750 mil pessoas ou mais atuando nos moldes da facção, sem necessariamente estarem ligadas a ela (2018, p. 91).

outros mais estabelecidos (PCC, CV); os primeiros foram retratados como mais inclinados ao cometimento de atos violentos, com quem não seria possível uma negociação razoável.

É sintomático que não se tenha questionado a existência do atual sistema de aprisionamento como fomentador das facções criminosas no Brasil. Conforme indicaram estudos sobre encarceramento<sup>46</sup>, esses grupos surgiram de maneira mais organizada a partir da década de 1980 paradoxalmente para prover aos detentos maior ordem. No período analisado, os veículos de comunicação ignoraram a emergência das facções como uma maneira minimamente solidária de relacionamento entre seus integrantes. Embora tenham sido publicadas algumas reportagens a respeito da falta de acesso à educação e ao trabalho nas unidades prisionais, entendendo que o aprisionamento deveria ter também uma função ressocializadora, tal preocupação não se configurou como um elemento norteador da cobertura. Enquanto alguns textos afirmam que o sistema carcerário do país “é um manual de descumprimento da legislação” (MARIZ, *O Globo*, 8 jan. 2017, p. 7), ou elogiam projetos de ressocialização, pinçando o Espírito Santo como exemplo, que criou “metas de atendimento jurídico, foco na educação dos detentos, oferta de emprego para ex-presidiários e, para evitar encarceramentos desnecessários, o encontro do juiz com o detido” em até 48 horas depois da prisão em flagrante (LOBEL, Folha de S. Paulo, 10 jan. 2017, p. B3); há reportagens criticando a falta de unidades prisionais: “O governo federal reduziu em dois anos 85% dos repasses aos Estados para a construção de novas penitenciárias e diminuiu também os recursos para reestruturar e modernizar as já existentes” (AMORA; CANCIAN, Folha de S. Paulo, 4 jan. 2017, p. B1). Mesmo com textos apontando a relevância de elementos integradores à sociedade, isso não impediu a aparição majoritária da percepção do aumento do sistema vigente como saída para o problema.

Da mesma maneira, não se problematizou a política de transferência de presos em momentos de crise, mesmo havendo avaliações de que os detentos apontados como líderes se relacionavam e ampliavam a atuação das facções por meio desse conhecimento adquirido fora do estado. Uma reportagem que explicitamente reconhece esse efeito colateral – afirma que “São Paulo exportou o PCC para outras regiões do país” – acaba aceitando o modelo de transferência, por meio da opinião do promotor Lincoln Gakiya e do procurador Márcio Christino, dizendo que ambos afirmam que “a realidade atual é diferente e defendem as transferências, uma vez que, segundo eles, os estabelecimentos federais são muito mais

---

<sup>46</sup> Dentre outros, cf. COELHO (2005 [1987]), DIAS (2011).

preparados do que os estaduais que costumavam receber os chefões do tráfico” (GENTILE, Folha de S. Paulo, 16 jan. 2017, p. B3).

Dessa maneira a imprensa, durante o período observado, até chegou a tocar em pontos que fogem da perspectiva mais punitivista em termos de aprisionamento, mas não relacionou a aparição e fortalecimento das facções criminosas com o ambiente de penúria do cárcere, tratando como solução para o problema do fortalecimento do crime organizado apenas mais vigilância e repressão a esses grupos personificados em algumas lideranças.

### **3.2.4 Autoridades responsabilizáveis**

Para além das representações dos presos e seus correlatos, verificou-se a construção de outro tipo ao longo da cobertura analisada: os ocupantes de cargos públicos passíveis de serem responsabilizados pelas mortes em massa nos presídios. Em geral foram políticos, como governadores, secretários estaduais, ministros e o presidente da República<sup>47</sup>. A sua representação nas reportagens foi a de agentes que deixaram de agir para prevenir casos específicos de violência, e que tinham dificuldade para propor e colocar em prática medidas eficazes para resolver as questões. Como os veículos de comunicação pareceram compreender a ação criminosa com base numa espécie de desvio de caráter daquele que não segue as leis, não faria sentido, nessa ótica, tecer críticas somente a esses indivíduos. Suas ações são apresentadas de maneira negativa, claro, mas retratou-se os agentes públicos como os únicos sobre quem se poderia exigir algo a ser feito naquele momento, em geral numa perspectiva repressiva.

Os agentes públicos aparecem como preocupados com possíveis novos casos de chacinas em presídios, desarticulados entre si para dar uma resposta convincente, repetindo erros de administrações públicas anteriores e tendo suas afirmações descredenciadas em alguma medida. Por ocuparem cotidianamente um espaço social percebido pelos veículos de comunicação como de discurso oficial, que ocupa formalmente uma posição de destaque social, os agentes públicos têm suas opiniões e justificativas registradas nas reportagens, por vezes como fontes de informação, outras para responder a alguma denúncia relativa ao mundo intramuros, ou até mesmo apenas para serem contra-argumentadas. De toda forma, não são atores ignoráveis.

---

<sup>47</sup> O Judiciário também recebeu certas críticas, especialmente com relação à tendência dos magistrados de vários estados a manterem as prisões após as audiências de custódia. No entanto, optou-se por não incluir esses atores na análise, salvo algumas menções à então presidente do Supremo Tribunal Federal, porque não se configurou como uma responsabilização na mesma medida em que os atores dos Executivos Federal e Estadual.

Há, ao longo da cobertura, a formação de uma narrativa na qual as autoridades, especificamente as federais, não só já sabiam da iminência da deflagração do conflito como diminuíram recursos para o sistema penitenciário. Porém, parece haver certa incoerência com relação ao que os veículos de comunicação afirmam explicitamente e à seleção de temas de reportagens referentes à situação carcerária. Dizendo de outra maneira, percebe-se uma cobrança da imprensa ao que seria uma postura negligente do governo federal, que já havia recebido alertas de setores da inteligência de que a violência eclodiria de maneira incomum em algumas unidades prisionais. Além disso, os jornais analisados tenderam, sobretudo num primeiro momento, a entender que o fim de uma relação não contenciosa entre PCC e CV foi causa necessária e suficiente para a chacina em Manaus, deixando de lado na análise a violência estrutural do sistema carcerário brasileiro e sua precariedade material. No entanto, são publicadas reportagens criticando a falta de verba federal para as unidades prisionais, deixando aberto um caminho interpretativo de que, se houvesse mais investimento, talvez o caos não tivesse se instaurado. Dessa maneira, forma-se um círculo que não se fecha; as questões ligadas à realidade intramuros são colocadas em segundo plano no estabelecimento da causalidade dos confrontos, e ao mesmo tempo se cobra o governo federal por aquilo que não é percebido como elemento relevante na discussão.

A questão das necessidades do mundo penitenciário é posta de maneira extremamente limitada, numa perspectiva gerencial: o problema é a falta de verba para a construção de mais unidades prisionais, a demora em fornecer vagas em presídios federais e a compra de aparato a incrementar o cerceamento de liberdade – bloqueadores de sinal de celular, scanners corporais etc. –, deixando-se de lado uma possível crítica à política de encarceramento em massa levada a cabo em todo o país, com um dos focos no aprisionamento de usuários/traficantes de drogas. Entende-se que a parcela da imprensa analisada percebe o uso indiscriminado do encarceramento como realidade inescapável cujos efeitos colaterais devem ser mitigados. Convém lembrar o que Safatle (2017, p. 34-5) propõe a respeito do modelo capitalista atual, que gera uma “sociedade da insatisfação administrada”, na qual o elemento central para a vida coletiva não é a regulação das expectativas sobre realizações positivas, mas a “produção de nosso desencanto e de sua inscrição no imaginário social”; o poder – em sentido lato – indica quais são os alvos de descontentamento, sempre cambiantes, a serem objeto de revolta. Se aceitarmos esse cenário, podemos pensar de que maneira a ação do poder público é concebida: este não seria o promovedor de mudanças sociais ou de melhora econômica, mas a fonte dos problemas que minam as possibilidades de crescimento – moral e material –, já que se utilizam da estrutura pública em prol de si próprios. Assim, não faria

sentido exigir a entrada de mais Estado na vida cotidiana, senão para gerenciar o mínimo possível, sendo chamado àquelas situações de caos já instaurado, como a aqui analisada. Entende-se que os jornais observados contribuíram para a criação dessa imagem, mas não foram os únicos responsáveis por essa formulação, estando inscritos num processo complexo de relações sociais em que, por vezes, eles próprios têm sido colocados como os alvos de descontentamento por certa parcela da população.

A argumentação de negligência dos agentes públicos, tanto no nível federal quanto estadual, é constante na cobertura, com a imprensa lançando mão de informações fornecidas por setores de inteligência – ministérios públicos e Polícia Federal, por exemplo – para fazer críticas de gestão. É possível sintetizá-la na primeira página d’*O Globo* do terceiro dia de cobertura. A manchete dizia: “PF sabia de ameaça de massacre em Manaus”; acompanhada do subtítulo: “Relatório *revelou* trama para matar todos os membros do grupo rival. Chefe da Instituição, ministro da Justiça afirmou em entrevista que o governo do Amazonas tinha conhecimento de que presos tentariam fugir [...]” (*O Globo*, 5 jan. 2017, p. 1, grifo nosso). Estão presentes aqui elementos recorrentes no período analisado: um agente de investigação que já tinha uma informação incontestavelmente verdadeira (nota-se pelo emprego do verbo “revelar”) negligenciada por autoridades superiores; o ator político responsabilizado é instado a se pronunciar e não há coordenação entre seus pares (o governo estadual). É válido ressaltar que nessa reportagem, apesar de a manchete levar à interpretação de que nada foi feito com a investigação, um texto introdutório, ainda na primeira página, afirma que “o documento da PF foi usado como base para a Operação La Muralla, na qual foram cumpridos 27 mandados de prisão” (Ibidem), ou seja, não procede a ideia que se negligenciou por completo a iminência do conflito deflagrado. O mesmo expediente de contrariar o discurso oficial com informações de órgãos de investigação, e apontar descompassos em suas ações aparece em outros momentos:

Apesar de o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, garantir que a situação nas prisões do país está sob controle, há possibilidade de conflitos violentos envolvendo facções do crime, como as ocorridas no Amazonas e em Roraima, contaminarem outros estados. Setores dos serviços de Inteligência *do próprio governo federal* classificaram ontem como tensa a rotina nos presídios em cinco estados brasileiros nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. São eles: Mato Grosso, Sergipe, Rondônia, Piauí e Ceará. (WERNECK; DANTAS, *O Globo*, 7 jan. 2017, p. 6, grifo nosso)

Como se verá mais à frente, os jornais se posicionaram muito claramente contra a argumentação do então ministro da Justiça com relação aos motivos dos confrontos e à

segurança do sistema penitenciário nos dias que se seguiram às primeiras mortes em Manaus. Sendo assim, fica clara a busca por apontar não somente como Moraes não tinha razão, mas também como mesmo órgãos sob o guarda-chuva do próprio governo federal coletaram informações – com o status de dados quantificáveis, portando um quê de comprovação empírica, logo, de difícil questionamento – diametralmente opostas à posição do ministro. Isso por certo fortalece a imagem de que o governo federal não admitia o que seria a “realidade” – o caos instaurado nas prisões decorrente do poder em escala internacional das facções – e optava por não enfrentar o problema que desconhecia deliberadamente, além de agir de maneira descoordenada.

Outra reportagem reconta como se passou uma reunião em outubro de 2016, quando o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) manifestou “preocupação com a superlotação” ao apresentar “um detalhado mapa do Brasil com a distribuição de todas as facções criminosas pelos presídios” (ROSA, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A11). Novamente, abre-se uma possibilidade de interpretação de que o governo federal não levou em consideração nem mesmo informações internas, optando por não enfrentar o problema. Importante citar que a preocupação do GSI naquela reunião não foi motivo de reportagem do jornal à época do encontro, configurando outro indício de atenção seletiva da imprensa com relação ao sistema carcerário.

Também houve cobrança com relação ao que se configurou como negligência por parte dos governos estaduais com base em informações fornecidas por órgãos de investigação:

Apenas 24 horas antes do início do massacre que vitimou 56 pessoas no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, o serviço de Inteligência da Secretaria estadual de Segurança Pública do Amazonas identificou a presença de armas pesadas nas celas e a iminência de uma fuga de presos de regime fechado com apoio de detentos da ala do regime semiaberto. [...] Ainda assim, [o documento oficial] foi ignorado pelas autoridades, e até o controle da unidade foi relaxado com a autorização de uma festa de fim de ano, com direito a visitas. (HERDY, *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 5)

Em outra reportagem, o foco é uma vistoria realizada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-RR menos de um ano antes das mortes em Roraima:

A administração da governadora Suely Campos (PP) recebeu o documento da OAB em agosto de 2016. Havia sugestões de conclusão de reformas, realização de mutirões jurídicos e separação entre condenados e presos preventivos. Entre os pedidos, apenas a compra de colchões e a realização de um mutirão foram atendidos plenamente pelo estado. (HERDY, *O Globo*, 11 jan. 2017, p. 6)

Novamente está presente a ideia de que uma autoridade política – nesse caso o governo estadual – de alguma maneira contribuiu para criar as condições de possibilidade da chacina. Isso menos pela falta de atenção com as condições mínimas de dignidade dentro da prisão, e mais por não ter o controle sobre os encarcerados; esse entendimento de que o poder disciplinar não foi utilizado pelo Estado aparece no título – “OAB: presos dominam presídio em Roraima” – e no subtítulo da reportagem – “Em vistoria, comissão flagra falta de controle de agentes sobre o trânsito de detentos na unidade” (Ibidem). Um detalhe importante está no fim do texto, reservado às respostas das autoridades criticadas: o governo de Roraima disse que “um novo presídio será construído com recursos federais” (Ibidem). Esse é um exemplo de uma concepção que se estendeu por toda a cobertura: os estados não possuem condições para, sozinhos, lidarem com a criminalidade, sendo necessária e urgente a participação do governo federal.

Por certo as autoridades estaduais apareceram explicando quais ações estavam tomando para tentar mitigar o problema, ou dando informações para se tentar compreender o que se passava dentro dos presídios: “Diante do massacre no Compaj, que também enfrenta problema de superlotação, o governador do Amazonas, José Melo (PROS), anunciou anteontem a construção de três unidades prisionais em Manaus, Manacapuru e Parintins – a ser iniciada neste ano” (HISAYASU; CARVALHO, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A11); “o secretário estadual [de Roraima] Uziel Castro (Justiça) disse à Folha que a chacina foi ‘uma barbárie’ cometida por membros do PCC como ‘uma política de organização criminosa’” (VALENTE; NUNES, *Folha de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. B4); O secretário de segurança do Rio Grande do Norte, Walber Virgolino, informou que, até o início da noite de ontem, havia confirmação de mortos, mas ainda não era possível concluir a quantidade de pessoas (NASCIMENTO, *O Globo*, 15 jan. 2017, p. 6).

Nesses casos, o local enunciativo dos governos estaduais é utilizado para dar um tom de informação oficial, aquela mais aceita de um ponto de vista formal, sem que haja sempre um questionamento por parte dos jornais. Deve-se entender que não se trata aqui somente de um retrato da realidade como tal, ou então de um espaço cedido desinteressadamente pelo jornal para a voz dos agentes públicos do estado; se os jornais não estivessem de acordo com a informação passada, ou se no mínimo achassem a postura descabida não teriam publicado as declarações, ou o fariam de maneira a pôr outro discurso em contraposição – como foi detectado em vários momentos.

O que se percebeu foi o contrário: apesar de haver críticas à inação dos governos estaduais, os agentes políticos responsabilizados com mais intensidade pelos veículos de comunicação analisados foram aqueles da esfera federal. Esse processo se deu com alternâncias entre abordagens mais sutis e outras mais explícitas. Em linhas gerais, pode-se dizer que por vezes os jornais diziam abertamente que as mortes colocaram pressão sobre o governo federal – ignorando que boa parte desta foi formulada pela própria imprensa ao indicar que o executivo federal deveria tomar alguma atitude para resolver a questão –, e em outros momentos reportagens centradas em ações do governo federal, mesmo que não tivessem um tom crítico, foram delineando a imagem de autoridade responsabilizável.

A abordagem que pode ser caracterizada como mais sutil se deu por meio de reportagens constantes sobre viagens, encontros, enfim, agendas, dos agentes públicos, em especial do então ministro da Justiça Alexandre de Moraes, do então presidente Michel Temer e também da então presidente do Supremo Tribunal Federal ministra Cármen Lúcia: “Ministro da Justiça vai a Manaus para avaliar situação” (*O Estado de S. Paulo*, 3 jan. 2017, p. A10); “A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, reúne-se hoje com o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para discutir medidas a serem adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outras instituições em resposta ao massacre” (*O Globo*, 4 jan. 2017, p. 3); “Temer vai à casa de Cármen Lúcia para discutir presídios” (BULLA, *O Estado de S. Paulo*, 8 jan. 2017, p. A15); “Para discutir ações para conter a crise, o ministro [Alexandre de Moraes] também agendou para o dia 17 uma reunião com secretários de segurança e assuntos penitenciários de todos os Estados” (MAISONNAVE; CHAGAS, Folha de S. Paulo, 9 jan. 2017, p. B3).

A partir desses trechos, pode-se fazer o seguinte questionamento: se essas autoridades não fossem consideradas relevantes na resolução da assim chamada crise, e ainda mais, se os veículos não entendessem que elas tivessem alguma parcela de responsabilidade em termos de ações passadas, haveria esse foco sobre ações que não constituem muito efeito prático? Os jornais acabaram exercendo pressão sobre tais agentes virando para eles os holofotes; ao noticiarem alguma ação, mantinha esses atores no centro dos acontecimentos, indicando de quem se deveria esperar a maior parcela de respostas.

Os veículos analisados pareceram se inscrever num movimento de retomada de chamamento da esfera federal aos assuntos da segurança pública, em geral de maneira diversa daquela durante o período de ditadura militar, em que não se diferenciavam questões de segurança pública e de segurança nacional (SENTO-SÉ, p. 504). Essa separação veio com a Constituição de 1988, juntamente com redefinições do pacto federativo (*Ibidem*, p. 502),

sendo que depois dos anos 2000 o governo federal passou a ter alguma participação na área (Ibidem, p. 507). Importante destacar que o assunto “segurança nacional” foi citado pelo então ministro da Defesa Raul Jungmann durante o período analisado para tipificar a crise penitenciária: “O desafio que a criminalidade vem fazendo já extrapola, no meu modo de entender, a questão de Segurança Pública, passando a ser exatamente um desafio às instituições e, nesse caso, está se tornando desafio à Segurança nacional” (BARRETO et al. *O Globo*, 18 jan. 2017, p. 3).

No que diz respeito aos casos de abordagens que podem ser consideradas de crítica mais explícita, foi recorrente a utilização de termos como “sob pressão”, “criticado”, com relação ao executivo federal: “A barbárie nas prisões ganhou nova repercussão no início da semana, com o caso do Amazonas, o que colocou Temer sob pressão” (URIBE; VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2017, p. B1); “Criticado pelo silêncio, o presidente Michel Temer resolveu finalmente falar sobre os 56 mortos no presídio Anísio Jobim em Manaus e acabou criticado, de novo” (ALENCASTRO et al., *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 4). Nesses trechos, omite-se o autor da ação, num expediente retórico que implicitamente trata o caso como se fosse algo generalizado, cuja obviedade retira a necessidade de se explicar quem critica ou pressiona o governo. Apesar de haver essa terceirização da opinião para agentes indeterminados, a imprensa também se configura como um dos autores das críticas. A demora do então presidente Michel Temer em emitir um pronunciamento com relação às primeiras mortes, em Manaus, gerou uma série de reportagens em tom abertamente crítico, que se intensificaram com o seu primeiro pronunciamento, no qual usou a expressão “acidente pavoroso”. Esse episódio mostra com clareza a disputa semântica na qual está envolvido o discurso da imprensa; jornais e o governo federal defenderam sentidos distintos para o termo. O primeiro argumentou que a palavra dava a impressão de que as mortes foram algo fortuito, que pegou a sociedade desprevenida e com relação ao qual não se poderia fazer muito para antecipar, posição com a qual nitidamente discordava. Os veículos de comunicação não trouxeram essas críticas na própria voz; como de costume, terceirizou-se a opinião para outro ator disposto a fazê-lo:

Para a desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) Ivana David, especialista em crime organizado, o presidente foi “muito infeliz nas declarações”. “Não houve acidente, não foi acidente. Houve um massacre com exposição de força e requintes de crueldade”, afirmou. O procurador de Justiça Marcio Sérgio Christino também considerou que “não houve um acidente, mas um desastre pavoroso”. (MOURA; DECAT, *O Estado de S. Paulo*, 6 jan. 2017, p. A12)

Aqui se recorreu à figura dos especialistas, já citada, cujo local enunciativo na imprensa de referência se justifica pela emissão de uma opinião considerada embasada por algum tipo de conhecimento em determinada área. Outro local enunciativo que os jornais utilizaram para valorar a fala de Temer foi o das organizações de defesa dos direitos humanos, que têm um espaço ligeiramente diferente do dos especialistas, posto que a força de verdade de suas falas advém de um posicionamento político explícito, que é apagado na figura dos especialistas:

“Para Maria Laura Canineu, diretora da Human Rights Watch no Brasil, Temer foi infeliz tanto na demora em se pronunciar como ao chamar o massacre de ‘acidente pavoroso’. ‘Acidente dá a ideia de algo imprevisto [...]’” (ALENCASTRO et al. *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 4)

Também se percebeu outro método para criticar o governo federal nesse caso:

Auxiliares do Palácio do Planalto informaram ao presidente que a expressão “acidente pavoroso” gerou reações negativas nas redes sociais: nas críticas, muitos consideraram que não se tratou de algo fortuito, mas de uma tragédia anunciada e que poderia ter sido evitada. (Ibidem)

A reclamação recai para os internautas, que representam a sociedade em geral, uma massa disforme de cidadãos brasileiros criticando a fala do presidente. Certamente a declaração de Temer foi vista de forma amplamente negativa nas redes sociais, no entanto, fica a percepção de certa seletividade dos veículos de comunicação ao colocarem a perspectiva dos internautas em relevo. Não se está sugerindo que isso seja feito a todo custo, mas a regra parece ser a de que a imprensa se utiliza dessa voz da internet quando se trata de um posicionamento alinhado àquele que já se quer exprimir. Tal maneira de agir faz sentido quando se entende que os textos jornalísticos defendem uma perspectiva, de alguma maneira são feitos para persuadir; no entanto, fica difícil justificá-la quando a atividade é vista como imparcial e objetiva.

Ainda nesse episódio do “acidente pavoroso”, chegou-se ao nível de recorrer aos dicionários como fonte inquestionável de verdade sobre o sentido de uma palavra: “De acordo com o *Dicionário Houaiss*, acidente é um ‘acontecimento casual, inesperado, fortuito’” (MOURA; DECAT, *O Estado de S. Paulo*, 6 jan. 2017, p. A12, grifo no original). Esse é um tipo de confirmação levada a cabo em vários momentos pelos jornais que se vale mais do lugar de onde a informação é emitida do que a informação em si; é perceptível que a parcela

da imprensa aqui analisada tem compreensão dos desníveis de poder no que diz respeito a disputas sociais, e lança mão de informações de quem ocupa um local dificilmente atacado por ser formalmente considerado como legítimo na discussão de certo assunto.

A mesma tática foi utilizada para rebater a argumentação de Temer num *tweet* em que se defende afirmando que “acidente” poderia significar também “tragédia, perda, desastre, desgraça, fatalidade”<sup>48</sup>:

“No ‘Dicionário Houaiss’, entre os sinônimos para acidente não estão tragédia, desastre ou desgraça. Estão lá: ‘acontecimento casual’, ‘fortuito’, ‘inesperado’ ou ‘qualquer acontecimento, desagradável ou infeliz’, quer envolva perda, sofrimento ou morte. Já no ‘Aurélio’, há a definição: ‘acontecimento infeliz, casual ou não’, que resulte em ‘desastre’”. (ALENCASTRO et al. *O Globo*, 6 jan. 2017, p. 4)

Nota-se que, nesse caso, o texto da reportagem aponta uma série de sinônimos tirados de dois dicionários sem explicitamente valorá-los, sendo que alguns deles se alinham ao que defende o presidente, como “qualquer acontecimento, desagradável ou infeliz”. No entanto, o texto é construído de maneira a fazer uma contraposição aos sinônimos enumerados por Temer, e o que vem a seguir pode facilmente ser assimilado pelo leitor como algo contrário à fala do então presidente, sem necessariamente sê-lo.

Nesse cenário, Temer, que já vinha sendo instado a se pronunciar, foi representado como indisposto a tomar para si a responsabilidade sobre a situação – com mortes apenas em Manaus, naquele momento –, tentando por meio de um expediente retórico se desvincular do caso. O episódio foi lembrado exaustivamente ao longo da cobertura em momentos como depois da chacina em Roraima: “O presidente tratou o caso [em Manaus] como um ‘acidente pavoroso’ e foi muito criticado nas redes sociais. Sobre Roraima, Temer reagiu mais rapidamente e ainda na sexta, dia dos ataques, lamentou o ocorrido” (MEGALE, *Folha de S. Paulo*, 8 jan. 2017, p. B1); em pronunciamento utilizando outro termo: “Depois de considerar um ‘acidente pavoroso’ o massacre no complexo penitenciário de Manaus, o presidente Michel Temer disse ontem que o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a Família do Norte (FDN) promoveram uma ‘pavorosa matança’ em presídios [...]” (MOURA et al., *O Estado de S. Paulo*, 12 jan. 2017, p. A12); “Mais de uma semana depois da deflagração da crise no

---

<sup>48</sup> <https://twitter.com/micheltemer/status/817096046786514950>

sistema penitenciário, com 60 presos mortos no Amazonas, o presidente Michel Temer admitiu que as condições nas cadeias são ‘desumanas’, que houve ‘pavorosa matança’” (BARRETO; ALENCASTRO, *O Globo*, 12 jan. 2017, p. 4); quando Temer acionou as Forças Armadas para auxiliar estados: “Há duas semanas, após o primeiro massacre carcerário deste ano, em Manaus, Temer havia ficado em silêncio completo por quatro dias e classificara a chacina de ‘acidente’” (BARRETO et al., *O Globo*, 18 jan. 2017, p. 3); e após as mortes no Rio Grande do Norte: “A gradação dos termos utilizados pelo presidente Michel Temer para classificar a onda de assassinatos em presídios nesse início de ano foi do ‘acidente’, no início dessa crise, ao ‘drama infernal’, dito ontem” (BARRETO, *O Globo*, 19 jan. 2017, p. 3).

Difícil não perceber aqui a reprodução de um senso comum no Brasil sobre como age a classe política: prevarica antes de momentos críticos, e, depois que esses eclodem, não se responsabiliza. Apesar de exprimirem a ideia de que não se deve esperar muito dessas autoridades, todo esse pensamento só pode se desenvolver quando se entende que os atores públicos devem realmente responder por essas questões.

Durante a cobertura, os jornais ainda tentaram apontar, de maneira explícita, o governo federal terceirizando as responsabilidades que se pressupunham suas: “[...] o governo [federal] tem se esquivado de responsabilidade. Primeiro culpou o governo do Amazonas, por já ter ciência de um plano de fuga dos presos, e nesta quinta apontou o dedo para a empresa Umanizzare, que administra o presídio palco do massacre. (URIBE; VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2017, p. B1); “Após a matança em Manaus, Moraes havia responsabilizado o governo do Amazonas e a empresa privada que cuida da segurança interna do presídio. Agora, com o caso de Roraima, ele atribuiu a todos a responsabilidade pelas barbáries” (URIBE; ALVARES, *Folha de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. B5). Ao indicar que o Executivo federal tentava por meio de recurso retórico atribuir a outros atores a obrigação de lidar com a crise penitenciária, os veículos de comunicação deixaram explícito o seu entendimento de que o governo federal era autoridade responsabilizável no caso.

Foi somente depois das mortes no Rio Grande do Norte, quando Temer anunciou a utilização de homens das Forças Armadas na inspeção de presídios, que os jornais afirmaram que o governo federal reconheceu a “crise nacional”: “O presidente Michel Temer mudou o tom, dizendo que a situação no sistema prisional ganhou ‘contornos nacionais’ e pede ‘ações extraordinárias’ (BARRETO et al. *O Globo*, 18 jan. 2017, p. 3).

Essa representação do governo federal agindo não só de maneira negligente como em detrimento ao governo estadual pode ser sintetizada no episódio da ajuda negada a Roraima. Os três jornais analisados tiveram acesso a um pedido por escrito do governo estadual ao

federal, feito em novembro de 2016, para controlar a Pamc, palco de mortes em outubro do mesmo ano; a versão que predominou nesses veículos foi a de que o Ministério da Justiça – personificado no ministro – recebeu o documento com explicações detalhadas do caso, mas não forneceu homens da Força Nacional de Segurança, dando justificativas diferentes. Inicialmente afirmou que o pedido do estado era de assistência à segurança pública por conta da entrada de venezuelanos e não havia necessidade de enviar homens da Força; quando os jornais confrontaram o Ministério com a informação de que havia um pedido explícito de ajuda para o sistema carcerário, a pasta mudou a justificativa para o não envio de ajuda, declarando que a Força não podia atuar dentro de unidades prisionais, salvo em casos de uma rebelião em curso.

Não se questiona aqui o que realmente se passou, nem qual ator retratado agiu de maneira incorreta, mas é interessante atentar para a maneira (similar) como os jornais trataram o caso, e como o episódio contribuiu para a formulação da imagem do ministro e do Executivo federal ao longo do período analisado. *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram reportagens totalmente centradas no caso, cujos títulos apresentam o tom crítico: “Ministério negou ajuda da Força Nacional para Roraima” (PERON et al., *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A10); *O Globo* trouxe diferentes títulos a depender da edição, primeiro “Ministro em contradição” e depois “Socorro negado” (BARRETO; ALENCASTRO, *O Globo*, 7 jan. 2017, p. 3). Em ambos os jornais a posição defendida é a de que Moraes optou deliberadamente por não ajudar Roraima, havendo uma comprovação *ex post* inatacável: o ofício datado enviado pelo governo estadual – “[...] a governadora de Roraima, porém, pede explicitamente ‘apoio’ do governo federal ‘em virtude das proporções dos últimos acontecimentos do Sistema Prisional do Estado de Roraima’” (PERON et. al., *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A10) – e a resposta, também oficial, do ministério – “‘Apesar do reconhecimento da importância do pedido de Vossa Excelência, infelizmente, por ora, não poderemos atender ao seu pleito’” (BARRETO; ALENCASTRO, *O Globo*, 7 jan. 2017, p. 3). Pelos trechos desses documentos, não é possível identificar a motivação do governo federal para não fornecer os homens da Força Nacional, o que se torna o ponto de discussão nas páginas dos veículos, com o Ministério da Justiça inicialmente fornecendo uma explicação contestada com uma prova documental (assistência à segurança por conta da entrada dos venezuelanos), e outra resposta não diretamente rebatida pelos jornais naquelas edições (a Força Nacional estaria legalmente impedida de atuar dentro de unidades prisionais).

*A Folha de S. Paulo*, apesar de não trazer reportagem especificamente sobre o tema, abordou o assunto em reportagem que englobou as mortes em Roraima e medidas do governo

federal. O tratamento do caso foi muito semelhante ao dos outros dois jornais, com a exposição das justificativas do governo estadual para o pedido – as mortes na Pamc –, e a mudança de justificativas do ministro Moraes (VALENTE; NUNES, *Folha de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. B4). É válido destacar que, na página seguinte, o jornal publicou reportagem centrada em pronunciamento de Moraes sobre o sistema carcerário, sempre contrastando suas falas com outras informações com características de dados, portanto, argumentação que não seria subjetiva, mas do campo das constatações da realidade:

“Apesar de mais uma matança em presídios do Norte e do *acúmulo de 93 presos assassinados* nos seis primeiros dias do ano, *25% do total de 2016 inteiro*, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, negou nesta sexta (6) que o sistema carcerário nacional tenha fugido ao controle.” (URIBE; ALVARES, *Folha de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. B5, grifo nosso)

Ou ainda:

Nesta semana, *após a morte de 56 detentos num presídio e 4 em outra unidade de Manaus*, Moraes declarou não trabalhar com a hipótese de retaliação de facções em outros Estados, “até porque questão de rebelião com essa ferocidade, barbaridade, decapitação, fogo, isso não ocorre por um único fator.” (Ibidem, grifo nosso)

Em ambos os casos, contrapõe-se o que se trata como a opinião (equivocada) de Moraes com o que seria a crueza da realidade traduzida em números, tendo como expediente textual menos o uso de conectivos a denotarem opiniões do que a contiguidade de informações que deixam as frases do ministro beirando o ridículo. Percebe-se como, nesse caso, o local enunciativo foi utilizado para criticar o próprio autor do discurso; diferentemente de outros atores, os agentes públicos são vistos por esses veículos de comunicação como responsáveis para dar explicações sobre por que o caos foi deflagrado nos presídios e o que pode ser feito para melhorar esse cenário de urgência. Assim, é possível inferir que tais jornais aceitam a situação de impotência dos governos estaduais para lidar com o crime organizado, não realizando cobranças tão intensas a esses entes, quanto àqueles federais, os quais, numa perspectiva prática, seriam aqueles em condições de propor alguma providência. Sendo assim, parece estar implícita a ideia de que, se esse apoio a Roraima tivesse sido fornecido, à época, haveria a possibilidade de não acontecer o massacre no estado. Nesse cenário, o ato do ministro da Justiça de não prover auxílio, sabendo o que se passava no sistema carcerário do estado, se configurou, na perspectiva desses jornais, não somente num

equivoco em si, mas num elemento que não interrompeu a escalada de violência nos presídios, que culminou nas mortes em sequência no início de 2017.

A negativa de ajuda foi lembrada por alguns dias, em geral, de maneira sintética, sem expor a justificativa de Moraes para tal, tudo se resumindo ao ‘fato’ de que “a governadora de Roraima, Suely Campos (PP), solicitou ajuda urgente do governo federal, mas teve o pedido negado pelo ministro da Justiça” (LUCAS, *O Globo*, 9 jan. 2017, p. 3); assim, não importa o motivo, o contexto, somente a ação de negar apoio, esta personificada na figura de Moraes. Houve também a responsabilização do governo federal no caso da fuga de presos da Pamc, em Roraima, quando agentes da Força Nacional que tinham sido enviados ao estado não estavam na unidade, já que “tiveram a orientação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, de não atuar em presídios, contrariando um pedido por escrito feito pela governadora de Roraima, Suely Campos (PP)” (VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 19 jan. 2017, p. B3). Aqui, a incapacidade de o governo estadual conseguir garantir segurança no sistema carcerário não enseja crítica, pois aceita-se como normal, já de conhecimento comum. Nesse mesmo trecho selecionado aparece um exemplo do apreço dos jornais analisados pelos elementos de comprovação de caráter empírico – o pedido por escrito –, tornando nulo qualquer outro argumento favorável à atuação da Força Nacional fora das unidades prisionais; tampouco é exposta a explicação do ministro da Justiça sobre por que os agentes não atuam no interior dos presídios, e a questão é colocada de modo que Moraes aparece contrariando a governadora sem motivo plausível. É preciso enfatizar mais uma vez que o objetivo aqui não é apontar quem teria, ou não, razão neste episódio, mas como se limitou a discussão e simplificaram-se os argumentos das partes envolvidas, promovendo formulações específicas da imagem dos atores.

Também se colocou essa negativa num contexto em que o governo federal se mostra atuando de maneira contraditória e tardia: “Após negar ajuda a Roraima em novembro, o Ministério da Justiça informou ontem que vai autorizar o envio de auxílio federal para Estados que vivenciaram crise no setor penitenciário” (CARVALHO et al., *O Estado de S. Paulo*, 9 jan. 2017, p. A12).

Se os entes federais são mais intensamente responsabilizados, havendo um expediente diário de cobranças, também lhes é dado mais espaço para explicações, como ocorreu com Moraes:

Ontem, Moraes afirmou que tomaria a mesma decisão de não ceder o reforço [a Roraima]. “Eu errei ao não me lembrar. E foi um erro em virtude de reuniões

seguidas, que ela (Suely Campos) havia solicitado a Força Nacional para realizar as funções de agentes penitenciários. Isso não pode. Se feito novamente, será indeferido. A Força Nacional é para garantia da segurança pública. A força [sic] não é de agentes penitenciários. Ela é composta por policiais militares. Quem prende, não deve cuidar” – disse o ministro. (SOUZA, *O Globo*, 10 jan. 2017, p. 5)

Moraes aqui teve publicado um acréscimo de sua explicação no que diz respeito à mudança de versões do Ministério, um relato longo no qual ele expõe com mais detalhes por que não poderia, sob nenhuma circunstância, enviar os homens para a finalidade pedida pelo governo de Roraima, que era controlar a Pamc. A informação não foi contestada na reportagem, que antes desse relato de Moraes conta que o Ministério iria enviar cem homens da Força Nacional para Amazonas e Roraima, sem, no entanto, esclarecer por que agora o governo federal entendeu ser possível ceder os agentes. Fica, no mínimo, a sensação de que o governo federal agiu contraditoriamente enviando homens sob os mesmos termos que anteriormente havia negado, o que torna a afirmação de Moraes descabida. A reportagem da *Folha de S. Paulo* do mesmo dia, que também relembra a ajuda negada, é mais elucidativa: “Eles [agentes da Força Nacional] não atuarão dentro das penitenciárias, de acordo com o ministro, mas nas ruas, no perímetro das cadeias [...]” (CARVALHO, *Folha de S. Paulo*, 10 jan. 2017, p. B3).

Houve ainda a utilização do discurso dos assim nomeados especialistas para contradizer Moraes: “Especialistas ouvidos pela **Folha** avaliam que, pela legislação, não há obstáculo para a ação das tropas dentro dos presídios. Consideram, porém, que houve banalização da atuação nos últimos anos” (MAISONNAVE et al. *Folha de S. Paulo*, 17 jan. 2017, p. B1, grifo do original)<sup>49</sup>. Nesse caso, deslegitimam-se completamente as constantes afirmações de Moraes com relação à impossibilidade do ponto de vista legal de ajuda a Roraima ainda em 2016. No dia seguinte a essa reportagem, a *Folha de S. Paulo* publicou outra no mesmo tom a respeito da escolha do governo federal pelas Forças Armadas para agir dentro das unidades prisionais: “Moraes não quis liberar a Força Nacional para atuar dentro dos presídios. Defende a tese – questionada por especialistas – de que a medida seria inconstitucional, além do contingente limitado a 1.265 homens. Com isso, optou pelas Forças Armadas” (URIBE et al. *Folha de S. Paulo*, 18 jan. 2017, p. B1). Em seguida, expõe a opinião de três especialistas que misturam argumentos sobre a previsão legal da utilização dos homens. Um deles diz que “a atuação das Forças Armadas é prevista quando todas as

---

<sup>49</sup> Interessante notar que, apesar dessa frase introduzindo as falas dos especialistas, os seus depoimentos não trazem nada sobre a possibilidade de uso desses agentes, somente críticas com relação ao aumento de sua utilização.

alternativas foram esgotadas. O que existe é uma situação que não é enfrentada há muito tempo’, afirma [o professor de direito constitucional da FGV Roberto Dias]” (Ibidem). Outro opina sobre se esta seria uma medida eficaz para dar mais segurança ao sistema carcerário – “Já o pesquisador Leandro Piquet, da USP, avalia que, como decisão emergencial, a medida pode ser positiva” (Ibidem).

Percebe-se que, em boa parte da cobertura analisada, o personagem central quando se trata de governo federal é o ministro da Justiça à época, Alexandre de Moraes, retratado como omissivo, avesso a reconhecer uma espécie de realidade que se imporia a opiniões, e tentando retirar o governo federal de uma posição de responsabilidade pelo caos carcerário. Depois das mortes em Roraima, *O Estado de S. Paulo* compilou frases de Moraes dos dias 3 a 6 de janeiro; os trechos escolhidos e as explicações do contexto dessas falas ilustram essa representação (figura 1). Na primeira, o ministro levanta outros elementos para o desencadeamento das mortes em Manaus além da disputa entre facções, e o jornal diz que ele estava “minimizando a ação das facções” (*O Estado de S. Paulo*, 7 jan. p. A10). O trecho escolhido de uma fala do dia 4 de janeiro traz Moraes afirmando que a falha foi de quem toma conta da penitenciária – o que é ambíguo, já que havia uma gestão compartilhada entre o governo do Amazonas e uma empresa privada<sup>50</sup> –, e que era preciso ter provas para estender a responsabilidade pela chacina em Manaus a outras autoridades. Depois, o destaque foi para um pronunciamento do ministro dizendo que o presidente tinha tomado “todas as medidas concretas” para começar a resolver um problema de décadas (Ibidem). A fala seguinte de Moraes segue na mesma linha, afirmando que não se melhora o sistema penitenciário “de um dia para outro” e que “o governo federal não tem pessoas dentro do sistema penitenciário estadual” (Ibidem). Por fim, em uma fala do dia 6 de janeiro, o ministro diz que as mortes em Roraima foram um “acerto de contas interno” e que “a situação dos presídios não saiu do controle” (Ibidem). Há certa gradação nos depoimentos de Moraes que tendem a levar a interpretações quase ridicularizantes do ministro: a negação do problema (como se este fosse fruto único das disputas entre PCC e CV), o apontamento pelo ministro de outra autoridade como responsável, a defesa de que o Executivo Federal estava agindo, a argumentação de que o problema com o qual se depara era antigo e seria impossível resolvê-lo por inteiro, além da

---

<sup>50</sup> Embora não se tenha a empresa Umanizzare como foco de análise, é relevante destacar o pouco espaço dados aos jornais para críticas à gestão da empresa, com raros exemplos como as reportagens “Com custo mais alto por preso, gestão privada de prisões é alvo de MP e governo” (RESK; TOLEDO, *O Estado de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. A12) e “Matança em Manaus põe gestão privada de presídios em xeque” (MENA, Folha de S. Paulo, 6 jan. 2017, p. B5). Mesmo com os episódios de extrema violência em Manaus, reportagens ainda apontaram que o modelo de gestão privada poderia ser bem-sucedido a depender da aplicação, como “Com três anos, presídio privado não teve rebeliões” (BERGAMASHI, *O Globo*, 7 jan. 2017, p. 7).

volta ao estágio inicial de negação do problema, com a afirmação de que não havia descontrole.

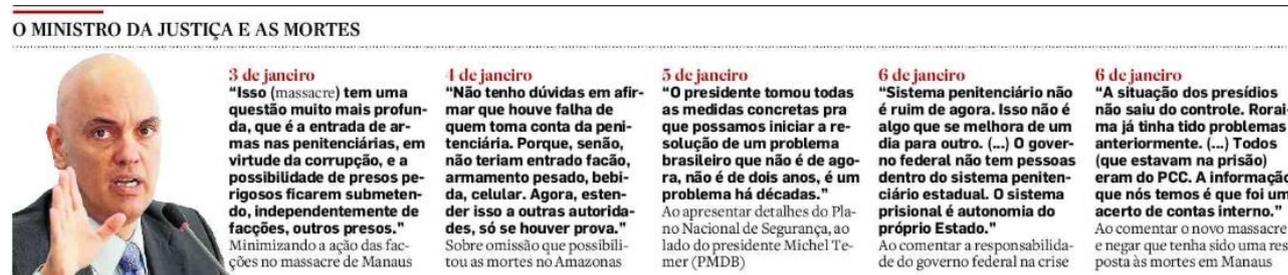


Figura 1: trecho da edição d’*O Estado de S. Paulo* do dia 7 jan. 2017.

Os jornais adotaram uma postura que mesclou embate e cessão de espaço sem contra-argumentação explícita. Fica a impressão de que, no caso dos políticos, os veículos de comunicação aceitam (ou se veem obrigados a reproduzir) a força do local de discurso desses atores para se pronunciarem a respeito de uma série de assuntos. A respeito especificamente do ministro da Justiça, os veículos de comunicação demonstraram uma discordância nítida com relação às causas das mortes em série nas unidades prisionais, mas ainda assim registraram as posições de Moraes, sem necessariamente contrariá-la. É interessante fixar a atenção sobre o momento inicial da cobertura, já que a partir dele foi sendo reforçada a figura de um agente público que não aceitava a responsabilidade que lhe estava sendo imputada.

Moraes foi representado apontando que só a relação conflituosa entre PCC e CV não explicava o acontecido, enquanto os jornais buscaram intensamente uma relação de causalidade direta entre a morte de Jorge Rafaat, com o fim de uma espécie de pacto entre as facções, e a chacina em Manaus. Houve momentos em que foram publicadas declarações do ministro sem serem rebatidas: “Rebelião com essa ferocidade, barbaridade, decapitação, fogo, isso não ocorre por um único fator. Rebelião assim é uma soma de fatores que levam a essa reação. Então estamos analisando” (CHAGAS, Folha de S. Paulo, 4 jan. 2017, p. B1); “[...] achar que, de uma forma simplista, que esse massacre e essas rebeliões são simplesmente guerra entre facções” (*O Globo*, 4 jan. 2017, p. 3).

Outras vezes as reportagens abertamente argumentaram contrariamente à posição do ministro; o Estado de S. Paulo apresentou informações da Polícia Civil do Amazonas – sem nenhum tipo de ressalva – afirmando que 27 dos 56 mortos eram integrantes do PCC e que os outros mortos tinham dívidas com a FDN ou tinham cometido crimes sexuais, e apontou que Moraes defendia uma “tese”: “O ministro, porém, relativizou a guerra entre os grupos como

causa para o massacre. ‘Isso tem uma questão muito mais profunda, que é a entrada de armas nas penitenciárias, em virtude da corrupção, e a possibilidade de presos perigosos submetendo, independentemente de facções, outros presos’ (WETERMAN, O Estado de S. Paulo, 4 jan. 2017, p. A12).

A leitura dos editoriais permite dizer com segurança que a posição dos jornais foi a de que as chacinas se inseriam numa linha de acontecimentos ligados diretamente pela morte de Jorge Rafaat, ou seja, a disputa por mercados de drogas, a piora na relação entre PCC e CV e a resposta da facção carioca, por intermédio da FDN, com o massacre em Manaus:

[...] segundo os especialistas, o que acontece em Manaus tem ligações com o assassinato, em estilo hollywoodiano, de um traficante brasileiro, Jorge Raffaaf Toumani, em Pedro Juan Caballero, Paraguai, na fronteira com Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. O crime teria marcado o rompimento de uma aliança entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), hegemônico em presídios paulistas e há anos em expansão por cadeias pelo país afora, e o fluminense Comando Vermelho (CV), surgido na década de 80 do convívio entre presos políticos e marginais comuns, na Ilha Grande. (*O Globo*, 4 jan. 2017, p. 14)

Vale questionar a vagueza da nomeação dos especialistas nesse excerto – quem são? Como chegaram a essas conclusões? –, cuja utilização se configura somente como um legitimador discursivo que busca convencer o leitor.

A respeito das causas do massacre em Manaus, o editorial d’O Estado de S. Paulo dizia: “[...] o ministro de Justiça, Alexandre de Moraes, [...] ainda se permite tratar a tragédia de Manaus com um tom burocrático, sem a menor sensibilidade para aquilatar o que se passou – inclusive minimizando a luta de facções que está por trás dela [...]” (O Estado de S. Paulo, 4 jan. 2017, p. A3).

Com uma perspectiva estreita a respeito do mundo do crime, que toma como fator quase único de conflitos o contexto econômico ilícito, os veículos de comunicação rejeitaram qualquer argumentação que buscasse inserir outros elementos para compreender as mortes. Se o ministro atentava para o contexto endemicamente violento e descontrolado das prisões, seu posicionamento era então apontado como meramente retórico, um artifício para se eximir das responsabilidades de seu cargo.

Nas reportagens, mesmo nos casos em que a posição do ministro não foi rebatida na sequência, todo um contexto montado pela cobertura dos jornais apontava para a disputa entre PCC e CV como causa preponderante. Além dos trechos supracitados, várias traziam construções como: “*Atribuída a uma guerra entre facções criminosas, a matança foi a maior*

em presídios depois do Carandiru, em 1992” (AMORA, CANCIAN, Folha de S. Paulo, 4 jan. 2017, p. B1, grifo nosso); “O massacre é *atribuído* ao PCC e visto como um desdobramento da disputa entre a facção paulista e o Comando Vermelho que resultou na morte de 56 detentos [...]” (SERAPIÃO, O Estado de S. Paulo, 9 jan. 2017, p. A14, grifo nosso); “[...] nos dias que se sucederam à chacina de 33 presos, *atribuída* a lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC)” (HERDY, *O Globo*, 11 jan 2017, p. 6, grifo nosso). Com a elisão do autor da ação de ‘atribuir’ os jornais levam adiante a afirmação sem se colocarem como o agente da atribuição – embora o sejam em alguma medida. Esse expediente deixa as informações no campo do óbvio, tendo sido largamente utilizado ao longo de todo o período analisado.

Outra representação recorrente do governo federal percebida foi a de autoridade tentando dar respostas por meio de medidas para evitar outros massacres, notadamente um Plano Nacional de Segurança Pública. No entanto, os veículos de comunicação apontam a proposta como uma repetição do que já vinha sendo apresentado sem ter sido levado adiante – “medidas requeentadas”, como repetiu por diversos dias a *Folha de S. Paulo* –, e sempre em momentos de crise.

Desde 2000, o governo federal apresentou cinco diferentes planos desse tipo até a aprovação de um em 2018 (MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, p. 22)<sup>51</sup>. Os planos anteriores encontraram resistência política e/ou eram por demais vagos e não produziram mudanças estruturais (KOPITTKKE, 2017; SILVA, 2017). Como apontaram Lemgruber e Azevedo, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (10 jan. 2017, p. A3) durante a deflagração da crise no sistema penitenciário, tais iniciativa vêm sendo apresentadas sempre em caráter de urgência, a reboque de algum acontecimento que chame a atenção da sociedade e da imprensa, pecando “pelo improvisado e pelo não enfrentamento dos problemas estruturais do setor”.

Esse pareceu ser o tom empregado de maneira predominante pelas reportagens no período analisado. O governo federal, em especial as figuras de Moraes e Temer, foi retratado como atabalhado, agindo apenas para fazer parecer que alguma ação estava sendo levada adiante naquele momento de urgência: “Depois da rebelião em Manaus, o presidente Michel Temer pediu ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que apresse o programa para lançá-lo neste mês” (ROSA, *O Estado de S. Paulo*, 4 jan. 2017, p. A11); “Apesar da pressa do governo em dar uma resposta após as mortes nas prisões, o projeto ainda deverá passar por mudanças” (DECAT et al., *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A13).

---

<sup>51</sup> O Ministério da Segurança Pública, criado em 2018 na gestão Temer, foi incorporado ao Ministério da Justiça em 2019, formando o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Por certo, houve bastante espaço para o governo federal expor medidas do Plano, ainda que no campo das incertezas. Os três jornais trouxeram reportagens nos dias 6 e 7 de janeiro abordando, entre outros pontos: a redução da superpopulação dos presídios em 15% no período de um ano; a construção de cinco presídios federais; a diminuição dos homicídios dolosos e de violência contra a mulher; o combate ao crime organizado; a modernização do sistema carcerário; a realização de um mutirão de audiências de custódia. A lógica pareceu ser a de que, se há o pressuposto de que o governo federal é quem deve agir, por ser o ente com mais condições, então deve haver espaço para que apresente suas ações (ou promessas).

Ao mesmo tempo, houve críticas no próprio texto das reportagens, sobretudo no que diz respeito à falta de detalhamento do ministro da Justiça sobre as verbas necessárias para implementar o projeto e também com relação à ineficácia dessa criação de unidades prisionais – “irão reduzir em apenas 0,4% o atual déficit de vagas” (URIBE; VALENTE, *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2017, p. B1) –, além de apontamentos de que a verba para equipamentos de segurança já fazia parte do orçamento daquele ano, ou seja, não seria nada além do cumprimento de uma obrigação federal (Ibidem). Também se criticou a falta de originalidade de algumas propostas, como a padronização dos registros de ocorrência: “Tal medida, contudo, não é novidade. Ela já faz parte do rol de promessas que o ministro proclama toda vez que é confrontado com problemas na área de segurança” (DECAT et al., *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A13).

Mesmo onde não houve uma crítica explícita, os jornais fizeram-na enumerando as várias promessas; sabendo o local que a figura do político ocupa no imaginário social brasileiro, de uma maneira geral, é impossível não haver uma sensação de projeto fantasioso, de descolamento deliberado da realidade, ainda mais quando se afirma que o ministro considera a meta “‘extremamente realista’” (DECAT et al., *O Estado de S. Paulo*, 7 jan. 2017, p. A13). Até mesmo quando começou a tomar medidas mais concretas o Executivo federal foi alvo de críticas, criando-se a imagem de que agia apenas mediante pressão social generalizada – esta nunca feita pela imprensa, na perspectiva dos jornais analisados: “Após resistência a plano de segurança, Temer libera uso das Forças Armadas” (DECAT et al. *O Estado de S. Paulo*. 18 jan. 2017, p. A12).

Por diversas vezes os jornais analisados representaram os governos estaduais como deficitários e portadores de problemas socioeconômicos anteriores àqueles líderes do Executivo e que não tinham condições de resolvê-los por conta própria; posto esse dado tratado como inegável, essa ‘realidade concreta’, não há o que se fazer – na perspectiva que aparece nas reportagens desses veículos de comunicação – a não ser recorrer ao ente com

alguma capacidade para mitigar alguns dos problemas que levaram à crise: o governo federal. Este, por sua vez, é retratado como resistente a se mostrar um ator relevante, sendo sobre ele que cai a maior parte de cobranças dos jornais. Assim, o que poderia ser considerado como um apoio ao ator político responsável em primeiro grau pelo sistema carcerário e pela segurança pública – os estados – acaba se tornando numa obrigação por parte do Executivo federal, sendo sua recalcitrância sinônimo de prevaricação, que promove, no mínimo indiretamente, o aumento da crise.

A questão, em geral, é tratada mais no campo da gestão, da administração num sentido restrito do termo, do que no campo dos projetos políticos, já que as reportagens traduzem demandas dos estados geralmente do ponto de vista econômico:

O governador [do Amazonas] culpou o tráfico de drogas e superlotações pela situação do sistema carcerário. “[...] Os recursos para a construção de novas prisões não foram na mesma velocidade que as secretarias de segurança agiram prendendo as pessoas. Então resultou nessa situação” Melo defendeu a criação de um fundo nacional para financiar a ação das Forças Armadas no combate à entrada de drogas no país. (*Folha de S. Paulo*, 5 jan. 2017, p. B3)

Aqui o jornal não questionou nenhuma dessas afirmações do então governador José Melo, chegando até a corroborá-las ao final da reportagem, quando reforça a ideia de falta de apoio aos estados ao lembrar que “o governo federal, em dois anos, reduziu em 85% os repasses aos Estados para novas penitenciárias” (Ibidem).

A aceitação tácita, por parte dos veículos de comunicação, do atual modelo de encarceramento como algo inescapável, ainda que insatisfatório, se traduziu em reportagens que tratam – implícita ou explicitamente – de possíveis resoluções das questões penitenciárias como uma questão apenas de criação de unidades prisionais e repasse de verbas, quase um problema meramente matemático: “País precisa de R\$ 10 bilhões para acabar com déficit prisional, diz CNJ” (MOURA et al. *O Estado de S. Paulo*, 10 jan. 2017, p. A12); “Plano de Dilma para presídios cria 2,8% das vagas prometidas” (MARIZ, *O Globo*, 17 jan. 2017, p. 4). Fica a impressão de que, se houvesse melhor gestão do dinheiro público e mais prisões tivessem sido construídas, a situação seria de alguma maneira diferente.

Como já dito anteriormente, não foram apresentadas pelos jornais propostas diferentes da ampliação do sistema penitenciário, seguindo o legalmente estabelecido atualmente – e nunca cumprido. Salvo raras reportagens, a cobertura desconheceu a questão carcerária como um problema sistêmico no qual se insere uma ação policial de hipervigilância em áreas pobres, punitivismo no Judiciário, além da atual política de guerra às drogas. Por isso, não é

de se espantar a atenção dispensada à superlotação e aos itens que proporcionariam maior vigilância dentro das prisões: “A possibilidade de coordenar ações criminosas de dentro dos presídios, planejar rebeliões e ataques a integrantes de facções rivais, tem sido facilitada pela extrema fragilidade no controle das unidades prisionais” (VASCONCELLOS, *O Globo*, 4 jan. 2017, p. 3), o texto segue apontando a falta de bloqueadores de sinal de celular, detectores de metal, além do déficit de vagas no sistema carcerário.

Essa perspectiva que coloca em primeiro plano a questão fiscal também apareceu na discussão sobre o Plano Nacional de Segurança proposto à época. Os veículos de comunicação reforçaram que os estados pressionaram o Executivo federal por recursos para colocá-lo em prática: “Na reunião com o ministro da Justiça, os secretários cobraram a vinculação de repasses para a área de segurança, assim como é feito hoje para as áreas de Saúde e Educação.” (DECAT et al. *O Estado de S. Paulo*. 18 jan. 2017, p. A12); “‘Precisamos de menos discurso e mais recurso. Não se faz segurança pública sem dinheiro’, reclamou o governador do Mato Grosso, Pedro Taques, do PSDB, partido que integra o governo Temer” (BARRETO et al. *O Globo*, 19 jan. 2017, p. 4). Ou seja, em vários momentos não se questionou a eficácia das propostas, mas apenas sua factibilidade de um ponto de vista de recursos financeiros.

Após este percurso, defende-se aqui a formulação, por parte dos jornais analisados, de uma representação dos atores políticos a serem responsabilizados pelas mortes em unidades prisionais. Tais personagens foram apresentados como negligentes com relação às ameaças de eclosão da violência nos presídios, posto que investigações anteriores já apontavam para um cenário caótico. As autoridades da esfera federal foram as mais intensamente criticadas, talvez porque os governos estaduais envolvidos não fossem dos locais originários desses veículos de comunicação, talvez pela pretensão de atingir um público nacional, ou ainda pela percepção de total falência administrativa dos entes estaduais. Inicialmente, os jornais apresentaram essas autoridades federais tentando se eximir de qualquer responsabilidade no caso, ou apresentando outros elementos que não o conflito de facções como produtores das mortes, o que foi interpretado pelos jornais como uma espécie de repressão do real. Também se lançaram dúvidas a respeito da factibilidade e originalidade de propostas formuladas por essas autoridades responsabilizáveis.

Uma característica a diferir essa categoria daquelas apresentadas anteriormente é o reconhecimento de autoridade conferido aos atores políticos nos textos. Ainda que se discordasse de uma posição, esta era registrada na reportagem – podendo, ou não, ser problematizada de alguma maneira. O grau de responsabilização atribuído a esses atores ao

longo da cobertura deixa claro como os agentes políticos são apresentados ocupando um lugar de poder legítimo: é possível criticar ações, ou falta delas, suas avaliações, mas não se deixa de tratar esses atores como relevantes. Essa parece ser uma característica do campo: conferir atenção a certos postos de poder – geralmente aqueles legalmente estabelecidos, mas nem sempre é assim – podendo fazer questionamentos que não desconsiderem esse lugar de autoridade; em outras palavras, questiona-se a habilidade dos envolvidos no jogo, mas não as regras em si. Por isso, o seu local enunciativo foi largamente utilizado nos textos, não se configurando como agentes ignoráveis.

#### 4. CONCLUSÃO

É coerente com as bases deste trabalho explicitar de onde fala o autor desta Dissertação. Certamente as avaliações e percepções aqui dispostas foram influenciadas por anos de atuação numa empresa de jornalismo televisivo; o contato com os profissionais, as pressões do cotidiano, a experiência das rotinas produtivas e da divisão do trabalho, tudo isso contribuiu para a visão sobre a qual este trabalho se baseia. Não se entende aqui que possuir uma espécie de visão interna do objeto de análise enfraqueça a pesquisa por dotá-la de viés; como já se argumentou anteriormente, se nenhum discurso é neutro, sempre partindo de algum lugar, o problema não parece ser a proximidade com o que é observado, sendo importante a assunção desse ponto de vista. Compreende-se que as avaliações e propostas feitas a respeito da atividade jornalística não diminuem esse fazer – claramente levado adiante sob condições de trabalho precárias –, senão tentam dar conta, ainda que de maneira fragmentada, de sua complexidade, buscando tratar os envolvidos nesse fazer como atores participantes daquilo que é noticiado, trazendo à luz aqueles que se põem como espectadores de um espetáculo que não lhes diria respeito.

O objetivo desta Dissertação foi apontar de que maneira a questão carcerária foi tratada pelos três jornais impressos diários de maior prestígio no país – *Folha de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, durante um período de violência exteriorizada de maneira incomum em presídios de três estados do país. A atenção recaiu sobre como foram retratados alguns setores sociais, notadamente os presos e as autoridades públicas. Entende-se aqui que os veículos de comunicação, para noticiarem um acontecimento ou qualquer tipo de informação considerada relevante, formulam representações de indivíduos, grupos e

instituições; não sendo possível a ninguém captar mecanicamente a realidade e transpô-la de maneira transparente à compreensão alheia, é inevitável a criação de uma imagem, conceituação, categorização, identificação, que nada tem a ver com tradução do real, mas sim com comunicação e interpretação baseadas em esquemas mentais e percepções formuladas socialmente. A esse processo, chamou-se de representar.

A representação, apesar de poder estar ligada a algo de real e concreto – mesmo que não seja possível em muitos casos comprovar sua existência factual –, se autonomiza e passa, ela mesma, a ter influência sobre diversas relações sociais e identificações individuais e coletivas. Com relação à imprensa, percebeu-se em vários momentos uma maneira recorrente e simplificada de retratar certos segmentos da sociedade; não se fez aqui uma crítica a respeito de imprecisões dos jornais em captar o real – como se houvesse alguma essência a ser descoberta –, mas sim à repetição de representações a ensejarem uma série de estereótipos que maculam a imagem de grupos socialmente marginalizados, e também uma crítica à postura dos veículos de comunicação analisados em tentarem se mostrar formuladores de discursos imparciais por meio de uma linguagem objetiva.

Tal intenção pode ser entendida como uma estratégia para se manter numa posição relevante no debate público, com quantias relevantes de capital simbólico. No entanto, seus efeitos práticos vão muito além disso, com a criação de todo um ideário profissional, como a valorização dessa suposta neutralidade, e o apreço a um sentido estrito de verdade como se esta só existisse quando factualmente verificável, além de um entendimento do papel da imprensa como mero mensageiro, ou seja, sem nenhum tipo de interesse com relação aos assuntos que noticia. Essas exigências do campo jornalístico e a formação dos *habitus* desses profissionais são elementos essenciais para se compreender que a análise da produção da imprensa não pode ser reduzida a uma concepção de ações guiadas sempre por complôs e rigorosamente orquestradas, nem tampouco à atuação do jornalista como ator desimpedido e obstinado pela verdade a qualquer custo (imagem que este campo tende a cultivar fortemente sobretudo por influência do jornalismo norte-americano). Há uma série de relações entre os profissionais e entre as empresas – sobre as quais este trabalho não se debruçou – que contribuem para a modelagem de diversos fazeres jornalísticos. Levar isso em conta não é aceitar as regras do jogo da maneira que são postas, mas entender que há uma gama de elementos que se põem de maneira prática a esses agentes e que formulam suas preferências individuais e sua maneira de ver o mundo, e ao mesmo tempo são formulações desses indivíduos.

Com a proposta de categorização dos presos em três tipos distintos e correlacionáveis – vítima, bárbaro e líder –, foi possível perceber como a parcela do campo analisada operou para distinguir nas reportagens os culpados e aqueles por quem se deveria sentir empatia. Compreende-se que, para dar sentido àquilo que é noticiado, os jornalistas lançam mão de estruturas formais (modelos narrativos) e perceptivas (o que os profissionais esperam daquele acontecimento com base em experiências anteriores), que redundam na criação das histórias a serem contadas. Estas partem do real (nos casos do jornalismo feito de boa-fé), mas não se resumem à sua captação, havendo a construção de imagens dos personagens que compõem a notícia.

No caso analisado, percebeu-se ter ocorrido uma situação um tanto paradoxal para os padrões narrativos dos veículos de comunicação: se no grosso dos casos de crimes noticiados há uma distinção de tratamento entre vítima e agressor, nas mortes nos presídios no início de 2017, parte daqueles considerados criminosos – porque presos – teve que ser retratada como vítima, sendo, portanto, dotada de características que não lhes são dadas pela imprensa rotineiramente. Os jornalistas, compreendendo a teia de significações nas quais estão inseridos, entendem que há ideias pré-definidas a respeito do que é ser um preso e quais sentimentos tal construção imaginária pode despertar no público – não sendo incomum o próprio jornalista compartilhar de opiniões semelhantes ao que se considera aqui um senso-comum, qual seja: presos devem ser punidos pode ter cometido atos reprováveis não só do ponto vista legal, mas sobretudo moral; crimes cometidos contra essas pessoas têm gravidade menor do que contra o ‘cidadão comum’.

Sendo assim, há um trabalho para gerar empatia por esses presos-vítimas, dotando-os de vontade de mudança, quando não de arrependimento, além de serem apresentados como alvo de alguma injustiça – estavam presos provisoriamente e o julgamento demorava a ser feito, não receberam a segurança necessária. As famílias desses presos – quase sempre mães e esposas – constituem as porta-vozes desses detentos: é por meio dessas mulheres que os elementos de empatia são atribuídos e essas vidas são valorizadas após terem sido perdidas. Em muitos casos, as porta-vozes aparecem desvinculando esses presos do mundo do crime, traduzido na participação em facções criminosas.

Por outro lado, com relação aos presos-bárbaros, aqueles que assassinaram outros detentos, os jornais seguiram um modo de representação recorrente à população carcerária em geral: são seres violentos, desafiadores das instituições que mantêm a ordem, não demonstram apreço por certos valores compartilhados pelos “cidadãos de bem”, como o trabalho formal e a família. Para dar cabo à construção dessa imagem, esses detentos foram apontados como

criminosos vinculados a facções, mas em geral não eram individualizados, formando uma massa violenta.

Em sintonia com essa categoria, propôs-se aquela do preso-líder, identificado sobremaneira com as organizações criminosas, a ponto de em muitos casos estas serem apresentadas como fruto de seus projetos individuais. A delimitação desses sujeitos é similar àquela dos bárbaros – não respeitem as leis, causam insegurança e são violentos –, a diferença reside no tipo de responsabilidade atribuída e no grau de hierarquia dentro do crime organizado (os bárbaros cumprem ordens dadas pelos líderes), e no grau de individualização (os líderes têm nome, e apelido, trajetória na criminalidade, vontades e objetivos). Na cobertura, foi a ação individual desses sujeitos que pareceu impelir as ações das facções; o nascimento das facções mais jovens que entraram em confronto com o PCC foi percebido como projetos pessoais, os conflitos foram apresentados como resultado de uma busca por monopólio do tráfico de drogas.

É possível dizer que, de maneira geral, a abordagem dos veículos de comunicação analisados não levou em consideração uma série de questões sociais para retratar os presos, em nenhuma de suas variações. Aqueles enquadrados como vítimas não foram apresentados diretamente como pessoas de poucos recursos financeiros, tampouco houve menção à questão racial; apenas a ocupação deles foi abordada de alguma maneira, para indicar que estavam buscando emprego como uma marca de arrependimento e mudança. Com relação aos bárbaros, não foi percebida nenhuma consideração a questões externas aos seus atos violentos. Da mesma maneira, apenas uma interpretação específica das ações individuais dos líderes – mediada pelos órgãos de investigação – foi levada em consideração, sem se colocar em retrospectiva outros fatores. O que se pode depreender desta leitura foi que esses jornais tenderam a individualizar as condutas daqueles representados. Dito de outra maneira, quando os atos dos bárbaros foram analisados, não se colocou em questão a primazia das facções dentro do ambiente carcerário, o que poderia diminuir o poder de decisão dos indivíduos para se mostrarem contra as ações violentas (tal perspectiva até faria sentido dentro da narrativa estabelecida pelos jornais, que entendem a ação dessas organizações como extremamente hierarquizada e coercitiva). No caso dos líderes, praticamente não se levou em consideração que o ambiente carcerário, com sua condição de vida precária, é um dos principais elementos a proporcionar êxito para a atuação desses indivíduos; quando a situação penitenciária foi observada, as conclusões dos jornais foram no sentido de criticarem a falta de vigilância e de vagas para presos nas unidades, ou seja, o problema detectado não foi o projeto de encarceramento em massa, mas a suposta pouca intensidade de aplicação desse projeto, que se

configura como um pressuposto inatacável. Mesmo com relação aos presos-vítimas não se levou em consideração elementos sociais, nem ficou explícita a posição social dos indivíduos. Apesar de não ser difícil apreender dos textos que se trata de pessoas dos setores marginalizados, isso não aparece como uma questão; ainda que as reportagens tenham apresentado dificuldades desses sujeitos em conseguirem emprego, não se questionou a existência de uma série de obstáculos direcionados às camadas mais carentes. Este problema social foi um pressuposto razoavelmente aceito: presos têm dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, estão mais suscetíveis a sofrerem violências. E assim a realidade apresentada faz sentido.

A categoria das autoridades responsabilizáveis se configurou como o principal alvo de críticas e cobranças por parte desses veículos de comunicação. Os agentes políticos são representados como negligentes com relação a informações fornecidas por órgãos de investigação e fiscalização subordinados a eles e que indicavam a alta probabilidade de deflagração de conflitos. Esses atores também agem de maneira descoordenada para dar resposta aos problemas, além de apresentarem medidas consideradas como repetitivas em momentos de crise e ineficazes. As autoridades da esfera federal foram as mais intensamente responsabilizadas, talvez por conta da pretensão de produzir um conteúdo de leitura nacional e porque os massacres tenham se passado em estados que não são aqueles de origem desses jornais – Rio de Janeiro e São Paulo. Cobranças foram feitas explicitamente, como reclamações sobre o silêncio de Temer inicialmente com as mortes em Manaus, e depois com o uso do termo “acidente” pelo então presidente, além das críticas com relação ao Plano Nacional de Segurança Pública proposto. Percebeu-se também um expediente de cobrança indireta, com os veículos de comunicação apresentando agendas de compromissos a serem cumpridos por essas autoridades, que não configuravam nenhum efeito prático imediato. Os relatos feitos numa base diária foram apontando aos leitores quais agentes públicos são aqueles sobre os quais se deveria esperar providências.

A cobertura desse cotidiano oficial, com seus encontros, viagens e prazos parece ir contra certos imaginários que os profissionais gostam de compartilhar e exaltar, como a imagem daquele que vigia o poder e fiscaliza os agentes públicos com a intenção de manter um bom funcionamento do Estado (ainda que não haja consenso sobre o que isso seria) – “Imprensa é oposição. O resto é armazém de secos & molhados”, é uma máxima de Millôr Fernandes que agrada muitos jornalistas (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2003). Ainda que se compreenda aqui que esse expediente pode funcionar para indicar sobre quem as

críticas deve recair, é forçoso reconhecer que não se trata de um ato de crítica, nem de oposição, noticiar a agenda de viagens ou de encontros do ministro da Justiça, por exemplo.

Sabendo da dificuldade de haver mudanças estruturais nos campos pela predisposição de seus agentes em não quebrarem suas regras, como propõe Bourdieu, parece pouco promissor esperar que rupturas, nesse sentido de mudar drasticamente as bases do jogo, partam dos sujeitos envolvidos na produção jornalística, ou ainda que estes proponham mudanças consideráveis de percepção. Por isso, parece ser saudável a formação de um público que entenda o papel relevante da imprensa na vida em sociedade, sua posição de importância na formulação de imaginários sociais e, portanto, que compreenda a existência de graus de participação e interesse tanto das empresas quanto dos indivíduos envolvidos no ato de noticiar. Aliado a essa visão, buscar não privilegiar a análise do ponto vista estrutural, com as empresas e as relações econômicas em primeiro plano, e tampouco pôr em evidência somente o sujeito jornalista como se este fosse dotado de consciência e liberdade plenas, parece ser um caminho interessante para compreender uma atividade que depende das subjetividades de quem a exerce e de quem consome sua produção, num momento em que as relações de poder parecem esconder-se ainda mais num emaranhado on-line.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Another “Fourth Branch”: press and political culture in Brazil. In: *Journalism*, Londres, v. 6, nº 4, 2005, p. 486-504.
- ALENCASTRO, Catarina et al. Após silêncio, Temer chama chacina de ‘acidente pavoroso’ e é criticado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 6 jan. 2017.
- AMORA, Dimmi; CANCIAN, Natália. Governo federal seca repasses a presídios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 4 jan. 2017.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].
- ARAÚJO, Ricardo. PCC mata 26 presos de facção rival no RN; lideranças serão transferidas. *O Estado de S. Paulo*, 16 jan. 2017, Metrópole, p. A11.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Tradução de Manuel Villaverde Cabral. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARRETO, Eduardo. Agora, ‘drama infernal’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; ALENCASTRO, Catarina. Socorro negado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. et al. Medida extrema. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte pedem Forças Armadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 19 jan. 2017.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BERGAMASHI, Mara. Com três anos, presídio privado não teve rebeliões. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 7 jan. 2017.
- BERNARDES, Monica. Líder de Família do Norte ‘empoderou’ organização no RN. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A16, 8 jan. 2017.
- BERTA, Ruben; et al. No Norte e no Nordeste, novas facções elevam clima de tensão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 4 jan. 2017.
- BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. In: *História*. São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 118-43.

- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.
- \_\_\_\_\_. The genesis of the concepts of *habitus* and of field. Tradução de Channa Newman. *Sociocriticism. Theories and Perspectives II*. Pittsburgh, Montpellier: n° 2, p. 11-24, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997a.
- \_\_\_\_\_. A influência do jornalismo. In: *Sobre a televisão*. \_\_\_\_\_. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997b, p. 101-20.
- \_\_\_\_\_. *Esquisse d'une théorie de la pratique ; précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris : Éditions du Seuil, 2000 [1972].
- \_\_\_\_\_. *Meditações pascalinas*. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- \_\_\_\_\_. La noblesse: capital social et capital symbolique. In: *Anciens et nouvelles aristocraties de 1880 à nos jours*. Organização de Didier Lancien e Monique de Saint Martin. Paris : Éditions Maison des sciences de l'homme, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. Tradução de Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Barbara Catani, Paula Monteiro e José Carlos Durand. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- \_\_\_\_\_; CHARTIER, Roger. *Habitus e campo*. In: *O sociólogo e o historiador*. \_\_\_\_\_. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 57-68.
- \_\_\_\_\_; EAGLETON, Terry. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In: *Um mapa da ideologia*. Organização de Slavoj Žižek. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-78.

- \_\_\_\_\_; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Tradução de Reynaldo Bairão. 3ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- \_\_\_\_\_; WACQUANT, Loïc. *Réponses*. Pour une anthropologie réflexive. Paris : Éditions du Seuil, 1992.
- BRASIL. Presidência da República. *Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. Organização de Thandara Santos. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Segurança Pública. *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: 2018-2028*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.seguranca.gov.br/Acesso/consulta-publica/anexos/anexos-plano-nacional-de-seguranca-publica/plano-nacional-de-seguranca-publica-e-defesa-social.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BULLA, Beatriz. Temer vai à casa de Cármen Lúcia para discutir presídios. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A15, 8 jan. 2017.
- BURKE, Kenneth. Four master tropes. In: *A grammar of motives*. \_\_\_\_\_. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1969, p. 503-17.
- CAIRUS, Henrique Fortuna. *Hippocratis de rerum naturae ex Co ad Brasiliam*. Tese para Promoção ao cargo de Professor Titular de Língua e Literatura Gregas. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil - UFRJ, 2018.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 2ª edição. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.
- CARAZZAI, Estelita Hass; COSTA, Francisco. Em 3º massacre do ano, 26 morrem no RN. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 16 jan. 2017.
- CARIELLO, Gabriel; GALDO, Rafael. País de volta aos tempos do cangaço. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 6 jan. 2017.
- CÁRMEN Lúcia quer ajuda do IBGE e do Exército para censo carcerário. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 jan. 2017.

- CARVALHO, Daniel. Sob pressão, Temer enviará tropas a AM e RR. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 10 jan. 2017.
- CARVALHO, Marco Antônio. Parentes se dividem entre prisão e o IML. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A13, 4 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Segundo escalão da facção deu ‘tiro no pé’ com matança. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A13, 5 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. PM já havia contido 3 motins em prisão improvisada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A13, 9 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Estado transfere presos e facção ataca. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A14, 19 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. RN: volta do Exército expõe força do crime. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A16, 22 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_ et al. Cadeia ‘do PCC’ em Manaus tem 4 mortos; Estados pedem ajuda federal. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 9 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Marcia. Diretor de cadeia do massacre é afastado acusado de receber dinheiro de facção. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A10, 11 jan. 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHAGAS, Bruna. Ministro diz não prever retaliação de facções no país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 4 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Famílias vão ao IML de Manaus procurar mortos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 8 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; VALENTE, Rubens. Maior matança em presídios desde o Carandiru deixa 56 vítimas no AM. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 3 jan. 2017.
- CHAMPAGNE, Patrick. Le coup médiatique. Les journalistes font-ils l'événement ? *Sociétés & Représentations*. 2011/2 (n° 32), p. 25-43.
- \_\_\_\_\_. *La double dépendance*. Sur le journalisme. Paris: Raisons d'Agir, 2016.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dionei Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, Dourados: v. 13, n° 24, p. 15-29, 2011.

- \_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- COELHO, Edmundo Campos. A Oficina do Diabo. Crise e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. In: *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Organização de Magda Prates Coelho. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CONTROLAR prisões requer ação ampla do Estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 4 jan. 2017.
- DANTAS, Tiago. Cadeias são ‘home office’ de chefes de facções, diz promotor. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 16 jan. 2017.
- DECAT, Erich et al. Plano prevê reduzir lotação em 15% em um ano. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A13, 7 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Após resistência a plano de segurança, Temer libera uso das Forças Armadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A13, 7 jan. 2017.
- DERRIDA, Jacques. *Otobiographies*. L’enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre. Paris: Éditions Galilée, 1984.
- DI FRANCO, Carlos Alberto. Jornalismo sem adjetivos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 24 set. 2018.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2011.
- DO lado de fora, lágrimas e notícias desencontradas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 16 jan. 2017.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DYER, Richard. The Role of Stereotypes. In: *Media Studies: A Reader*. Organização de Paul Marris e Sue Thornham. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999, p. 245-51.
- \_\_\_\_\_. Stereotyping. In: *Media and cultural studies: keywords*. Edição de Meenakshi Gigi Durham e Douglas M. Kellner. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 353-65.
- ‘ELE nunca teve envolvimento com facção’, diz irmão de vítima. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A14, 5 jan. 2017.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: Uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8ª edição. São Paulo: Ática, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de análise do discurso*. 15ª edição. São Paulo: Contexto, 2016 [1989].

- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação*. 21ª edição. São Paulo: Publifolha, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3ª edição. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- \_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-22.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1971].
- \_\_\_\_\_. Verdade e poder. Tradução de Lilian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. In: *Microfísica do Poder*. Organização de Roberto Machado. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a [1979], p. 35-54.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais e o poder. Tradução de Roberto Machado. In: *Microfísica do Poder*. Organização de Roberto Machado. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b [1979], p. 129-42.
- \_\_\_\_\_. Soberania e disciplina. Tradução de Maria Teresa de Oliveira e Roberto Machado. In: *Microfísica do Poder*. Organização de Roberto Machado. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017c [1979], p. 278-95.
- FUSULIER, Bernard. Le concept d'ethos. In : *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 42-1, 2011, p. 97-109.
- GENTILE, Rogério. Governo de SP 'exportou' PCC para outros Estados ao transferir presos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 16 jan. 2017.
- GODOY, Marcelo. Família do Norte filma decapitações e distribui imagens. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 4 jan. 2017.

- GOVERNO do AM diz desconhecer negociações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 5 jan. 2017.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al.. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e representação*. Organização de Arthur Ituassu. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HERDY, Thiago. A busca por vestígios em corpos mutilados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 4 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Câmeras da prisão registraram chacina. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 5 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Autoridades conheciam plano de fuga até com uso de metralhadora. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 6 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Filho, pai, irmão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 9 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Em Roraima, parentes de presos são coagidos por facção. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. OAB: presos dominam presídio em Roraima. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 11 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Professora convive com drama de presos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 16 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; CORREIA, Luan. Presos dizem que massacre em Roraima foi retaliação a Manaus. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; SILVA, João Carlos Silva. Pavor toma conta de Manaus. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 6 jan. 2017.
- HÉXIS. In: *Dictionnaire Grec-Français*. BAILLY, Anatole. Hachette, 1935. Disponível em: <<https://archive.org/details/BaillyDictionnaireGrecFrancais>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- HISAYASU, Alexandre; CARVALHO, Marco Antônio. PCC é isolado em Manaus e confronto entre facções põe SP e Rio em alerta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A11, 4 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. PCC já teria plano para se vingar de Família do Norte. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A14, 6 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. 27 facções disputam controle do crime organizado em todos os Estados do País. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A14, 8 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Facção paulista envia mais armas para abastecer aliados no Rio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 12 jan. 2017.

- \_\_\_\_\_; CARVALHO. PCC é isolado em Manaus e confronto entre facções põe SP e Rio em alerta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A11, 4 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_ et al.. Família do Norte é a terceira maior facção do País. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A11, 3 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. PCC cumpre ameaça, mata 31 em Roraima e facções desafiam governo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A10, 7 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; GODOY, Marcelo. SP já transferiu 71 presos rivais do PCC. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 7 jan. 2017.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Hedra, 2011.
- HORROR, indignação e vergonha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 4 jan. 2017.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira*. Nº 15, julho 2003.
- KAPLAN, Richard. The Origins of Objectivity in American Journalism. In: *The Routledge companion to news and journalism*. Editado por Stuart Allan. Nova York: Routledge, 2010, p. 25-37.
- KOPITKE, Alberto. A (in)capacidade institucional do governo federal na segurança pública. In: *Atlas da Violência*, 2017, p. 48-58.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- LEMGRUBER, Julita; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Show de horrores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 10 jan. 2017.
- LIMA, Julio Cesar; AUGUSTO, Leonardo. 28 presos fogem no PR e outros 10 em MG. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 6 jan. 2017.
- LOBEL, Fabrício. Reviravolta põe Espírito Santo como modelo contra violência em prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 10 jan. 2017.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 3ª edição. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUCAS, Alípio. Oito dias, 99 mortos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 9 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Acusado por presos, diretor de presídio é exonerado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 jan. 2017.
- MACHADO, Leandro; PRADO, Avenir. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 16 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. PM reage a descontrole em prisão no RN. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 18 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Guerra familiar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 19 jan. 2017.

MAIORIA dos mortos estava presa por roubo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B5, 8 jan. 2017.

MAISONNAVE, Fabiano; CHAGAS, Bruna. Cadeia reaberta para abrigar presos sob ameaça tem motim e 4 mortos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 9 jan. 2017.

\_\_\_\_\_ et al. Estados pressionam Temer por ajuda em crise prisional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 17 jan. 2017.

MAN, Paul de. Autobiography as De-facement. *MLN*, vol. 94, nº 5, 1979, p. 919-930.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.

MARIZ, Renata; BRÍGIDO, Carolina. Facção planejava eleger prefeitos e vereadores na disputa de 2016. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Sistema carcerário, aula de violação às leis. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 8 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Plano de Dilma para presídios cria 2,8% das vagas prometidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 17 jan. 2017.

MARTUCCELLI, Danilo. Esfera pública, movimentos sociais e juventude. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Org.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

MAZDA, Aura. ‘A gente só sai quando derramar a última gota de sangue’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 jan. 2017.

MEGALE, Bela. Temer e Cármen Lúcia discutem crise nas prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 8 jan. 2017.

MENA, Fernanda. Facções do crime disputam rota na região do Trapézio Amazônico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 4 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Matança em Manaus põe gestão privada de presídios em xeque. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B5, 6 jan. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 73, junho, 2010, p. 59-76.

MINISTRO da Justiça vai a Manaus para avaliar situação. *O Estado de S. Paulo*, p. A10, 3 jan. 2017.

MISSE, Michel. Apresentação. In: *Acusadores e acusados: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Organização de \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 9-11.

\_\_\_\_\_. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: \_\_\_\_\_, p. 13-32.

MOURA, Rafael Moraes; DECAT, Erich. Sob críticas, Temer chama chacina de ‘acidente’ e anuncia mais cadeias federais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 6 jan. 2017.

\_\_\_\_\_ et al. País precisa de R\$ 10 bilhões para acabar com déficit prisional, diz CNJ. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Temer agora fala em ‘pavorosa matança’ por PCC e FDN. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 12 jan. 2017.

NASCIMENTO, Bárbara. Presídio do RN tem rebelião com mortes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 15 jan. 2017

‘NÃO tinha santo’ entre os mortos, diz governador. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 5 jan. 2017.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. Tradução de Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira*. Tradução e organização de Fernando Moraes de Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.

NÓMOS. In: *Dictionnaire Grec-Français*. BAILLY, Anatole. Hachette, 1935. Disponível em: <<https://archive.org/details/BaillyDictionnaireGrecFrancais>>. Acesso em: 20 set. 2018.

O ministro da Justiça e as mortes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A10, 7 jan. 2017.

PARANÁ, Minas e Bahia têm fuga de 76 presos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 16 jan. 2017.

PENNA, João Camillo. Mediação e inclusão. In: *Escritos da sobrevivência*. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 275-97.

PERON, Isadora et al. Ministério negou ajuda da Força Nacional para Roraima. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A10, 7 jan. 2017.

PF sabia de ameaça de massacre em Manaus. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jan. 2017.

RADSTONE, Susannah. Cultures of confession/cultures of testimony: turning the subject inside out. In: *Modern Confessional Writing*. New critical essays. Organização de: Jo Gill. Nova York: Routledge, 2006.

- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.
- RESK, Felipe; TOLEDO, Luiz Fernando. Com custo mais alto por preso, gestão privada de prisões é alvo de MP e governo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 5 jan. 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- ROSA, Vera. Plano Nacional de Segurança será apressado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A11, 4 jan. 2017.
- ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo?* 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROSTOS escondidos à espera de notícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 9 jan. 2017.
- SAFATLE, Vladimir, *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. Jornalistas, não robôs (2). *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 13 set. 2018.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999, p. 294-305.
- \_\_\_\_\_. *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SENTO-SÉ, João Trajano. A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: Apontamentos para um programa de pesquisa. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 4,nº 3, JUL/AGO/SET 2011, p. 501-21.
- SERAPIÃO, Fabio. PF já apontava risco de ataque em 2015. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A10, 3 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. PCC de Roraima ‘exigiu’ saída de rivais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A14, 9 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Em 2 anos, facção criminosa dobra de tamanho em Roraima. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 10 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. FDN é a 3ª facção com mais líderes transferidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 14 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; MACEDO, Fausto. Líder da FDN pôs R\$ 320 mil em time amador. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A11, 4 jan. 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: nº 20, p. 60-70, 2002.

SILVA, Fábio de Sá e. “Barcos contra a corrente”: A política nacional de segurança pública de Dilma Rousseff a Michel Temer. In: *Atlas da Violência*, 2017, p. 16-32.

SOUTO, Luiza. Cadeias descumprem limite de presos por agentes penitenciários. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 11 jan. 2017.

SOUZA, André de. Estados pedem de granadas a helicópteros. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 jan. 2017.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. In: *American Journal of Sociology*, Vol. 77, No. 4, 1972, p. 660-79.

URIBE, Gustavo; ALVARES, Débora. Após massacres, ministro diz que presídios não saíram do controle. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B5, 7 jan. 2017.

\_\_\_\_\_ et al. Sob pressão, Temer libera Forças Armadas para atuar em presídios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 18 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; VALENTE, Rubens. Temer requeixa medidas em pacote para crise nas prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 6 jan. 2017.

VALENTE, Rubens. Famílias esperam horas sob sol para confirmar vidas e mortes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 4 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Metade dos presos mortos foi decapitada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 4 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Facção tinha cela própria e negociou com Estado, diz PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 5 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Facção previa até R\$ 1 mi por mês com ‘caixinha’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 5 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. PCC se multiplica e cria filiais em Roraima. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Força Nacional não impede fuga de presos em Roraima. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 19 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; BERGAMO, Marlene. ‘A gente está com medo de virem aqui matar todo mundo’, diz preso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B4, 6 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. PMs atiraram bala de borracha à queima-roupa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B4, 7 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; NUNES, Sônia Lúcia. País tem 93 presos mortos em apenas 6 dias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B4, 7 jan. 2017.

- VARONI, Pedro; OLIVEIRA Lucy. *Observatório da Imprensa: uma antologia crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018*. São Paulo: Editora Casa da Árvore, 2018.
- VASCONCELLOS, Fábio. Porta aberta para o crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 jan. 2017, País, p. 3.
- VAZ, Paulo. O processo de normalização. In: *Michel Foucault e os saberes do homem – Como, na orla do mar, um rosto na areia*. Organizado por Heliana de Barros Conde Rodrigues, Vera Portocarrero e Alfredo Veiga-Neto. Curitiba: Prismas, 2016, p. 487-503.
- VÍDEO mostra condição insalubre de cadeia no centro de Manaus. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. B4, 06 jan. 2017.
- VÍTIMAS tiveram corações arrancados e olhos furados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 jan. 2017.
- WERNECK, Antonio. Crônica de um massacre anunciado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; DANTAS, Tiago. Risco de rebeliões deixa cinco estados em alerta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 7 jan. 2017.
- WETERMAN, Daniel. ‘Só guerra não explica mortes’, diz Moraes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A12, 4 jan. 2017.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- WOERTHER, Frédérique. Aux origines de la notion rhétorique d'èthos. In: *Revue des Études Grecques*, n. 118, jan. – jun., 2005, p. 79-116.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.